



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS (MPEJA) MESTRADO PROFISSIONAL

KÁTIA SIMONE FILARDI MELO

MOVIMENTO SOCIAL DE RESISTÊNCIA: O FORTALECIMENTO DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE EJA NO BAIRRO DE PIRAJÁ EM SALVADOR-BAHIA

SALVADOR

2023

KÁTIA SIMONE FILARDI MELO

**MOVIMENTO SOCIAL DE RESISTÊNCIA: O FORTALECIMENTO DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE EJA NO BAIRRO DE PIRAJÁ EM SALVADOR-BAHIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, Departamento de Educação – Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Área de Concentração 1 – Educação, Trabalho e Meio Ambiente, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Prof. Dra. Patrícia Lessa Santos Costa.

Coorientadora: Prof. Dra. Edite Maria da Silva de Faria.

SALVADOR

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca Professor **Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I**
Bibliotecária: Célia Maria da Costa – CRB5/918

M528m Melo, Kátia Simone Filardi

Movimento social de resistência: o fortalecimento das escolas públicas de EJA no bairro de Pirajá em Salvador-Bahia / Kátia Simone Filardi Melo .- Salvador, 2023.

179 f. : il.

Orientadora: Patrícia Lessa Santos Costa.

Coorientador: Edite Maria da Silva de Faria.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, Campus I. 2023.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Educação de jovens e adultos – Pirajá (Salvador, BA). 2. Movimentos sociais – Pirajá (Salvador, BA). 3. Educação e Estado – Bahia. 4. Educação – Aspectos sociais – Bahia. I. Costa, Patrícia Lessa Santos. II. Faria, Edite Maria da Silva de. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. IV. Título.

CDD: 370.115

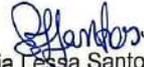
<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p> <p>Reconhecido Homologado pelo CNE (Portaria MEC nº 1009, DOU de 11/10/13, seção 1, pág. 13.)</p> <p>MESTRADO PROFISSIONAL</p> <p>EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</p>	<p>DEED - CAMPUS I Departamento de Educação</p>  <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p>  <p>MPEJA</p>
--	--

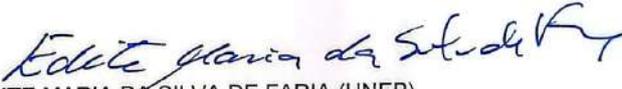
FOLHA DE APROVAÇÃO

“MOVIMENTO SOCIAL DE RESISTÊNCIA: O FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EJA NO BAIRRO DE PIRAJÁ EM SALVADOR - BAHIA”

KATIA SIMONE FILARDI MELO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, em 17 de abril de 2024, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:


Profa. Dra. Patricia Lessa Santos Costa (UNEB)
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia


Profa. Dra. EDITE MARIA DA SILVA DE FARIA (UNEB)
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia


Profa. Dra. GILVANICE BARBOSA DA SILVA MUSIAL (UFBA)
Doutora em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

Esta dissertação é dedicada aos estudantes da EJA, que, mesmo perante tantas contradições e desafios, continuam sonhando em estudar. Expresso o meu profundo respeito a eles, com certeza, a melhor parte desse trabalho. À UNEB, pelo compromisso com a pesquisa científica e ao Fórum EJA Bahia, pela resistência e formação política tão necessária à luta.

“Ninguém fecha o que não abriu!”

Kátia Filardi

AGRADECIMENTOS

Listas de agradecimentos são muito difíceis de se elaborar, pela possibilidade do risco de ser uma repetição de palavras ou de se esquecer de alguém especial e valoroso na trajetória de vida, acadêmica e profissional. Ainda assim, irei correr esse risco, mas deixo o meu profundo **agradecimento** aos anônimos que estiveram presentes na minha jornada até aqui.

Agradeço nesta jornada a Deus e às forças do bem sempre presente em minha vida e caminhada acadêmica. Especialmente à minha mãe Benedita Nery de Meneses, de origem muito simples que zelou bravamente pela minha formação. Deixo aqui o registro de uma lacuna jamais preenchida, a perda meu pai, Antônio Filardi quando eu tinha 7 anos, saudades do que não vivi.

À minha família, ao meu esposo Ubiratan Nunes Melo, aos meus filhos Felipe Filardi Melo e Francisco Filardi Melo pelo companheirismo e apoio nas minhas escolhas.

À minha irmã Celeste Marlene e às minhas sobrinhas Maria do Carmo e Maria Cláudia, minha madrinha Amenaide Santiago, às minhas primas de coração Antônia Lúcia, Regina Márcia e Patrícia pela presença em minha formação humana e acadêmica e à minha querida e adorável sobrinha Patrícia Filardi pelo estímulo e encorajamento diário.

À minha segunda mãe Conceição Cruz pela presença nas lacunas da vida e por oportunizar experiências únicas no processo formativo na minha primeira experiência profissional na Escolinha Emanuel. Estendo esse agradecimento a Evangelina, irmã de coração, madrinha do meu filho Felipe.

À minha primeira professora Delita, que me alfabetizou, sendo um pilar importante nas minhas conquistas acadêmicas e profissionais. Aos meus amigos de infância e adolescência, conciliadores na minha vida.

À minha comunidade e à Escola Municipal General Labatut, em Pirajá, bairro pelo qual tenho respeito e gratidão, a minha identidade como pessoa e pesquisadora na EJA.

Ao Coletivo de Pirajá presente no cenário de luta pela EJA, aos entrevistados deste grupo que dedicaram o seu tempo, as histórias, as memórias, fotografias, os pensamentos e os sentimentos. Com certeza, são as pessoas mais incríveis para se fazer uma luta.

Às minhas queridas amigas, Sandra Lima e Orlene Assis, pela presença, nos momentos mais difíceis, na minha vida profissional.

Aos amigos, Thiago Filgueiras Pereira e Jones da Paixão, meus mestres e primeiros amigos e orientadores neste Mestrado. A Andrea, pela coragem em escrever sobre o fechamento das escolas de EJA.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Patrícia Lessa Santos Costa, pelo acolhimento da minha pesquisa e por respeitar o tempo necessário para a escrita que eu precisei após o fechamento da Escola Municipal General Labatut, meu respeito e admiração pela serenidade ao longo de todo o meu Mestrado.

À minha querida, Prof.^a Dra. Edite Maria da Silva de Faria, companheira de luta e coorientadora nesta pesquisa pela presença em toda a minha trajetória acadêmica, presença afetuosa.

Às minhas grandes referências Sandra Maria Marinho Siqueira e Gilvanice Barbosa da Silva Musial por me ensinaram a pensar e a fazer a luta diária na defesa da EJA.

Aos Mestres e colegas do MPEJA, em especial à turma 8, pelas reflexões e discussões únicas e significativas para a minha pesquisa. Às minhas companheiras Jeane Nascimento, Ednalva Fiuza de Santana do Nascimento, Teresa Cristina Néris Mendes do Fórum EJA Bahia, colegas do MPEJA.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, nas pessoas da professora Dra. Tânia Regina Dantas e Antônio Amorim pela organização e seriedade com a pesquisa científica.

Aos profissionais que compõem o administrativo do MPEJA e do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, Campus I, Salvador, na pessoa de Nildete.

Ao Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Bahia pela importância na defesa do direito à educação das pessoas jovens, adultas e idosos.

Ao GEPALE Bahia, ao Café Paulo Freire Ba, ao grupo de estudos Paulo Freire UFBA por inúmeras aprendizagens no legado de Paulo Freire.

Aos professores da Educação de Jovens e Adultos das escolas de EJA em Pirajá e nos quatro cantos deste país, que lutam cotidianamente por essa educação emancipatória para os seus estudantes.

Por fim, deixo expresso meu agradecimento a Marialice de Barros Castro, pela revisão textual tão minuciosa desta dissertação, e pela disponibilidade e amorosidade neste percurso final da produção escrita.

Determinei aos 5 anos de idade, em 1975, que seria professora, me apaixonei pela escola desde o primeiro dia de aula, assim permaneço com o mesmo sentimento por vivenciar a importância deste pilar na vida das pessoas, insisto em afirmar que se deu certo para mim em meio a tantas adversidades da vida, poderá, com certeza, dar certo para muitos, ou melhor dizendo, para as pessoas periféricas e esquecidas deste país.

Kátia Filardi

RESUMO

Esta pesquisa aborda a trajetória de luta do Coletivo de Pirajá em defesa da Educação pública e gratuita nas escolas que ofertam a modalidade da EJA no bairro de Pirajá. O estudo tem como objetivo geral, reconstruir a trajetória do Coletivo de Pirajá na luta pelo direito à educação e no enfrentamento ao fechamento das classes e escolas da EJA no bairro, e como objetivos específicos, analisar o contexto histórico da EJA, a partir das lutas dos movimentos sociais para a garantia do direito a essa modalidade da educação, compreender os sujeitos históricos do Coletivo de Pirajá no enfrentamento ao fechamento das classes e escolas de EJA; identificar as principais possibilidades do Coletivo Pirajá, enquanto movimento social para a permanência e fortalecimento das escolas públicas que ofertam EJA no bairro; construir um Museu Virtual EJA contendo a trajetória da luta de resistência da EJA, no bairro de Pirajá. A metodologia do estudo foi baseada na pesquisa aplicada com abordagem qualitativa, tomando como metodologia a pesquisa participante, os instrumentos utilizados foram: a observação, a entrevista semiestruturada, com os 8 moradores integrantes do Coletivo de Pirajá e análise documental da trajetória de luta e resistência em defesa da EJA. Está estruturada em cinco capítulos que discutem e problematizam a trajetória de luta, resistência do Coletivo de Pirajá em defesa do direito a educação pública para os seus moradores. Dessa forma, a investigação sobre o movimento social organizado pelo bairro, parte do seguinte questionamento: como entender, a partir das percepções dos seus atores, o Coletivo Pirajá como sujeito histórico na luta pela educação e como dar visibilidade a essa trajetória? Neste sentido, a comunidade trás no seu coração a seguinte indignação de como é possível se fechar o que não se abriu. Esta pesquisa se reveste de importância social, política, pedagógica e pessoal. Traz a luta diária pela conquista de um espaço de ensino importante para um bairro marcado pela luta por direitos essenciais e a contribuição dos movimentos sociais para efetivação da EJA enquanto direito. O produto final é um Museu Virtual para realidade da mobilização permanente da comunidade para a garantia do direito a educação com dignidade e sucesso para os educandos da EJA, nas escolas públicas do Bairro de Pirajá. Por fim, a pesquisa traz uma importante contribuição para o fortalecimento da modalidade e do Coletivo de luta em Pirajá na defesa da EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Movimentos Sociais. Fórum EJA Pirajá.

ABSTRACT

This research addresses the trajectory of the Pirajá Collective's struggle in defense of free public and free education in schools that offer the EJA modality in the Pirajá neighborhood. The study has as a general objective, to reconstruct the trajectory of the Collective of Pirajá in the fight for the right to education and in facing the closure classes and as specific objectives, analyze the historical context of EJA, based on the struggles of social movements to guarantee the right to this type of education ,understand the historical subjects of the Pirajá Collective in facing the closure of EJA classes and schools; identify the main possibilities of Collective Pirajá, as a social movement for the permanence and strengthening of public schools that offer EJA in the neighborhood; build an EJA Virtual Museum containing the trajectory of the EJA resistance struggle, in the Pirajá neighborhood. The study methodology was based on applied research with a qualitative approach, taking participant research as its methodology, the instruments used were: observation, semi-structured interviews, with the 8 residents who are members of the Collective of Pirajá, and documentary analysis of the trajectory of struggle and resistance in defense of EJA. It is structured into five chapters that discuss and problematize the trajectory of struggle, and resistance of the Collective of Pirajá in defense of the right to public education for its residents. Thus, the investigation into the social movement organized by the neighborhood starts with the following question: how to understand, from the perceptions of its actors, the collective of Pirajá as a historical subject in the fight for education and how to give visibility to this trajectory? In this sense, the community carries in its heart the following indignation at how it is possible to close what has not been opened. This research is of social, political, pedagogical, and personal importance. It brings the daily struggle to conquer an important teaching space for a neighborhood marked by the struggle for essential rights and the contribution of social movements to the realization of EJA as a right. The final product is a virtual Museum for the reality of the permanent mobilization of the community to guarantee the right to education with dignity and success for EJA students, in public schools in the neighborhood of Pirajá. Finally, the research makes an important contribution to strengthening the modality and the Collective of fight in Pirajá in defense of EJA.

Keywords: Youth and Adult Education. Social movements. Forum EJA Pirajá.

ÍNDICE DE GRÁFICO

GRÁFICO	TÍTULO	PAG.
1	Faixa Etária	119

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA	TÍTULO	PAG.
1	Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as grandes regiões.	51
2	Números de unidades de Educação básica 2019	86
3	Número de Unidades de Educação Básica EJA/RMS 2020	87
4	Número de Unidades de Educação Básica EJA/RMS 2021	88
5	Participação do Coletivo de Pirajá na agenda de luta	146

LISTA DE QUADROS

QUADRO	TÍTULO	PAG.
1	Diagnóstico da EJA na Bahia	70
2	Os sujeitos da pesquisa e sua pluralidade nas lutas sociais do bairro de Pirajá.	118
3	Moradia e pertencimento: a defesa do lugar de viver e morar	120
4	Pluralidade profissional dos sujeitos da pesquisa	122
5	O que é EJA?	126
6	Dimensão da EJA para os moradores do bairro de Pirajá	128
7	Quem te ensinou a lutar pela EJA?	131
8	Participação no contexto de luta do Coletivo de Pirajá	133
9	Fechamento das escolas de EJA em 2022	135
10	Que sentimentos você carrega com o fechamento das escolas de EJA em Salvador?	137
11	Ninguém fecha o que não abriu! A luta continua!	139

LISTA DE FOTOS E IMAGENS

FOTOS	TÍTULO	PÁG
1	Moradores no ano do 1º de julho de 2023	44
2	Bairro de Pirajá, igreja Matriz e Pantheon	45
3	Vista parcial do Parque São Bartolomeu com a Represa do Cobre	46
4	Ato de manifestação sobre a retirada de linhas de transporte público em Pirajá	47
5	Comunidade na praça Labatut em Pirajá na luta pela EJA.	50
6	Registro da Luta pelas escolas de EJA no bairro de Pirajá.	52
7	Reunião dos líderes comunitários de Pirajá	60
8	Coletivo de Pirajá na UNEB 2017	76
9	Card do ENEJA e Petrolina	152
10	Card de divulgação do ciclo formativo -GEPALE/BA	153
11	Card do Café Curto com Paulo Freire RN/BA	154
12	Card do SEJATIS	160
13	Alfaeja 2023	
14		

LISTA DE MAPAS

MAPA	TÍTULO	PAG.
2	A Batalha de Pirajá	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALFAEJA	Encontro Internacional de Alfabetização de Jovens e Adultos
APA	Área de Proteção Ambiental
APLB	Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BR	Sigla de Rodovia Federal
CEAA	Campanha de Alfabetização de Adolescentes e Adultos
CBES	Conferência Brasileira de Educação
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CDH	Comissão dos direitos humanos
CEE	Conselho Estadual de Educação
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNAEJA	Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODEJA	Comitê de Defesa do EJA
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONEB	Conferência Nacional de Educação Básica
CONEDS	Congressos Nacionais de Educação
CONAPE	Conferência Nacional Popular de Educação
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPCTAL	Campanha Pé no Chão Também se Aprendem a Ler
DEDC I	Departamento de Educação I
DMMD	Programa de Pós-graduação Multi - institucional em Difusão do Conhecimento
EAD	Educação à distância
EEJA	Encontros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos
EFEJA	Encontro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Bahia
EJA	Educação de Jovens e Adultos

ENEJA	Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação profissional e tecnológica
EREJA	Encontro Regional de Educação de Jovens de Adultos
FACED	Faculdade de Educação BA - UFBA
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
GEC&TIS	Educação e Tecnologia para a Inclusão Social
GEPALE	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional
GRES	Gerência Regional
GRUJEP	Grupo de jovens de Pirajá
ICEIA	Instituto Central de Educação Isaias Alves
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTI	Significa Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero.
MAKRO	Rede Atacadista holandesa fundada em 1968.
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MP	Ministério público
MPEJA	Mestrado Profissional de Educação de Jovens e Adultos
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST	Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra
NADP	Núcleo de Apoio Didático-Pedagógico
NMS	Novos Movimentos Sociais
OBEJA	Observatório de EJA do Território de Identidade do Sisal
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAR	Plano de ações Articuladas
PBA	Programa Brasil Alfabetizado

PEESP	Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional
PLDEJA	Programa Nacional do Livro Didático Para a Educação de Jovens e Adultos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PME	Planos Municipais de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PRNM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária
PSFS	Posto de Saúde da família
SECAD	Secretaria de Educação Continuada de Alfabetização, Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada de Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEJA	Segmento de Educação de Jovens e Adultos
SNEA	Serviço Nacional de Adolescentes e Adultos
TAC	Termo de ajustamento de conduta
TICS	Tecnologia da Informação e Comunicação.
TM	Teoria das Massas
TMR	Teoria da Mobilização dos Recursos
TPP	Teoria dos Processos Políticos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TSPPP	Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político
UBS	Unidades Básicas de Saúde
CODEJA	Comitê de Defesa do EJA
UEP	Unidade de Emergência de Pirajá
UF	Unidade Federativa
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URBIS	Órgão de Habitação e Urbanização da Bahia

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO	17
1.1.	A PESQUISADORA IMPLICADA NA LUTA EM DEFESA DA EJA	21
1.1.1.	EU NO MUNDO	22
1.1.2.	MINHA FORMAÇÃO ACADÊMICA E MINHAS ESCOLHAS PROFISSIONAIS E SIGNIFICADOS	24
1.2.	ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO	26
2.0	MOVIMENTOS SOCIAIS E A EJA NO CONTEXTO HISTÓRICO, 31 POLÍTICO E CULTURAL BRASILEIRO	
2.1	BREVE HISTÓRICO DA EJA	33
2.2	REVISITANDO A HISTÓRIA, O PERCURSO DE RESISTÊNCIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BAIRRO DE PIRAJÁ	39
2.3	O FÓRUM DE EJA DA BAHIA	50
2.4	TRAJETÓRIA DO FÓRUM DE EJA DE PIRAJÁ	56
2.4.1	PIRAJÁ RUMO AO TERCEIRO MILÊNIO: RAYMUNDO COELHO – LÍDER COMUNITÁRIO QUE REVOLUCIONOU PIRAJÁ	60
2.4.2	A EJA PIRAJÁ E A UNEB-CAMINHOS DE VISIBILIDADE	70
3.0	AVANÇOS E RETROCESSOS HISTÓRICOS E O DESMONTE DA 72 EJA NO CENÁRIO EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
3.1	FECHAMENTO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR EM 2022	79
3.2	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PIRAJÁ APÓS O FECHAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL GENERAL LABATUT EM 2022	88
4.0	ABORDAGEM INVESTIGATIVA TEÓRICA E METODOLÓGICA. 92	
4.1	MOVIMENTOS SOCIAIS – CONCEITUAÇÃO	92
4.2	A PESQUISA E SUA RELEVÂNCIA	100
4.3.	NATUREZA E TIPO DE PESQUISA	101
4.4.	PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DOS DADOS DIANTE DA NATUREZA INVESTIGATIVA DOS DADOS	103
4.5	CONTEXTO E SUJEITOS DA PESQUISA	108
5.0	SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DO COLETIVO DE 118 PIRAJÁ	
5.1.	CAMPO DAS PRÁTICAS DO COLETIVO DE PIRAJÁ	133
5.2.	COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DO FÓRUM DE EJA PIRAJÁ COM O I FÓRUM EJA DE PERIPERI	134

5.3.	PARTICIPAÇÃO DO COLETIVO DE PIRAJÁ NOS ENCONTROS REGIONAIS, NACIONAIS, ALFA E EJA E EVENTOS ESPECÍFICOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	136
5.4.	A LUTA E A RESISTÊNCIA DO COLETIVO DE PIRAJÁ NO CONTEXTO DO FECHAMENTO DAS ESCOLAS NA ATUALIDADE...	150
5.5	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO PRODUTO FINAL – MUSEU VIRTUAL	152
6.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
7.0	REFERÊNCIAS	160
	APÊNDICE	165
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	166
	APÊNDICE B-TCL	168
	ANEXOS	171
	ANEXO I – DOCUMENTO DO FÓRUM DE EJA EM DEFESA DA EJA .	171
	ANEXO II-NOTA DE REPÚDIO MPEJA	172
	ANEXO III- REGISTRO FOTOGRÁFICO PARA O MUSEU VIRTUAL ..	173

1.0 INTRODUÇÃO

[...] “Mais que SENTIDO é uma necessidade além de um DIREITO a permanência das turmas de EJA nas escolas de Pirajá”. (Jocélia Peixoto, moradora e líder comunitária).¹

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), sempre representou para a comunidade de Pirajá um grande desafio a ser enfrentado por constituir um DIREITO essencial para os seus moradores, nesta citação de Jocélia Peixoto percebemos a motivação para a realização desta pesquisa intitulada: **Movimento social de resistência: O fortalecimento das escolas públicas de EJA no bairro de Pirajá em Salvador -Bahia**, visando assegurar escolas públicas com a modalidade da EJA para os jovens, adultos e idosos invisibilizados pelos poderes públicos. Embora exista uma fragilidade nesta educação tão renegada no Brasil ao longo dos anos, não podemos, ainda assim, retirar o espaço escolar desta comunidade que representa a esperança e as possibilidades reais para essas pessoas que por uma imposição perversa da sociedade capitalista, sobreviverem em péssimas condições humanas desenhando o grande abismo social, político vigente estabelecido pelas classes dominantes deste país. “Ninguém pode estar no mundo, com um mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade.” FREIRE (1996, p.77).

No município de Salvador na Bahia, tratando-se especificamente do Bairro de Pirajá, objeto desta proposta, a EJA ofertada pelas escolas públicas de ensino, referência um total significativo de estudantes e profissionais da educação que sofrem diariamente com as ameaças e fechamento de turmas e turnos de EJA.

Pensando a EJA na perspectiva de potencializar o desenvolvimento do pensamento político, a organização social e o comportamento cotidiano, visto que as exigências do mundo contemporâneo e os avanços tecnológicos modificam as formas de trabalho, suas práticas devem objetivar uma educação humanizadora, respeitando a diversidade dos sujeitos da EJA. Assim, a educação de jovens e adultos representa uma possibilidade de realização de ações para o desenvolvimento de todas as pessoas, de diferentes idades, histórias de vida e dificuldades de aprendizagens, ancoradas por uma possibilidade de equalização de bens sociais e de bens econômicos.

Para tanto, faz-se necessário que a EJA não se limite a apenas certificar e treinar para o mercado de trabalho, mas que possibilite uma formação integral, permitindo ao sujeito estudante

¹ Jocélia Peixoto, moradora e integrante da pastoral da Criança, do Movimento das 7 Mulheres em Salvador e do Coletivo de Pirajá.

uma intervenção na sociedade a qual está inserido, buscando transformar-se e transformar este contexto.

O bairro Pirajá é marcado por um histórico de luta pela independência da Bahia e do Brasil. Por ser um bairro antigo e populoso é reconhecido em todo o país por ser constituído de famílias descendentes de participantes de movimentos históricos. Estes descendentes continuam morando no bairro, se apropriando também da forma de mobilização utilizada por seus antecessores. Apesar da importância da sua historicidade, o bairro Pirajá encontra-se às margens das decisões políticas, o que acaba levando ao agravamento de vários problemas sociais, se tornando assim um bairro periférico/marginalizado.

O bairro conquistou com suas lutas, cinco escolas públicas que oferecem Ensino Fundamental, Ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos, este ofertado no noturno. A comunidade valoriza a educação do bairro, pois conseguem perceber da importância das escolas, uma vez que lutaram para garantia desse direito, o que torna o diálogo e a parceria uma constante entre comunidade e escola.

Dessa forma, a investigação sobre as ações organizadas nas escolas da EJA do bairro, parte do seguinte questionamento: Como entender, a partir das percepções dos seus atores, o coletivo Pirajá como sujeito histórico na luta pela educação e como dar visibilidade a essa trajetória? O estudo tem como objetivo geral, reconstruir a trajetória do Coletivo de Pirajá na luta pelo direito à educação e no enfrentamento ao fechamento das classes e escolas da EJA no bairro e como objetivos específicos ,analisar o contexto histórico da EJA, a partir das lutas dos movimentos sociais para a garantia do direito a essa modalidade da educação, compreender os sujeitos históricos do Coletivo de Pirajá no enfrentamento ao fechamento das classes e escolas de EJA; identificar as principais possibilidades do Coletivo Pirajá, enquanto movimento social para a permanência e fortalecimento das escolas públicas que ofertam EJA no bairro ; construir um Museu Virtual EJA contendo a trajetória da luta de resistência da EJA, no bairro de Pirajá. A abordagem da investigação baseia-se na pesquisa qualitativa, tomando como estratégia de pesquisa participante, adotando-se a observação , a entrevista semiestruturada, com os 8 moradores integrantes do Coletivo de Pirajá e análise documental da trajetória de luta e resistência em defesa da EJA.

Nessa perspectiva, destaca-se aqui a importância da comunidade do bairro Pirajá, na luta para conquistar e garantir o direito básico do cidadão, que é o acesso à educação. Nesse contexto, enfatiza-se que a construção e criação das escolas no referido bairro foram resultados de lutas dos moradores que acreditavam que a melhoria de vida se efetivaria por meio da educação. Os grandes líderes do bairro buscaram de forma intensa ao longo da formação do bairro o acesso à educação,

fundaram suas escolas em espaços alternativos doados pelas famílias que construíram o bairro. O poder público apenas anos depois legitimou a existência das escolas fundadas por seus moradores.

Neste sentido, a comunidade traz no seu coração a indignação de **como é possível se fechar o que não se abriu**. Nesta dinâmica, esta pesquisa se reveste de importância social, política, pedagógica e pessoal.

As ações desenvolvidas por esta comunidade ao longo dos anos pela existência das escolas de EJA, permitiram uma boa interação entre moradores e escolas, o que fortaleceu a luta e resistência nos enfrentamentos ao desmonte das escolas públicas no bairro. A este grupo local foi atribuído o nome de “coletivo”, denominado dessa maneira como Coletivo de Pirajá. Assim, neste contexto de resistência esse Coletivo, surgiu através da necessidade de novos olhares sociais e políticos sobre o cenário educacional da EJA nas escolas deste bairro com ameaças de fechamento. O entendimento deste grupo formado por moradores, educadores da educação básica e ensino superior, líderes comunitários e associações do próprio bairro, tornou-se importante para o entendimento das lacunas existentes para os moradores e estudantes da EJA em seus direitos essenciais, dentre eles a educação. Neste sentido 8 integrantes do Coletivo participam diretamente desta pesquisa.

A modalidade da EJA oferecida nestas escolas atende estudantes que, por motivos diversos, não tiveram acesso à educação formal, sendo esta uma das únicas possibilidades de emancipação para esses sujeitos que ainda se encontram a margem dos elementos básicos de transformação ética, cognitivo, social, política e cultural. Consideramos a comunidade de Pirajá como um movimento social importante para defender e assegurar este direito os sujeitos de seu bairro. Nesta perspectiva, aciono reflexão de Faria e Moscovits (2017, p. 410) onde afirmam que: “[...] Resta evidenciar que os movimentos sociais organizados foram e ainda são a mola propulsora para a consolidação e efetivação dos direitos humanos, especialmente, no que se refere ao direito humano fundamental à educação”.

Para entender o contexto dos movimentos sociais na comunidade e nas turmas de EJA do bairro de Pirajá (Zona Urbana), a investigação terá com ponto de partida os atores que compõem o Coletivo de Pirajá e suas percepções como sujeito histórico na luta pela EJA e como é possível dar visibilidade destas ações organizadas em defesa das escolas de EJA de Pirajá para assegurar aos estudantes a matrícula, permanência e a formação de uma consciência dos direitos essenciais para a sua transformação social. Desta forma, a pesquisa trará o Coletivo de Pirajá, como objeto de estudo sua atuação na defesa do direito a Educação no bairro de Pirajá, em Salvador – Ba. Esse Coletivo é composto de 20 pessoas, todas elas moradoras do bairro de Pirajá. No âmbito da pesquisa qualitativa a investigação se configura como uma pesquisa participante, e logo após a coleta de

dados haverá utilização das técnicas de investigação que permitam a triangulação das informações, quer sejam, a entrevista semiestruturada, a pesquisa documental e observações in loco. Os dados obtidos serão analisados através da Análise Categorical (BARDIN, 1995).

Nessa perspectiva, a decisão de investigar a partir das percepções dos seus atores, e entender o Coletivo Pirajá como sujeito histórico na luta pela educação e como dar visibilidade a essa trajetória nesta pesquisa é de extrema importância para todos os envolvidos no processo. Desta forma, a pesquisa trará o Coletivo de Pirajá, como objeto de estudo sua atuação na defesa do direito a Educação no bairro de Pirajá, em Salvador – Ba. Esse Coletivo é composto de 20 pessoas, moradores, líderes comunitários, educadores da educação básica do bairro de Pirajá.

Portanto, perceber a articulação do contexto social das pessoas que lutam pela EJA com a existência e permanência da mesma no cenário das escolas em Pirajá. Percebemos que essa característica nos ajuda a compreender as experiências e vivências dos sujeitos da EJA, como atores/autores do cotidiano escolar e a apreender a instituição de ensino e seus sujeitos no desempenho de seus papéis sociais.

Outro fator importante é a mobilização social, que é definida por Toro e Werneck (1996, p. 5) como “[...] grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade que decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos”. Estes autores, ainda dizem que a mobilização pode ser confundida com manifestações públicas como passeatas e concentrações de massa, mas mobilizar é, na verdade, convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados. Diante disso, para que se tenha um objetivo comum na mobilização social, é necessária uma atuação participativa da comunidade, onde fique claro que a responsabilidade não é apenas de um ser ou de um grupo e sim de toda a sociedade, sempre contribuindo de alguma forma para alcançar os propósitos traçados.

A proposta desse trabalho tem por intento para atender o produto para o mestrado profissional, propor e desenvolver um Museu virtual da trajetória da luta de resistência da EJA, no bairro de Pirajá, movimento pioneiro com a participação dos moradores na luta de resistência por dias melhores para as pessoas do bairro no seu contexto social mais amplo da sociedade baiana e brasileira. Isso permitirá a difusão do conhecimento sobre esse movimento, seus sujeitos e suas estratégias de luta.

Por conseguinte, a partir das percepções dos seus atores, o coletivo Pirajá como sujeito histórico na luta pela educação e como dar visibilidade a essa trajetória a investigação dos atores do Coletivo de Pirajá, em sua trajetória histórica de luta e resistência em defesa pelas escolas da EJA de Pirajá se efetivamente podem assegurar a existência, a permanência e êxito dos sujeitos da EJA. A análise

desse Coletivo trará reflexões importantes para esse campo de luta, pois impressionantemente vemos nos tempos atuais o desmonte da educação pública do país de forma nunca antes vista ou imaginada.

Retrocessos nas leis, nos projetos de leis, nas medidas provisórias, nos programas sociais e educacionais, entre outras formas de ceifar a perspectiva emancipatória das classes populares, trabalhadores e trabalhadoras negando os problemas existentes a tantos anos e que urge por soluções breves ,pois inúmeros humanos ,dentre eles a educação são negados com decência e ética para as populações pobres e periféricas ,determinando categoricamente, a exclusão de muitas pessoas a vida digna e plena de direitos humanos.

No Brasil no censo realizado em 2022, cerca de 11,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não sabem ler nem escrever um bilhete simples. O país reduziu o analfabetismo, de 9,6% para 7% mas não na velocidade esperada e ainda não alcançou a meta do Plano Nacional de Educação para 2015, que era baixar o índice para 6,5%, a fim de erradicar o analfabetismo até 2024.

Nas palavras de Arroyo (2004, p.113), “o verbo ser alguém, ser cidadão, a que vinculamos o direito a educação, tem de conjugá-lo com outro verbo, viver, subsistir”, porque para as camadas populares não é somente a vontade de ir à escola, perpassa para além disso as escolhas que determinam formas de sobrevivência mantendo para o analfabetismo funcional.

Assim nesta perspectiva a luta pela existência desta modalidade de ensino no bairro de Pirajá permanece neste cenário educacional brasileiro de desmonte em uma política de exclusão as pessoas ao direito a educação.

Neste sentido, a razão da escolha de seguir com o desafio de registrar a história de luta e resistência deste coletivo na defesa da EJA, mesmo após 44 escolas de EJA serem fechadas no ano de 2022, incluindo o bairro de Pirajá, foi umas decisões mais significativas da minha trajetória enquanto profissional da educação pública deste país.

1.1 A PESQUISADORA IMPLICADA NA LUTA E DEFESA DA EJA

A história da minha vida está completamente implicada nesta pesquisa com os sujeitos de luta e com a realidade da EJA no bairro de Pirajá. Filha de mulher negra e de origem humilde e de um pai italiano de idade avançada, a partir dos 7 anos vivi diversas mudanças de endereços após a morte do meu pai neste período.

Assim, cheguei ao bairro aos 13 anos de idade depois de um longo caminho em busca com a minha mãe de um novo recomeço. Residindo lá finalizei o ensino fundamental, no Colégio Estadual Luís Viana e o ensino médio no ICEIA.

A minha vivência na realidade da EJA iniciou no período de formação acadêmica em Pedagogia na UFBA, onde atuei como estagiária no Colégio Estadual Teixeira de Freitas no bairro de Nazaré.

Na faculdade conheci o ensino noturno e desde então sou parte dele e ele de mim, lá encontrei todos os meus, os seus e os nossos, por eles luto e trago na minha pesquisa a militância pelo espaço, pela existência e vida da Educação de Jovens e Adultos no bairro de Pirajá.

Assim, nesta escrita trago o desafio de reviver as lembranças da minha trajetória de vida e experiências passadas, momentos de alegrias e tristezas, das lutas diárias pela sobrevivência e superação de obstáculos.

Lembranças e recordações que dialogam com o sentido reflexivo das minhas percepções neste momento presente de formação acadêmica e profissional.

Narrativas entre o passado e o presente, significativos da minha própria história, um importante exercício de autoconhecimento, para os desdobramentos de possibilidades em minha vida.

A minha persistência e a determinação em acreditar na formação acadêmica, como sentido de organização e análise que determinou uma trajetória toda voltada para os espaços educacionais ao longo da minha caminhada profissional na educação pública.

Determinei aos 5 anos de idade (1975) que seria professora, me apaixonei pela escola desde o primeiro dia de aula, assim permaneço com o mesmo sentimento por vivenciar a importância da Educação na minha vida, reflexão necessária para a formulação de caminhos e possibilidades, reinventando diversas formas de transformação pessoal e social no processo de ação-investigação-educação-ação, no decorrer do Mestrado Acadêmico na Educação de Jovens e Adultos no MPEJA.

1.1.1 EU NO MUNDO

Nasci em 16 de outubro de 1969, em Salvador-Ba. Sou filha de um pai italiano e uma mãe baiana, da região de Salinas das Margaridas. Meu pai veio para o Brasil muito jovem, fugido da 2ª segunda guerra e se estabeleceu na cidade Salvador. Era viúvo e de idade avançado quando eu fui gerada, convivi pouco com ele, faleceu antes dos meus 7 anos.

Minha mãe, de origem muito simples, zelou bravamente pela minha formação. Embora tenha tido pouco estudo, vislumbrava minha formação acadêmica. Hoje aos 94 anos vivencia minhas experiências acadêmicas e profissionais com o mesmo sentimento de zelo e possibilidades.

Sou casada, mãe de 2 filhos e pets (gatos), sempre entra na família roedores também, tenho uma família enorme, a grande maioria parentes afins e irmãos que a vida me presenteou. Tive uma

infância muito simples, as lembranças que tenho da minha vida familiar são poucas, mas suficientes para recordar de pessoas boas e amorosas no meu caminho, fui uma criança tranquila, gostava de brincar de escola e de bonecas de papel, adorava chiclete e pipoca, acordava cedo e dormia cedo.

Entre as lembranças da infância, eu gostava de ir ao Zoológico, visitar os animais selvagens, era apaixonada pela onça-pintada, ganhei um violão que nunca aprendi a tocar, andava na garupa da bicicleta de minhas amigas, tomava banho em uma banheira nos finais de semana na casa da minha madrinha, sempre estava com vestidos coloridos, minha madrinha era costureira, fazia fantasias de carnaval inacreditáveis, tinha medo de tudo até da minha própria sombra, vivia chamando minha mãe. Gostava de ouvir música e escrever.

Na formação do ginásio aprendi a dançar ginástica rítmica, jazz e sapateado, adorava. A música e a dança estão presentes em minha vida como tatuagens até os dias atuais. Uma boa parte da minha infância morei no centro da cidade de Salvador e minha mãe trabalhava no Hospital Aristides Maltez, no bairro de Brotas, assim todos os dias seguia com ela antes das 6 horas para essa jornada, éramos somente nós duas em casa, quando eu não estava em período escolar, ficava na casa de minha tia materna Judite.

Tive a presença de mulheres fortes como minha madrinha, tias e amigas próximas do contexto profissional da minha mãe. Da família do meu pai, muito pouco contato. Mas tive a presença da minha meia-irmã do meio, Celeste Marlene, na minha adolescência até o período antes do meu casamento, após esse evento, pouca convivência.

Após o nascimento do meu primeiro filho, dediquei-me à pintura, hábito que possuo até os dias de hoje. Devo ressaltar que desde criança gostava de desenhar e pintar, porém não tive oportunidade de estudar Artes, sendo uma habilidade que ancorou a minha atuação no Magistério e posteriormente em sala de aula com a educação infantil.

O tempo foi passando e o que era um *hobby* tornou-se uma forma terapêutica de equilibrar as tensões diárias no cotidiano que vivenciamos nos diversos contextos da vida. Com o segundo filho, veio a paixão pela escrita, também tenho que confessar que muito jovem rabiscava poemas. Essa nova possibilidade resgatou sentimentos que sempre guardei em meu íntimo e que na maturidade dos 40 anos despertou em mim a paixão pela escrita.

Agora com os filhos em fase de adolescência e fase adulta vivencio a liberdade da prática de esportes, corrida livre e os estudos acadêmicos que são a base do alicerce para os enfrentamentos diários na luta pelos direitos essenciais, com destaque a Educação de Jovens e Adultos.

Assim, nesta trajetória, sigo com objetivos definidos e sonhos aquecidos nas mãos.

1.1.2 MINHA FORMAÇÃO ACADÊMICA E MINHAS ESCOLHAS PROFISSIONAIS E SIGNIFICADOS

Tenho lembranças boas e ruins do meu de tempo de escola na educação infantil e ginásial. Sempre tímida nesta fase, tive amigas fiéis até o final do ginásio, quando mudei de bairro e de escola. Nesta fase, me tornei bem introspectiva, gostava de desenhar, pintar, e brincava bastante sozinha com bonecas, tive dificuldades com matemática, porém tirava notas regulares, amava todas as outras disciplinas e tinha rendimento alto.

Gostava de estar na escola e realizava as atividades com facilidade, tive momentos únicos e felizes na escola. Em 1976, iniciei o primário na Escola Municipal Aristides Novis, vestida com um fardamento marrom e branco, meias brancas e sapatos pretos, na época eu tinha um calçado muito conhecido no mundo escolar, uma Conga.

Eu sempre sentada nas primeiras fileiras para prestar a atenção nas aulas. Nesta escola tive a oportunidade de conviver com muitos colegas, após a saída da escola infantil onde fui alfabetizada da professora Delita. Mas, minha passagem foi breve nesta escola municipal. Era muito tímida e tinha dificuldades na tabuada, então em uma dessas tarefas obrigatórias de sabatina errei as respostas, e apanhei com uma tábua de madeira nas mãos, chorei muito, fiquei doente e não mais retornei à escola, lembro da minha mãe aborrecida com a professora e do meu pai dizendo em casa que ela deveria buscar uma outra escola para mim, talvez tenha sido as últimas palavras que tenho em minhas memórias do meu pai dentro de casa, logo em seguida troquei de escola e meu pai faleceu.

Confesso que nos primeiros dias a adaptação foi muito difícil no Colégio Estadual Luís Viana, onde realizei o ensino fundamental II. Não entendia tudo, mas sabia que a vida seguiria outros rumos após a morte do meu pai, ouvia minha mãe e tias muito agitadas. Nesta escola, muito maior que as outras, descobrir novas disciplinas, como a de Artes e Literatura, fazia no contraturno.

Além dos intermináveis deveres de casa, o hino à Bandeira no pátio, havia também colegas incríveis que me acompanharam até o final do ginásio. Desta fase ficaram boas lembranças, embora o vazio permanecesse na minha rotina familiar. No final da antiga 8ª série, nos mudamos para o bairro de Pirajá.

Tenho em minhas memórias afetivas a minha primeira professora Delita, que me alfabetizou e foi muito mais do que uma professora alfabetizadora, foi um pilar de conquistas, um anjo da guarda, disse que eu conseguiria sempre fazer o meu melhor em qualquer dificuldade eu superaria, guardei em mim essas palavras, sempre vejo sua presença presente em minha caminhada, quando

recebi o diploma de pedagogia entreguei uma cópia para ela. De cabelos brancos, apenas sorriu e me disse que sabia que conseguiria. Sempre como um eco de positividade ... Delita, Judite, Amenaide, Zelita, Zoraide, Marlene Conceição, e tantas outras docentes e mulheres importantes que me seguem na minha caminhada.

Segui os bons conselhos da minha mãe na dedicação aos estudos, realizei logo após o ensino fundamental II no Colégio Estadual Luís Viana, a formação do magistério no ICEIA, e Pedagogia na UFBA, como foi sofrida esta última formação, senti na pele o que é estar em uma universidade pública elitizada. Mas venci! Saí mais forte, ocupei outros espaços e mais uma vez como aluna de escola pública, que fui a vida inteira, desejei trabalhar no mesmo ambiente em que estive em toda a minha trajetória no ensino público.

Após a graduação realizei a especialização em Coordenação Pedagógica, na UNIFACS, 2011, após o meu ingresso na rede pública como profissional. Nesta caminhada de formação realizei uma especialização em Gestão Escolar, na UFBA, em 2016, considero essa formação um grande desafio para o contexto da educação pública brasileira.

Assim, estive na gestão em um período escolar, porém o viés pedagógico me desafiava a outros caminhos da educação inclusiva, desta forma, realizei uma formação em psicopedagogia na Faculdade Montessoriano no ano de 2020. No ano de 2021 ingressei no Programa de pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Iniciei o mestrado sobre a orientação da Professora Doutora Patrícia Lessa, e Coorientação da professora Edite de Farias, me sinto muito lisonjeada de estar e fazer parte desta instituição de ensino. Sou funcionária pública estadual desde 1998 e municipal desde 2007. Trabalho com a educação básica, ensino fundamental no diurno e Educação de Jovens e Adultos no noturno.

Apresento esses relatos e reflexões, visto ser um momento de relembrar uma trajetória de vida de cinquenta e quatro anos vividos, ora como aprendiz ora como docente, com momentos de alegria, de superações, de positividade, de fé e esperança na vida. A minha chegada e atuação profissional, no serviço público no Estado e Município baiano ocorreu por uma determinação em estar em uma carreira voltada para os alunos existentes nas escolas públicas.

Em decorrência da busca constante pelo conhecimento sempre sou convidada a participar de experiências diferenciadas seja no ensino fundamental ou na Educação de Jovens e Adultos, sendo assim, que mantenho a chama acesa da esperança do fazer pedagógico, serei sempre uma aprendiz, condição essencial para ser uma profissional com tantos desafios no contexto atual.

Assim, a partir de meus próprios dilemas e questionamentos sobre as minhas práticas, sigo nesta reflexão-ação. Durante todos esses anos de formação, tive a oportunidade de conviver com diversos profissionais que influenciaram as minhas decisões e atuações, dessa forma, é importante

frisar que a minha trajetória foi inspirada pela oportunidade de conviver com essa diversidade de sujeitos e locais no cenário educacional brasileiro.

Nesses mais de 30 anos de atuação no cenário no bairro Pirajá, a EJA sempre permaneceu nas pautas e discussões dos educadores/as no seu fazer pedagógico, diante da possibilidade assustadora de fechamento de turmas a qualquer época do ano. Tal realidade provocou uma busca por alternativas com moradores antigos e com os líderes da comunidade para o enfrentamento desta situação.

A proposta inicial formulada foi a escuta sensível dos atores da EJA em forma de Fórum, onde os mesmos teriam a oportunidade de expressar suas angústias e anseios, falando dos diferentes lugares que os mesmos ocupam na EJA.

As mobilizações tiveram início com o primeiro fórum em Pirajá, que também foi o primeiro na rede municipal de ensino e que posteriormente se expandiu para as demais GRES da rede Municipal e tem a proposta atual de ser efetivado nas redes estaduais.

O evento foi uma oportunidade ímpar para discussão dos problemas da EJA, dando voz aos protagonistas da mesma, educando/a, professores e coordenadoras pedagógicas, a comunidade e professores doutores das Universidades UFBA e UNEB. Esse início foi um marco para um olhar coletivo sobre as situações possíveis de serem feitas por todos os envolvidos no processo, provocou uma inquietude que nos moveu a propor alternativas de luta e enfrentamento à evasão, fechamento de turmas e turno, diferentes daquelas que até então vinham se desenvolvendo na escola, buscando assim, a mobilização da comunidade para discutir os problemas que enfrentavam a EJA, que em sua trajetória histórica esteve renegada ao patamar da marginalização, concebida ora como ensino supletivo para suprir carências de escolarização, ora como educação compensatória, agora, mediante a legislação, sobretudo a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional de 1996 (LDNEN) passa a ser regida por normas e diretrizes governamentais, constituindo-se um processo regular de escolarização, devendo respeitar-se a sua natureza e especificidade, adquirindo relativa importância e direito social. Nessa direção, Haddad e Di Pierro (1999) salientam que a educação de adultos sempre compreendeu um conjunto bastante diversificado e na educação como todo, visando à valorização da educação ofertada no noturno da comunidade.

1.2 A ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO

A luta permanente pela conquista de um espaço de ensino para as classes trabalhadoras torna esta pesquisa relevante para a comunidade de Pirajá. A pesquisa está direcionada à discussão do

Coletivo enquanto ferramenta necessária para a luta em defesa da EJA. Neste sentido este trabalho é de importância social, política e pedagógica.

Esta dissertação está organizada por uma introdução, em seguida no primeiro tópico, relato a minha trajetória de vida, minha formação acadêmica e escolhas, dentre elas ser uma pesquisadora da EJA, implicada na comunidade de Pirajá, o que reconheço que este forte elo de pertencimento com o bairro fortaleceu minha relação com os estudantes da EJA, um desafio diário na luta pelo direito a EJA neste bairro, o que motivou ainda mais a minha participação no processo investigativo e na temática em estudo, impulsionou a estar próximo da realidade da EJA, sendo o motivo maior para minha dedicação e defesa desta modalidade de ensino da Educação básica tão ameaçada pelas políticas dos governos atuais. Dessa forma, apresento a estruturação do estudo na sequência aqui descrita. Autores como Freire (1979), Arroyo (2004), Gadotti (2003), subsidiaram a escrita introdutória.

No segundo tópico, trago os Movimentos Sociais e a EJA no contexto histórico, político e cultural brasileiro. Em seguida, um breve histórico da EJA, revisitamos a história, o percurso de resistência e os movimentos sociais no bairro de Pirajá, no bairro de Pirajá dentro deste cenário de luta e resistência para o contexto da EJA, o Fórum EJA Bahia, a trajetória do Fórum EJA Salvador, como o surgimento do Coletivo de Pirajá dentro do Fórum EJA-BA, os sujeitos da luta, as lideranças comunitárias e a presença de Raymundo Coelho, líder comunitário na organização de ações em Pirajá no Terceiro Milênio, a EJA Pirajá e a UNEB – caminhos da visibilidade. Destacamos também a utilização de alguns autores como: Paulo Freire (1980), Ventura (2013) Faria e Moscovitis (2017). No terceiro tópico abordo os avanços e retrocessos históricos e o desmonte da educação de jovens e adultos no cenário educacional brasileiro, o registro do processo de fechamento de escolas de EJA em todo o país, mas gravemente em Salvador-Ba, com a realidade do fechamento em 2022 de 44 escolas. Autores como Jane Paiva (2006), Freire (2000), Arroyo (2001), Gohn (2001) foram essenciais, com a finalidade de embasamento teórico para delinear a imbricação da pesquisadora com o objeto de estudo.

Em seguida, no quarto tópico descrevo a estruturação da pesquisa, o percurso teórico e metodológico, opção pela abordagem qualitativa, a estratégia de pesquisa participante. Destacamos que este estudo de abordagem qualitativa apresenta a conceituação dos movimentos sociais autores como André (2008), Minayo (2009), Thiollent (1997) asseguram as etapas do processo de coleta de dados e análise dos dados e a construção do museu virtual para preservação da memória da luta de resistência na defesa da EJA, bem como do seu legado para os sujeitos participantes do Coletivo de Pirajá e sua comunidade local.

Na escrita consecutiva, o quinto tópico tomo como ponto de partida a sistematização das experiências do Coletivo de Pirajá nas participações na UNEB, ALFAEJA, EREJAS, ENEJAS, GEPALÉ, Café Paulo Freire e outras participações em defesa da EJA no cenário baiano e brasileiro país. Destaco também a realidade atual do Coletivo na agenda de lutas no contexto de resistência para a reabertura das escolas de EJA. Logo em seguida, apresento a proposta do produto final da pesquisa o museu virtual.

Nas considerações finais trago os resultados investigados e as reflexões pertinentes sobre a pesquisa e seus impactos na comunidade de Pirajá frente a problemática que sempre causou inquietação e provocou os moradores a defender a EJA, em seguida trago as referências, os apêndices e os anexos.

O percurso desta escrita está constituído da análise da Educação de jovens e adultos e o seu contexto histórico, político e cultural brasileiro e o Percurso de resistência e luta da comunidade de Pirajá no cenário educacional.

A EJA tem uma importância fundamental para ascensão deste país, precisamos investir no processo de libertação das classes populares das amarras do analfabetismo e da negação de direitos humanos. Após as considerações apresentamos as referências bibliográficas consultadas, bem como apêndices e anexos resultantes do processo de pesquisa. O estudo se reveste, em toda a sua estrutura, de importância científica.

Segundo Freire (2000, p.37): “Não é possível pensar em seres humanos longe, sequer da ética, quanto mais fora dela. (...). Nessa perspectiva, pensar a escola para além do ler e escrever, como espaço de luta e reflexão-ação, tornou-se o ponto de partida.

Dessa forma, ao relembrar as minhas escolhas, a pesquisa foi se construindo com narrativas que indicam a referência e o meu compromisso com a Educação de Jovens e Adultos - EJA, vivenciando a realidade entre a minha história de vida, formação acadêmica, escolhas profissionais e dedicação a EJA desde a minha formação inicial na graduação com os primeiros estágios nesta modalidade fazendo com que desse sentido a trajetória como pessoa e educadora buscando compreender a EJA, em consonância com as instituições que lutam e defendem essa educação com o objetivo de trazer elementos importantes para o cenário de luta e resistência em Salvador -Ba.

Assim reconheço que ser pesquisadora no campo da EJA é algo grandioso para minha realidade e de muitas pessoas que reconhecem a importância dessa educação para os trabalhadores e trabalhadoras.

A participação no XIV ENEJA em 2022, realizado nos de 04 a 07 de agosto no ano de 2023, em Florianópolis, veio em um momento muito importante para esta pesquisa, estar no contexto de luta e enfrentamento para compreender e fortalecer as ações necessárias não somente por se tratar

de uma luta pela educação pelo seu caráter de inclusão social, mas por ser uma educação emancipadora como inclusão política que favoreçam o acesso aos bens materiais e simbólicos, críticos, criativos, propositivos e transformadores com vista à construção de uma nova sociedade justa, solidária, democrática e igualitária.

Os Fóruns de EJA do Brasil tem aprofundado as discussões sobre a identidade dessa modalidade educacional no país, sobre as condições de efetivação do direito à educação de seus jovens, adultos/os e idosos/os as trabalhadoras/es, por meio da garantia do acesso a uma escola que as/os acolha e que trabalhe numa perspectiva de educação popular libertadora, que atue por sua permanência e conclusão dos estudos com qualidade social.

Ao analisar o cenário brasileiro nos dados do Censo 2022, visualizamos o grupo de 65 anos ou mais que permanecem com a maior taxa de analfabetismo (20,3%) que revela a dívida educacional brasileira com essas pessoas que não foram alfabetizadas nas idades apropriadas, devido ao contexto da pobreza, o atraso no investimento a educação e ao acesso e garantia a escolaridade.

Esta pesquisa também trouxe outros indicadores importantes da EJA, na afirmação do direito à educação, como na garantia de direitos humanos básicos, visto que elucidam uma realidade expressiva de desigualdades, herdadas de nosso passado escravista e ampliadas no contexto atual, devido a projeção de um modelo que concentra renda, através da redefinição do capital nos preceitos da financeirização exploratória.

Em 2022, analfabetismo foi reduzido, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. Desta forma, a educação de jovens, adultos/os e idosos/os, trabalhadoras/es, precisa ser visibilizada, assim como as escolas e turnos desta modalidade que foram fechados, inviabilizando o direito à educação desse público trabalhador, necessita serem reabertos e reorganizados em suas comunidades. Situações e realidades como essas não estão naturalizadas nos fóruns de EJA do Brasil que permanecem na luta em defesa da Educação para as classes trabalhadoras.

O direito a educação digna, muito além do processo de alfabetização nas escolas, com senso crítico é necessário para a superação dos desafios impostos na sociedade contemporânea. A EJA deve ser caracterizada por dimensões plurais e críticas recheados de intenções subjetivas que envolvam o viver, sentir, pensar para a formação humana de homens e mulheres que na sua maioria são trabalhadores e trabalhadoras desta nação. Destarte, perceber “a escola como um espaço político, limitado, mas de importância relativa na superação das contradições da sociedade” GADOTTI, (2003, p.171) é tirar a sentença de uma vida excludente para muitos dos brasileiros que não perderam os sonhos e a esperança por uma vida digna.

Esses desafios da educação de jovens e adultos que foram se revelando ao longo do processo histórico, por meio da negação de direitos essenciais e a políticas públicas imersas de contradições nos impulsionam ao cenário de lutas e na defesa dessas pessoas ao direito aos espaços educativos formais tão necessários para a emancipação dos seres humanos.

2.0 MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E CULTURAL BRASILEIRO

No percurso da história, o Brasil tem persistido em uma natureza autocrata do Estado, procurando soluções pelo alto, provenientes dos interesses da classe dominante, organizando o sistema estatal de maneira a assegurar a manutenção dos privilégios do bloco no poder, em detrimento das aspirações da classe trabalhadora.

Segundo advoga Ianni (1984, p.19), “é tão acentuado o divórcio entre o Estado e a maioria da sociedade civil, que o povo se sente estrangeiro no próprio País; emigra para dentro de si mesmo”. Assim, nessa fragilidade da sociedade civil brasileira a EJA, vem se consolidando, A educação deve cada vez mais assumir o seu papel político de mediação entre os saberes acumulados pela humanidade e os interesses das classes subalternas, sendo estes antagônicos aos interesses privatistas, deve estabelecer mediações entre o homem e o mundo. Seguindo esse pensamento, Paro (2008, p.119-120) destaca que:

[...] é importante notar que a estratégia da classe operária para a conquista da hegemonia social guarda uma diferença fundamental em relação a maneira pela qual a burguesia procura manter-se como classe hegemônica. Enquanto está, através de uma abordagem metafísica do real, busca manter as pessoas afastadas da compreensão objetiva do mundo social, refugiando-se numa concepção idealista da realidade, como forma de ocultar os conteúdos que comprometem sua situação dominante, a classe operária interessa precisamente o contrário, ou seja, o desvelamento, mais radical possível da realidade concreta, já que o conhecimento dessa realidade traz em si, um caráter revolucionário, na medida em que põe a mostra as injustiças e contradições existentes, apontando a necessidade de sua superação.

Nessa perspectiva a compreensão da sociedade se dá numa visão humanística, buscando a superação da lógica do capital em que prevalece a meritocracia e o individualismo na busca constante do lucro, perpassa pela concepção da escola em seus princípios emancipatórios, que mesmo no seu espaço permeie a contradição de a sociedade capitalista pôr em deve se organizar para a superação desta visão de homem e de mundo. Superando assim, a negação da escola como um direito social.

Portanto, acreditamos que os movimentos sociais são uma forma de dar voz aos silenciados e assim transformar a educação. E assim “É por esse caminho que o movimento popular, vai inovando a educação.” (FREIRE, 1989, P.66). Para Freire (1980 p.77), “aqueles que são conscientizados apoderar-se de sua própria situação, inserem-se nela para transformá-la ao menos com o seu projeto e com os seus esforços”.

Na segunda carta pedagógica, ao referir-se à marcha do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em direção a Brasília, Freire (2000, p.61) manifesta seu sonho de ver o país cheio de marchas: As marchas dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, dos que clamam contra a violência, contra a mentira e o desrespeito a coisa pública. A marcha dos sem-tetos, dos sem-escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível.

Na entrevista à TV PUC, por Luciana Burlamaqui, poucos dias antes de morrer ele expressou a mesma ideia, com uma enorme plasticidade. Eis a transcrição do trecho: Eu estou absolutamente feliz por estar vivo ainda e ter, acompanhar a marcha, que outras marchas históricas revelam o ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo, dessa marcha dos chamados sem-terra. Eu morreria feliz se visse o Brasil, cheio em seu tempo histórico de marchas. Marchas dos que não tem escola, marchas dos reprovados, marcham dos que querem amar e não podem. Marchas dos que se recusam a uma obediência servil. Marcha dos que se rebelam, marcha dos que querem ser e são proibidos de ser. Eu acho que, afinal de contas, as marchas são andarilhares históricas pelo mundo e os sem-terra constituem uma das expressões mais forte da vida política e da vida cívica deste país. (...) O que eles estão, mais uma vez, é provando certas afirmações teóricas de analistas políticos, de que é preciso mesmo brigar para que se obtenha um mínimo de transformação. (Transcrito por Vítor Schütz).

Com essas palavras Paulo Freire reconhece os movimentos sociais como as forças por excelência, capazes de alterar situações de injustiça construídas na história, a partir de interesses que passaram a ser naturalizados.

Por isso quanto mais envolvidos e conscientizados se tornam os homens, mais capacitados eles estão para a participação cidadã frente à realidade. A educação deve ajudar o homem a chegar a ser sujeito a partir de tudo o que constitui sua vida, portanto, a educação só pode ser considerada um instrumento válido se estabelecer uma relação com a sociedade na qual o homem está inserido, pois os homens constroem a sua história, criam o seu mundo com o seu trabalho, se realizam (FREIRE,1980).

A necessidade de enfrentar os problemas urbanos e a necessidade de participação dos indivíduos no destino coletivo exige a construção de um projeto de desenvolvimento local sustentável, no qual a educação tem um papel decisivo e transformador na organização do tecido urbano a partir da dinâmica da vida social. Logo, a realidade social não existe por acaso, mas como resultado da ação dos homens que através da sua ação transformadora da realidade “criam a história e se fazem seres histórico-sociais” (FREIRE, 1999, P.92). Buscando sentido, seguimos em frente

com uma pequena chama acesa em meio a tempo tão hostil para realizar a educação pública deste país neste século, mas o desejo de caminhar em meio a tanto desafios, mesmo se fôlegos, sufocados em meio à desvalorização da própria educação pública para esta sociedade, leva a reflexão que Sem luta não há escolas (CAMPOS,1989). Porque a escola é um espaço de diversos conhecimentos e saberes. Acima de tudo tem na sua essência maior um ato social importante para a vida de todos os indivíduos. Os que ensinam e aprendem precisam estar envolvidos em uma causa maior de transformação social. Pensar e agir dessa forma são fundamentais para a sobrevivência da escola nos próximos anos.

A escola não é um espaço vazio, para ser preenchido somente no tempo espaço das aulas ministradas, mas está impregnada de símbolos, valores e sentidos culturais da comunidade em que está inserida. Assim, dessa forma a escola tem que abrir o seu coração e fazer pulsar o que tem de melhor, os seus valores humanos e construir caminhos possíveis, viáveis para essa década, deixar uma marca significativa para a educação das classes dominadas.

Nesta importância da luta pelas escolas, visualizamos a EJA presente em todas as escolas públicas do país. Favorecendo desta forma, para que as pessoas retornem as escolas para concluírem seu percurso educativo. Essa acessibilidade tem um valor muito grande para garantir a queda nos índices ainda bastante significativos do IBGE, sobre a escolaridade dos brasileiros com relação ao analfabetismo, permanência, conclusão do ensino fundamental médio e acesso a Universidades.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EJA

No cenário brasileiro, a Educação de Jovens e Adultos esteve sempre em discussões e tensionamentos sobre a forma como a modalidade foi pensada desde o princípio pela sociedade e pela própria instituição escolar. As pessoas que estão na EJA trazem uma história de interrupções e dificuldades para permanecerem e concluírem seus estudos, sofrendo preconceito social e uma imagem marginalizada.

Assim, entender as lutas dos movimentos sociais e dessas pessoas tem uma relevância bastante significativa para o atual momento dessa modalidade de ensino, compreendendo que as lutas e os aspectos de natureza social econômica, política, étnica e cultural situa-se num cenário globalizado que precisa ser modificado, principalmente a ideia do analfabeto como um indivíduo alienado, incapaz, ignorante, pobre, sem cultura à margem das decisões da sociedade e do poder construída ao longo da nossa história, continua sendo o ponto de partida de análise dos poderes públicos discutirem essas questões da educação de jovens e adultos, sua inclusão na sociedade e inserção no mundo do trabalho. No percurso histórico, foram diversas investidas em campanhas e

programa de caráter emergencial, e na maioria das vezes assistencialista, sem êxito. A EJA é marcada por uma trajetória de domínio da classe dominante sobre a classe dominada. É como se a educação destinada a pessoas menos afortunadas das classes populares fosse uma espécie de assistência, e não um direito institucional (CURY, 2016).

Historicamente a educação brasileira no período colonial tinha um objetivo específico para as crianças; mas indígenas e adultos também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional pelos jesuítas de acordo com o autor (ARANHA, 2006): A Companhia Missionária de Jesus tinha a função básica de catequizar iniciação à fé e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira durante o processo de colonização, após a chegada dos padres jesuítas, em 1549. Estes se voltaram para a catequização e instrução de adultos e adolescentes, tanto de nativos quanto de colonizadores, diferenciando apenas os objetivos para cada grupo social, através dos subprodutos das escolas de ordenação criadas pelo Padre Manoel da Nóbrega, a fim de propagar a fé católica juntamente com o trabalho educativo. Entretanto, com a chegada da família real e consequente expulsão dos Jesuítas no século XVIII, pelo Marquês de Pombal, à educação de adultos entra em falência, pois a responsabilidade pela educação acaba ficando às margens do império (STRELHOW, 2010). Desta forma, a identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas as aulas régias que seria na época latim, grego, filosofia e retórica, ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses brancos e do sexo masculinos, excluindo-se assim as populações mulheres, negras e indígenas.

Durante todo o período imperial houve diversas discussões nas assembleias provinciais, acerca do modo como se dariam os processos de inserção das denominadas classes inferiores homens e mulheres pobres livres, negros e negras escravos, livres e libertos da sociedade nos processos formais de instrução. O Ato Adicional de 1834 delegou a responsabilidade da educação básica às Províncias e reservou ao governo imperial os direitos sobre a educação das elites nessa estrutura, a exceção ficou com o Colégio Pedro II; este, sob a responsabilidade do poder central, deveria servir de modelo às escolas provinciais (ARANHA, 2006).

A partir da década de 1930 é que a educação de jovens e adultos efetivamente começa a se destacar no cenário educacional do país, quando em 1934, o governo cria o Plano Nacional de Educação que estabeleceu como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional (FRIEDRICH et.al, 2010).

Em 1910, as informações do IBGE, surgiram com o índice de 11 milhões e meio de pessoas com mais de 15 anos analfabetas no país, gerando nos grupos sociais existentes na época

mobilizações para organizar campanhas de alfabetização chamadas de Ligas a partir de 1945, com a aprovação do Decreto nº19. 513, de 25 de agosto de 1945, a Educação de Adultos tornou-se oficial.

Em seguida, projetos novos e campanhas foram sendo lançadas com a intenção de alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso à educação em período regular. Destaques a serem citados: Criação do Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA) voltado ao ensino Supletivo, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947) no intuito de reduzir o analfabetismo das nações em desenvolvimento, gerando a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil; o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos e, logo em seguida, em 1949, o Seminário Interamericano de Educação de Adultos. Nos anos 50 é realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) e na década de 1960 o Movimento da Educação de Base (MEB) (VIEIRA, 2004). O MEB, era sistema de rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); como também os Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão Também se Aprendem a Ler – CPCTAL, porém o MCP estava direcionado para atender às necessidades de qualificação da mão de obra para o setor industrial além do objetivo de ampliação dos currais eleitorais mantidos pelas práticas clientelísticas.

Ainda nesta década de 60 o país viveu momentos que se refletem até hoje em nossa sociedade, com o recorte na educação, as mobilizações populares, sociais, públicas e culturais e teve o Nordeste, especificamente em Pernambuco, onde o movimento da Educação Popular nasceu como um dos centros destas discussões políticas e culturais efervescentes, pautando na grande limitação que a população tinha em relação à alfabetização e a escolaridade, discussões como a Educação Popular com o surgimento de referenciadas em teorias marxistas e católicas no Brasil de uma educação igualitária para todos, ganhando força no governo do presidente João Goulart. É neste contexto do país que Paulo Freire propõe a teoria da Educação como fonte libertadora, e apresenta uma nova perspectiva para educação de todos os cidadãos que não tiveram oportunidade de acesso à alfabetização. Freire ganha visibilidade a nível mundial, ao trazer sua experiência da cidade de Angicos, no interior do Estado de Rio Grande do Norte, em 1963, com um audacioso projeto de alfabetização em 40 horas, priorizando uma educação para emancipação, essencial para autonomia política e social dos sujeitos.

Desta forma, neste período, o país experimenta os primeiros passos da Educação Popular em comunhão com a educação como fator de emancipação da população.

Foi dentro desta perspectiva que este movimento se propõe a conscientizar a população da importância da educação, com a parceria de entidades como a União Nacional dos Estudantes

(UNE) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em Recife, no estado de Pernambuco, ocorreu o importante apoio da prefeitura ao Movimento de Cultura Popular, que buscou uma campanha de interesse da população em alfabetizar-se, Saviani explica que:

Pretendia-se desenvolver uma educação genuinamente brasileira, visando a conscientização das massas por meio da alfabetização centrada na própria cultura do povo. A prática que se buscou implementar visava aproximar a intelectualidade da população, travando um diálogo em que a disposição intelectual era a de aprender com o povo, despidendo-se de todo o espírito assistencialista. (SAVIANI, 2008, p. 318).

Paulo Freire, é a base do que se começou a chamar de Educação Popular. Freire era nordestino de Recife-PE e nasceu no ano de 1921, foi criado na pobreza, enfrentando várias dificuldades. Durante essa realidade, conheceu uma professora chamada Eunice, que o ensinou a ler o mundo, esta professora ensinou que: “[...] a escola não era lugar de medo e de pavor, mas de reparar na maneira bonita de dizer palavras” (FIDALGO, 2000, p. 35).

Porém, com a Ditadura Militar (1964-1985), as correntes de repressão seguiram fortes no Brasil e toda cultura de Educação Popular logo é considerada subversiva, assim o movimento é enfraquecido, seus integrantes foram perseguidos e reprimidos pelos órgãos do Governo Federal que, em 1967, autorizou a criação do MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, com o objetivo de preparar mão de obra necessária aos seus fins, aos interesses capitalistas do Estado. Na LDB 5692/71 que contemplava o caráter supletivo da EJA, excluindo as demais modalidades, e não diferia dos objetivos do MOBREAL quanto à profissionalização para o mercado de trabalho e à visão da leitura e da escrita apenas como decodificação de signos (BRASIL, 1971). A partir de 1985 passou a se chamar Fundação Educar, vinculada ao Ministério da Educação, que ofertava apoio técnico e financeiro às iniciativas de alfabetização existentes (VIEIRA, 2004).

Em 1996, após um longo período, surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (nº 9.394/96), que reafirma o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico e ao dever público sua oferta gratuita, estabelecendo responsabilidades aos entes federados através da identificação e mobilização da demanda, com garantia ao acesso e permanência (BRASIL, 1996).

Ainda na década de 90 emergiram múltiplos eventos nacionais e internacionais sobre a Educação de Jovens e Adultos a exemplo dos Fóruns estaduais de Educação de Jovens e Adultos surgidos no período. Em 1997, reforçando essa direção, a Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos, resultado da V Conferência Internacional para a Educação de Adultos (Confinteia) enfatiza que A educação de adultos se torna mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como uma plena participação na

sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça (UNESCO, 1997, p.1).

Ainda na década de 90 emergiram múltiplos eventos nacionais e internacionais sobre a Educação de Jovens e Adultos a exemplo dos Fóruns estaduais de Educação de Jovens e Adultos surgidos no período. Em 1997, reforçando essa direção, a Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos, resultado da V Conferência Internacional para a Educação de Adultos (Confinteia) enfatiza que: A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça (UNESCO, 1997, p.1).

Em 2003, a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo é criada pelo Governo Federal, lançando o Programa Brasil Alfabetizado, nele incluídos o Projeto Escola de Fábrica (voltado para cursos de formação profissional), o PROJOVEM (com enfoque central na qualificação para o trabalho unindo a implementação de ações comunitárias) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) segundo (VIEIRA, 2004).

O FUNDEB, Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica foi aprovado em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC) dessa forma, todas as modalidades de ensino, parte dos recursos financeiros destinados à educação (BRASIL, 2007).

Assim, o maior desafio na atual realidade brasileira para a EJA, se constitui em reconhecer o direito a educação aos jovens, adultos e idosos na sua maioria trabalhadores e trabalhadoras deste país, neste sentido provocar uma mudança na concepção e práticas realizadas para esta modalidade de ensino da educação básica, dentre outras ações também, de maneira que a EJA seja reconhecida como um direito, e não um favor prestado em função da disposição dos governos, da sociedade ou dos empresários (Freire, 1997).

Freire acreditava que, a classe trabalhadora é imprescindível para o desenvolvimento da sociedade, e o seu legado freiriano está relacionado ao desenvolvimento de espaços para o exercício da autonomia dos oprimidos, sendo então, realizados através do mecanismo escolar. Freire entendia:

A prática educacional não é o único caminho à transformação social necessária à conquista dos direitos humanos. Contudo, sem ela, jamais haverá transformação social; é que a educação consegue dar às pessoas maior clareza para lerem o mundo, e essa clareza abre possibilidades de intervenção política. É essa clareza que lançará um desafio ao fatalismo neoliberal. (FREIRE, 2014 apud FERREIRA; SOUZA, 2018, p. 47).

Desta forma, existe uma importância muito grande na luta em defesa da EJA nas mobilizações de pessoas, educandos, movimentos sociais, gestores, sindicatos, secretarias de educação, pesquisadores, universidades, comunidades, entre outros para que o Brasil firme um compromisso com essas pessoas que se encontram sem educação formal ou incompleta, de forma digna, com materiais pedagógicos, recursos financeiros, livros didáticos entre outras possibilidades reais de transformação social para suas vidas e conseqüentemente para a vida do país.

Destaque para as mobilizações em defesa da EJA: (EREJA), Encontro nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), Movimentos de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA). Importante ressaltar que a partir destas Conferências iniciaram-se os debates sobre a exclusão social e sobre a democratização do ensino, foram organizadas diversas orientações para a modalidade da EJA. O primeiro Fórum de EJA foi criado no estado do Rio Janeiro no ano de 1996, em meio à série de encontros preparatórios que antecederam a V CONFINTEA, ocorrida em Hamburgo (Alemanha), em 1997, com o objetivo de construir novas relações para discutir as políticas públicas educacionais dos vários segmentos desta modalidade de ensino.

O movimento dos Fóruns de EJA no Brasil, conforme explica Duarte (2013, p. 3), nasce a partir da “[...] preparação da V Conferência Internacional de Educação de Adultos – V CONFINTEA. Surge marcado por dois princípios básicos. O primeiro é o da educação como direito de todos, que se encontra assegurado no art. 205, da Constituição de 1988”. Após a V CONFINTEA outro princípio passa a ser defendido, o do direito à educação ao longo da vida.

Paiva (2004) afirma que a criação dos Fóruns foi uma estratégia visando desconstruir posturas centralizadoras, sedimentadas ao longo da história política brasileira. Sua consolidação possibilita, no entendimento da autora, a prescrição de relação mais igualitária, fator preponderante para um processo de democratização da educação nas esferas locais. Representa ainda, segundo ela, um grupo de pressão organizado e permanente em defesa das peculiaridades da EJA, orientado pela demarcação do espaço político da demanda potencial dessa modalidade, qual seja: conseguir espaços e recursos para que ações inovadoras possam ser implementadas. Atualmente, existem no Brasil vinte e seis fóruns estaduais e um fórum distrital de EJA.

2.2 REVISITANDO A HISTÓRIA, O PERCURSO DE RESISTÊNCIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BAIRRO DE PIRAJÁ

Neste capítulo da dissertação a emoção veio à tona, ao pesquisar a História do início do bairro de Pirajá, vislumbrei cada cantinho, cada rua, os espaços geográficos, e como num impulso desejei escrever e referenciar esse processo histórico para que as pessoas conhecessem o início, o meio e pensasse que ainda temos muito o que lutar pois não estamos no fim. Desejei que a história se repetisse na luta pela liberdade, que cada criança, jovem, adulto ou idoso tivesse no coração a esperança de dias melhores. Assim, peço licença para trazer um pouco do registro histórico deste bairro, que ainda tem a essência da resistência por direitos essenciais a vida, dentre eles a Educação de Jovens e Adultos!

Interessante rever o processo de povoamento pelos portugueses em Pirajá que é datado desde o período das capitânicas hereditárias. A história da região onde encontra-se hoje o bairro de Pirajá remonta os períodos iniciais da colonização no Brasil. Antes ocupado por indígenas Tupinambás, há relatos que indicam que o processo de ocupação da localidade iniciou com a chegada do capitão donatário Francisco Pereira Coutinho, no período chamado de Capitânicas Hereditárias, no ano de 1542. Fico a imaginar essa chegada nesta localidade hoje imersa em uma realidade urbana, desordenada e com sérios problemas de um bairro periférico. Com o fim das capitânicas hereditárias, iniciou-se o Governo Geral, onde Pirajá foi novamente ocupada por Portugueses, e com a organização das regiões da cidade em Freguesias, passou a ser denominada de Freguesia de São Bartolomeu de Pirajá, tendo como sede a primeira igreja construída na localidade no início do processo de colonização. A atual igreja católica do Bairro teria sido então a segunda construída na região, na segunda metade do século XVIII (SENA, 2020).

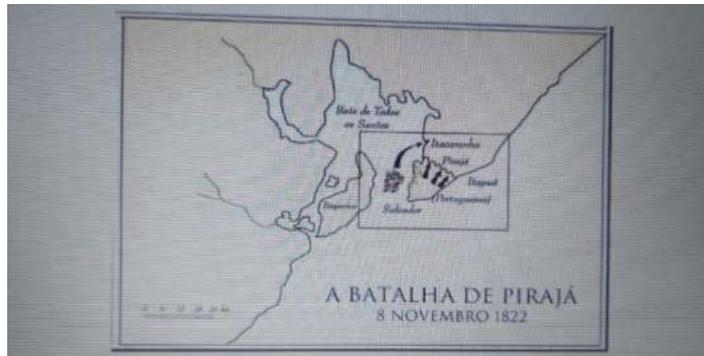
Essa região era considerada estratégica tanto para defesa da Baía de Todos os Santos, quanto para a produção de açúcar, pela proximidade com o mar e o tipo de solo da região. A produção açucareira inseriu Pirajá no comércio agroexportador Português, segundo Gabriel Soares de Souza, memorialista do século XVI, Pirajá produzia no período inicial da colonização 4000 arrobas anuais de açúcar, com a instalação de 40 engenhos de açúcar na região, demonstrando o pioneirismo e a potencialidade da produção de açúcar na região de Pirajá (SOUZA, 1879). O mesmo memorialista também descreve a importância da Pirajá para o abastecimento da cidade, por conta da abundância de peixes, mariscos e a pesca da baleia. A prática de extração do óleo de baleia tinha como finalidade a iluminação pública no período e a carne era utilizada para alimentar os escravizados.

No século XVIII, a descrição de um dos padres da Igreja de Pirajá no ano de 1757, demonstra que a região denominada de Pirajá, ultrapassa as delimitações do atual bairro. Esse

documento histórico, descrito por Sena (2020), mostra que a região era composta por cinco povoados ocupados por cerca de 900 pessoas de comunhão, ou seja, somente adultos. Dentre esses lugarejos, a documentação cita o nome de fazendas que remontam atuais bairros do subúrbio de Salvador como Escada, Itacaranha, Praia Grande, Periperi, São Caetano, entre outras fazendas. Esse registro evidencia o tamanho que a localidade alcançou ao decorrer dos séculos.

Ao longo do século XVIII e XIX, a região de Pirajá foi palco de diversos acontecimentos históricos importantes, o primeiro exemplo deles foram as guerras da independência do Brasil na Bahia. Segundo Tavares (2019), existiam, ao todo, três brigadas militares protegendo o subúrbio, e uma delas estava localizada em Pirajá. Essa região era de extrema importância para a defesa da cidade de Salvador e por isso o principal embate, que definiu a independência da Bahia e do Brasil, aconteceu ali. Segundo Monteiro (1981), a luta entre portugueses e brasileiros foi árdua, e a resistência do exército de Labatut para que Pirajá não caísse nas mãos inimigas, maior ainda:

A luta foi tremenda, a resistência heroica; mas após quase cinco horas de refrega, acudindo reforços chegados da cidade e para não ver o exército bipartido, os independentes estavam ao ponto de recuar e escolher na retaguarda melhor ponto de defesa. Já galgavam os atacantes as encostas dos montes, certos de levar de vencido o inimigo, (...). (p. 552).



Mapa 1 – A Batalha de Pirajá. Fonte: Carvalho (1998).

Outro acontecimento importante que teve Pirajá como palco para o evento histórico foi a Revolta dos Malês. Essa revolta envolveu mais de 600 escravizados de diversas regiões de Salvador, sendo considerada a maior revolta escrava do Brasil, possuía cunho religioso muçulmano e defendia a independência, criando uma verdadeira Jihad na Bahia. Segundo Reis (2013), muitos dos escravizados muçulmanos que participaram da revolta fugiram para Pirajá.

No início do século XX, início da república, Pirajá vai perdendo suas características de uma zona mais ruralizada e passa a se aproximar dos padrões urbanísticos atuais. Os governantes, a partir desse período, criaram infraestruturas para facilitar o escoamento dessa região da cidade em direção ao centro. Para Pirajá, podemos citar a construção da rodovia federal BR-320 no início dos

anos 1940, onde até então a entrada da cidade se dava pela Estrada das Boiadas, hoje Estrada de Campinas, e a criação das linhas de ônibus, e a posterior construção da Estação Pirajá. Nesse período também foram construídos os primeiros conjuntos habitacionais pela empresa de Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS), por conta do crescimento populacional e pela demanda habitacional de Salvador (REBOUÇAS, 2011). Além dos conjuntos habitacionais, surgiram também as invasões de terras desapropriadas. Em grande parte, as pessoas que buscavam a localidade para morar na segunda metade do século XX chegavam à cidade para buscar trabalho, advindas do êxodo rural do recôncavo e do sertão da Bahia. A proximidade de diversas fábricas têxteis, como a Companhia União Fabril da Bahia e Progresso Industrial da Bahia, se tornaram também atrativos para a escolha das pessoas que chegavam à cidade em busca de emprego.

Assim, nesta trajetória de luta histórica neste bairro, os moradores atuais enfrentam diversas batalhas, a exemplo no campo da educação de jovens e adultos que vem sendo ameaçada de fechamento nas escolas públicas do bairro. A comunidade conquistou, ao longo destes anos, 6 escolas públicas e uma creche (CMEI). Porém, a luta pela permanência e existência desta modalidade de ensino, a EJA, tem sido um dos grandes desafios dos líderes comunitários e moradores pelo desmonte em que se encontra a educação pública do próprio país. Desta forma, resistir e lutar, tornou-se algo pertinente na trajetória do bairro em prol das pessoas que não concluíram seus estudos.

A comemoração do 2 de julho, que hoje é amplamente celebrada no bairro de Pirajá e em toda a Bahia, nasceu como um movimento popular dentro do Bairro de Pirajá. Entretanto, a comemoração, que hoje tem como objetivo relembrar os feitos heroicos dos principais líderes do movimento da independência, já teve um outro sentido, que era o de protesto pelo descaso que a população, pelo pedido de liberdade dos negros e indígenas da escravidão, que fora prometido no período das guerras, e contra as condições de vida da população.

Lutas essas que trazem a marca de um passado histórico esquecido pelos poderes públicos e que alimenta o desejo de dias melhores por seus moradores.



**Foto 1-Moradores no ato do 1º de julho de 2023.
Fonte: Coletivo de Pirajá-2023**

Atualmente Pirajá pode ser representado por algumas palavras como um bairro cultural, histórico, periférico, populoso e comercial. Concentra garagens de empresas de ônibus, galpões atacadistas, várias lojas de autopeças, uma estação de ônibus (Estação Pirajá), acesso ao metrô (Estação Campinas de Pirajá) Porto Seco (complexo de empresas), diversos conjuntos habitacionais, a Represa do Cobre e o Parque São Bartolomeu. Também abriga a sede do Cortejo Afro e do Instituto Oyá, que une ancestralidade com empreendedorismo, reconhecido pela UNESCO como um projeto que visa uma metodologia inclusiva.

Possui ainda um dos maiores remanescentes de mata atlântica, em área urbana, do País. Tem grande importância ambiental, histórica e religiosa.



Foto 2-bairro de Pirajá Igreja Matriz e Pantheon. Fonte: Informe Pirajá 2023.

O bairro de Pirajá fica localizado nas margens da BR-324 e do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Seu acesso pode ser feito pela BR-324 (pelo Norte e Leste), Estrada do DERBA (pelo Norte), Estrada Velha de Campinas e (pelo Sul) e Ligação Pirajá-Suburbana (pelo Oeste).

A facilidade de acesso a partir da relativa expansão viária fez com que Pirajá se tornasse alvo das incipientes políticas públicas para habitação popular em Salvador, sob responsabilidade do Governo do Estado [através da URBIS] e movido pelo acelerado crescimento populacional da cidade e consequente ampliação da demanda por habitação. “O Conjunto Pirajá I foi implantado entre 1979 e 1981, com 1.061 casas, do lado esquerdo da BR-324 [...] [no ano de 1987] ocorreram também as invasões ‘Pirajá’, com 131 famílias, e a ‘Matadouro’, com 150 famílias, nas terras da família Catharino, em Pirajá (A Tarde, 30/9/87)” (VASCONCELOS, 2002, p. 372).

A ação da União Fabril para parcelar a área data dos anos de 1970, mas, não foi encontrado um ano preciso tanto na entrevista com o gerente da empresa, quanto nos diálogos com moradores. Segundo o Senhor Raymundo, morador do bairro desde 1963, a empresa parcelou após as primeiras ocupações informais, desta maneira, tais invasões ocorreram em anos anteriores das registradas pelo jornal de referência encontrado em Vasconcelos, possivelmente tiveram números menos representativos.

As primeiras ações de ocupação em Pirajá foram, portanto, de responsabilidade dos sujeitos espaciais moradores do bairro. A mudança de ramo da União Fabril no ano de 1932 foi reflexo das transformações socioeconômicas pelas quais passava a cidade de Salvador, em especial o declínio do ramo fabril. A atividade fabril conviveu alguns anos com a de administração dos terrenos, até a última se sobrepor à primeira, extinguindo-a. A ação da empresa de parcelar também seguiu os novos rumos socioeconômicos da cidade: valorização da propriedade privada e apropriação da renda da terra urbana.

Pirajá passa de rural a urbano, com fortes aspectos do primeiro. A aquisição das terras pela empresa, segundo o gerente entrevistado que trabalha na mesma há mais de 40 anos, se deu através de compras e arrematações em leilões (REBOUÇAS, 2008). (Fádia dos Reis Rebouças moradia e habitabilidade no bairro de Pirajá no contexto da produção do espaço urbano periférico da cidade de Salvador-Ba).

O Parque São Bartolomeu, em Salvador, envolve uma área de preservação ambiental da Bacia do Rio do Cobre (São Bartolomeu), incluindo uma represa e cascatas. O Parque São Bartolomeu tem uma história fascinante. Foi habitado pelos tupinambás e, no século 17, foi palco da invasão holandesa. Mais tarde, tornou-se abrigo para os quilombolas, incluindo Zeferina, a escrava protagonista da Batalha de Pirajá que fundou o quilombo do Urubu. Esse parque situa-se

entre a Enseada dos Cabritos e o bairro de Pirajá. O Rio do Cobre deságua na Baía de Todos os Santos, na Enseada dos Cabritos.



Foto 3-Vista parcial do Parque São Bartolomeu, com a Represa do Cobre.

Fonte: Guia geográfico de Salvador-Ba – 2014.

Trata-se de um tesouro escondido, o Parque São Bartolomeu é considerado a única reserva de Mata Atlântica em área urbana do Brasil. Sua vegetação exuberante abriga um manguezal e uma rica biodiversidade de plantas e animais. O parque reúne quatro cachoeiras, incluindo a Cachoeira Oxumaré, a única permitida para banho, e a impressionante Cachoeira e Cascata de Nanã que é alimentada pela barragem do rio do Cobre, o último rio vivo da cidade.

Neste contexto de lutas importantes em defesa da liberdade e de direitos essenciais o bairro de Pirajá foi moldado, mantendo-se nestes enfrentamentos e na resistência aos sérios problemas que o bairro enfrenta diariamente. Os líderes comunitários buscam diariamente que o bairro tenha melhorias no sistema de transporte, na saúde, na educação, no saneamento básico além de outras reivindicações importantes para o bairro.



Foto 4 – Ato de manifestações sobre a retirada das linhas de transporte publico em Pirajá.

Fonte: Informe Pirajá 2023.

Nesta pauta de lutas em defesa destes direitos básicos, encontra-se desde 2011, um grupo de moradores e líderes comunitários, denominado Coletivo e Pirajá, que lutam em defesa da EJA nas escolas de Pirajá.

O Coletivo de Pirajá, tornou-se parte do Fórum EJA Bahia como um movimento de defesa da Educação pública na modalidade da EJA no bairro de Pirajá. A atuação desses sujeitos durante a trajetória de mais de 10 anos de luta através de uma organização coletiva contra o fechamento das turmas da EJA na comunidade. Alimentada pela barragem do rio do Cobre, o último rio vivo da cidade.

A Constituição de 1988 afirma que o Educação um direito público subjetivo, inclusive para aqueles que não tiveram acesso a ele na infância e na adolescência. Com a pressão dos movimentos sociais e o início da abertura política na década de 1980, o país está em sua reconstrução democrática.

Neste período, Paulo Freire regressa do exílio e encontra o país em sua efervescência nas lutas sociais pela democracia, esse novo momento na cultura política, onde movimentos sociais determinam rumos importantes para os direitos humanos favorece a educação pública e a EJA começa a ser discutida em diversos espaços sobre a necessidade de redução dos índices de analfabetismo no Brasil, observamos que a partir do período histórico, década de 70 e 80, a existência de várias pesquisas, dissertações e teses mostrando a força dos movimentos sociais na configuração da consciência popular do direito à educação básica, à escola pública.

Esses dados revelam a ampliação e democratização da educação básica devido à pressão dos movimentos sociais sendo determinantes para tais mudanças no cenário educacional brasileiro. Segundo Arroyo (2003, p. 30), “[...] O aprendizado dos direitos pode ser destacado como uma dimensão educativa. Os movimentos sociais colocam a luta pela escola no campo dos direitos. Na fronteira de uma pluralidade de direitos: a saúde, a moradia, a terra, o teto, a segurança, a proteção da infância, a cidade”. A luta pelos direitos essenciais para os seres humanos.

Nessa perspectiva, destaca-se aqui a importância da comunidade do bairro Pirajá, na luta para conquistar e garantir o direito básico do cidadão, que é o acesso à educação. Nesse contexto, enfatiza-se que a construção e criação das escolas no referido bairro foram resultado de lutas dos moradores que acreditavam que a melhoria de vida se efetivaria por meio da educação.

Os grandes líderes do bairro não esperaram as dádivas dos políticos, fundaram suas escolas em espaços alternativos doados pelas famílias que construíram o bairro. O poder público apenas anos depois legitimou a existência das escolas fundadas por seus moradores. Neste sentido, a comunidade trás no seu coração a seguinte indignação de como é possível se fechar o que não se abriu.

Nesta dinâmica esta pesquisa se reveste de importância social, política, pedagógica e pessoal. Traz a luta diária pela conquista de um espaço de ensino importante para um bairro marcado pela luta por direitos essenciais. As ações desenvolvidas dentro da comunidade têm permitido uma boa interação entre moradores e escola, o que tem tornado o grupo mais forte e assim resistente com as medidas governamentais tomadas. Ao grupo local foi atribuído o nome de “coletivo”, denominado dessa maneira como Coletivo de Pirajá.

A educação para jovens e adultos no mundo contemporâneo, requer muito mais que a capacitação para o mercado de trabalho, para além, um ensino/aprendizagem que envolvam os contextos e os sujeitos. Assim, os conhecimentos educativos devem contribuir para uma concepção e análise de novas práticas pedagógicas, as quais devem influenciar os alunos em sua formação escolar e sobretudo fortalecer os conceitos e atitudes de cidadania.

O interesse pela educação de Jovens e Adultos vem inicialmente da atuação como coordenadora pedagógica no município de Salvador – Bahia, mais especificamente no bairro de Pirajá há mais ou menos onze anos. Isso se acentua com a participação em Projetos Educacionais, a exemplo de ações contra o fechamento de escolas do bairro que tinha por título “quem não abriu, não fecha”. Aliado ao interesse pela EJA vem os movimentos sociais que fazem parte do meu cotidiano enquanto participante do Fórum EJA e de outros grupos de apoio e resistência contra o fechamento de escolas da EJA.

Nesse âmbito já desenvolvendo diversos projetos relacionados ao tema, e cada vez mais me inquietando sobre as potencialidades dos movimentos sociais para a emancipação do sujeito. É preciso compreender neste processo que, ainda que a EJA, enquanto política, tenha uma função reparadora, na medida em que tenta garantir o direito de acesso à educação, ela não se esgota aí.

Não se trata de oferecer esse acesso apenas, mas de assegurar permanência, continuidade e acesso, também, aos conhecimentos históricos, científicos e universais. Portanto, segundo Soares (2002), além de reparadora, a EJA tem função equalizadora e qualificadora. É equalizadora quando o direito de acesso traz consigo uma possibilidade de enfrentar a desigualdade de oportunidades e permanência na escola por parte daqueles que, historicamente, foram desfavorecidos por conta da própria organização social e estrutural do nosso modo de produção.

É qualificadora, por sua vez, quando garante não apenas acesso e permanência, mas conhecimentos que possibilitam à classe trabalhadora enfrentar a situação social, que, em si, já é desfavorecedora, e vislumbrar outros direitos. É nessa perspectiva que se concebe os termos “inclusão” e “cidadania”. A escolha por trabalhar com a comunidade do bairro de Pirajá, em parceria com a EJA parte também da ideia de que neste modelo de educação normalmente se

concentra um público adulto, que já possui a maturidade necessária para esta prática. Aptidão pessoal pela temática também foi um dos motivos para produção desta proposta.

Nos últimos anos a EJA tem sido demarcada por situações desafiantes para sua permanência no cenário educacional, pois estamos convivendo com fechamento de turmas a qualquer época do ano. Tal situação coloca o educando num estado de vulnerabilidade, muitas vezes sendo até acusado de responsável por tal fechamento, deixando de ser uma vítima.

Os profissionais que atuam na EJA convivem com o “fantasma” de perder sua turma a qualquer momento, sendo acusado de não garantir a permanência deste educando, além de terem sua vida profissional desestabilizada, tal fato torna uma angústia constante. Neste contexto, a pesquisa Jacqueline Ventura (2017) aponta:

Nos últimos anos um fenômeno observado neste campo é que o atendimento aos jovens e adultos, que sempre foi de pequena monta, vem regredindo ainda mais. A oferta, neste formato inadequado e limitado, acaba favorecer o esvaziamento das turmas. O mais grave é que esse declínio por parte dos alunos tem sido usado para explicar o fechamento de turmas e até mesmo para justificar o encerramento da oferta da modalidade em várias escolas. Em suma, os próprios alunos da EJA estão sendo responsabilizados pela diminuição de matrículas. (VENTURA, 2017, p.40).

Diante disso, o Coletivo de Pirajá, compreende que sem luta não haverá escolas de EJA, sendo fundamental a mobilização permanente das pessoas, ficando claro que a responsabilidade por esse direito é de todos, não é apenas da escola nem de um grupo e sim de toda a comunidade.



Foto 5-Comunidade na praça de Labatut em Pirajá na luta pela EJA-2011.

O Brasil ainda tem 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever, o que representa uma índice de analfabetismo de 5,4%. A grande maioria delas, cerca de 76%, de cor preta ou parda. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2023, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais da metade (54,7%) estão na região Nordeste, somando 5,1 milhões de pessoas com esta grave

realidade. Estes dados revelam os seguintes indicadores: analfabetismo, abandono escolar de pessoas de 14 a 29 anos, entre outras dimensões e aspectos que nos ajudam a compreender o panorama educacional do país.

Vivemos no país onde o educador Paulo Freire (1921-1997) nasceu, lutou e tornou-se referência mundial na educação popular e na alfabetização de adultos. Mas que a modalidade da EJA se encontra ainda bastante desestruturada, e com esperança seguimos com o retorno da SECADI e da CNAEJA para recomençar nestes espaços debates com a sociedade em geral.

A seguir temos uma tabela da taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as regiões brasileiras de acordo com o IBGE – 2023.

Tabela 1-

Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo (%)											
	15 anos ou mais						60 anos ou mais					
	2016	2019	2022	2023	Variação		2016	2019	2022	2023	Variação	
					2022/ 2023	2016/ 2023					2022/ 2023	2016/ 2023
Brasil	6,7	6,1	5,6	5,4	↓	↓	20,5	18,1	16,0	15,4	↓	↓
Norte	7,9	7,0	6,4	6,4	→	↓	30,0	25,5	23,5	22,0	→	↓
Nordeste	13,9	12,9	11,7	11,2	↓	↓	39,9	37,4	32,5	31,4	→	↓
Sudeste	3,5	3,0	2,9	2,9	→	↓	11,8	9,7	8,8	8,5	→	↓
Sul	3,3	3,0	3,0	2,8	→	↓	11,5	9,6	9,3	8,8	→	↓
Centro-Oeste	5,2	4,4	4,0	3,7	→	↓	21,3	16,7	14,9	13,6	→	↓

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023.

Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

O Nordeste e o Norte apresentam índices de analfabetismo mais elevados de 11,2% e 6,4%, respectivamente entre pessoas com 15 anos ou mais. Embora haja uma queda de 0,5 %, entre 2022 e 2023, o Nordeste é a única região que não conseguiu cumprir a meta 9, presente no PNE (Plano Nacional de Educação) que prevê a redução da taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais para 6,5%.

Tal também é vivenciada no bairro de Pirajá, o que nos indica a real necessidade de se continuar ofertando a modalidade EJA no bairro. Os pesquisadores Lima, Silva e Santos e (2015, p. 69), apontam:

[...] A escola de EJA para cumprir o seu papel de formar/escolarizar os jovens, adultos e idosos deverá também manter um vínculo muito forte com a comunidade. Isso porque, o

apoio da comunidade é importante para estabelecer a integração entre a cultura escolar e a cultura local, assegurando a prática democrática e participativa.

Essa tomada de consciência do direito a educação pelos sujeitos da EJA, para o Coletivo de Pirajá tornou-se essencial e amplia a agenda de lutas pela inserção dos serviços básicos para a população, trazendo uma possibilidade de existência digna com o seu trabalho, com seus sonhos e projetos de vida. Costa e Souza (2017), sinalizam:

[...] A inquietação que sustenta todos os envolvidos por uma educação igual apoia suas ideias em uma educação como prática social alicerçada nos direitos que regem uma educação emancipatória, portanto, é fundamental que as categorias “oprimidas e excluídas”, não se curvem diante dos opressores.

Nessa perspectiva os Movimentos Sociais, passa ser a voz dessa categoria que se empenha para ter o direito de ir e vir dentro da perspectiva dialógica. Assim, nesta ação dialógica que fomenta as ações do Coletivo de Pirajá, assumimos o compromisso com a transformação dos oprimidos da EJA, explorados e excluídos. Acreditamos que uma comunidade educa sistemas e poderes, trago a doce lembrança do mestre Paulo Freire em tantos caminhos percorridos.



**Fotos 6-Registro da luta pelas escolas de EJA no bairro de Pirajá no 1º de julho-2023.
Fonte: Coletivo de Pirajá**

A comunidade de Pirajá permanece com a chama acesa do retorno imediato da EJA nas escolas do bairro, reafirmando seu compromisso com a educação pública e gratuita para todos e todas que não tiveram acesso por motivos diversos e que refletem histórias de vida com dificuldades financeiras, sociais e emocionais.

O bairro tem na sua constituição muitas pessoas adultas e idosas com lacunas significativas na formação básica. Criaram seus filhos e filhas e atualmente criam os netos e netas, mas que ainda

trabalham na informalidade que segundo o IBGE em 2022, o Nordeste, alcançou a proporção de 56,9% em relação a outras regiões brasileiras.

Como bairro periférico de Salvador-Ba, está também nos índices de 54,6% dos extremamente pobres e 43,5% dos pobres do Brasil da nossa região Nordeste, que responde por 27,0% da população total. Esses dados são importantes para o compromisso com essa população que precisa de formação básica e profissional para obter condições socio financeira de caráter emancipatório.

E ciente deste desafio, o Coletivo de Pirajá vem ocupando espaços de luta neste cenário complexo na luta pela EJA. Desta forma participar do Fórum EJA Bahia, representa assumir o compromisso conjuntamente com outras pessoas de luta para deixar esses findar esses índices e construir um país sem desigualdade social, onde todos e todas possam ter direito a educação pública gratuita e de qualidade para os estudantes trabalhadoras/es deste país.

2.3 O FORUM DE EJA DA BAHIA



Seguindo com a trajetória de luta em defesa da EJA é preciso dizer a importância do Fórum EJA Bahia para a visibilidade das escolas de EJA e do Coletivo de Pirajá. Interessante dizer que toda situação limite propicia tomadas de decisões, em um momento de muita tensão sobre a possibilidade de fechamento de escolas em 2011 na comunidade de Pirajá, tomamos a decisão de lutar e foi justamente na luta que encontramos mais sujeitos de luta.

O movimento adotou, desde então, uma estratégia descentralizada de articulação intersetorial nos estados de fóruns de educação de jovens e adultos que funcionam como espaços públicos de gestão democrática e controle social das políticas educacionais. São espaços abertos, que possuem baixo grau de institucionalidade, têm caráter suprapartidário, reúnem uma pluralidade de organismos governamentais e não governamentais e combinam atividades de informação, formação, mobilização e intervenção. (DI PIERRO, 2005, p.1130).

O processo de criação do Fórum Estadual foi iniciado em 1999, como resultado da mobilização proveniente dos ENEJA, relato encontrado na dissertação de Mestrado da professora

Maria de Fátima Mota Uripia², registra que inicialmente, uma representante de um grupo de trabalho do SESI, participante do movimento desencadeado pelos ENEJA, provocou os membros do Núcleo Temático Trabalho e Educação (NUTE), da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para que eles participassem do movimento de criação do Fórum EJA Bahia.

Esse processo envolveu participantes das Secretarias Municipais de Educação de Alagoinhas e de Salvador, da Secretaria Estadual da Educação, de ONGs, de Movimentos Sociais, do Serviço Social da Indústria, do Fórum de Educação no Campo, do Instituto Integrar, da UNEB e da UFBA.

Esse movimento [...] buscou constituir uma delegação da Bahia para o IV ENEJA, ocorrido de 21 a 24 de agosto em Belo Horizonte, Minas Gerais. [...] a reunião deliberou sobre uma nova proposta de construção do fórum propriamente dito. Mas esta proposta só ficaria realmente definida em setembro de 2002 em reunião realizada na FACED/UFBA (HISTÓRIA E MEMÓRIA FÓRUM EJA BAHIA, 2008, p. 09).

Assim, em agosto de 2001, foi instituído um Pré-Fórum que estabeleceu em reuniões consensos necessários para criação do Fórum. Um ano depois, agosto de 2002, após o IV ENEJA, o Pré-Fórum se transforma em Pró-Fórum e, finalmente, ainda em 2002, com a realização do I Encontro da Educação de Jovens e Adultos da Bahia, é instituído o Fórum EJA Bahia.

O Fórum EJA Bahia instala-se em novembro de 2002 [...] momento em que houve um encontro intitulado I Encontro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Bahia, promovido pelas secretarias municipais de Alagoinhas e de Salvador, pela Secretaria Estadual de Educação, por ONGs e Movimentos Sociais: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/ Projeto Semear (FASE), Associação de Educação Católica (AEC), Fórum de Educação no Campo, Instituto Integrar, pelas universidades: UFBA e UNEB e pela entidade empresarial SESI. Foi realizado nos dias 12 e 13 de novembro de 2002, no Centro Múltiplo Oscar Cordeiro, em Salvador–Bahia.

Neste encontro ficou definido o que seria o objetivo do futuro Fórum EJA Bahia (HISTÓRIA E MEMÓRIA FÓRUM EJA BAHIA, 2008, p. 09). A mobilização para a criação do Fórum Estadual ocorreu em paralelo ao processo de instituição do Fórum Regional de EJA, no extremo sul da Bahia.

Assim, em 2001, no I Encontro do Fórum Regional de EJA, na sede do Campus X, da Universidade do Estado da Bahia, foi instituído o Fórum Regional de Teixeira de Freitas. A

² É mestra em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica de Salvador (2009). Atualmente professora aposentada do Departamento de Educação /Campus I da Universidade do Estado da Bahia. Possui experiência em ensino, pesquisa e extensão na área de Educação, com ênfase em políticas públicas de educação de jovens e adultos e formação docente.

trajetória de instituição de um Fórum de EJA não ocorre de forma linear, como pode parecer se considerarmos apenas o percurso de sua constituição — de Pré-Fórum a Pró-Fórum, e depois a Fórum.

Assim o Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Bahia (Fórum EJA/BA), agregam instituições e pessoas dedicadas à defesa da dignidade e do direito humano à educação de trabalhadoras(es) jovens, adultos e idosos(as) tornou-se para nós um Porto Seguro, por que passamos a fazer parte deste movimento que também é um espaço de formação, articulação, proposição e avaliação de políticas e práticas de EJA de forma horizontal, autônoma voltado à salvaguarda e ao desenvolvimento da educação popular e continuada durante toda a vida, objetivando uma sociedade justa, humana, democrática e plural, Pirajá passou a ter voz nos grandes eventos e encontros de EJA na Bahia e no Brasil.

Como essa organização do Fórum de EJA ocorre em territórios baianos, na atualidade existem articulações com sete segmentos: 1) Educandos de EJA; 2) Movimentos Sindicais; 3) Movimentos Sociais Populares; 4) Educadores (professores, coordenadores pedagógicos, gestores); 5) Institutos federais 6) Universidades públicas 7) Gestores públicos do sistema de educação básica (federais, estaduais, municipais) tivemos a oportunidade de conhecer pessoas e termos acesso a informações importantes dentro do cenário educacional brasileiro, o que era uma luta de poucos se tornou uma luta de muitos.

O mais importante é que as reivindicações e defesa baseia-se no constante diálogo entre os diferentes segmentos sociais para garantir e ampliar o direito à participação popular na definição dos rumos educacionais do Estado da Bahia. Assim, percebemos o imenso tamanho desta luta de referência internacional na garantia e melhoria da vida dos pobres brasileiros. “Aos esfarrapados do mundo, e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam. (Paulo Freire, 1996 pag,23).

Desta forma, nestes longos anos de estudos, experiências em defesa da EJA, o Fórum reafirma a cada dia o seu compromisso com as 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não bem ler e escrever, sendo que 59,4 % (5,3 milhões) vivem no Nordeste e 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais. A taxa de analfabetismo do Estado da Bahia de acordo com o censo do IBGE (2022), 1.4 milhão de pessoas analfabetas ,ocupando o 9 ° maior estado do Brasil ,esses dados são preocupantes ,sobretudo por não termos se quer uma sinalização para política de alfabetização dentro da educação básica para esse público trabalhador desde 2016. Realidade vivenciada na prática pelos professores e estudantes trabalhadores/as.

Importante ressaltar que 2019 tínhamos 4,6 milhões de baianos com 25 anos que não completaram o Ensino Fundamental, 60% não concluíram o Ensino Médio e 5,53 milhões não têm

11 anos de estudo básico exigido em lei. Esses índices ainda aumentaram nos dois anos de pandemia porque se garantiu a continuidade do ensino, mas sem o direito a aprendizagem. Neste contexto, ainda tivemos a aprovação automática de todos os estudantes nestes dois anos de pandemia, fato que provocou bastante insatisfação dos estudantes que foram transferidos para outras escolas sem cursar o que para a EJA resultou em fechamento de turmas e escolas no ano de 2022 em Salvador -Ba, muitos alunos diante da crise econômica e das dificuldades de sobrevivência não retornaram.

Os Fóruns Estaduais e Regionais são espaços abertos para pensar as políticas de educação de jovens pelo seu caráter informal e pouco institucional e exerceram grande influência nas últimas CONFINTEA, o que contribuiu para pensar as políticas de escolarização básica de forma ampliada, uma vez que agregam, em sua composição, as instituições governamentais e a sociedade civil organizada representada pelos movimentos sociais populares.

É importante ressaltar que a representação dos segmentos educandos e educadores, da educação de jovens e adultos faz dos Fóruns de EJA, um espaço legítimo para acompanhar e avaliar as políticas de escolarização básica, principalmente no que se refere às questões formativas de ações emancipatórias.

Com esta configuração, o primeiro fórum iniciou a mobilização em defesa da educação de jovens e adultos, fortalecido pelos compromissos que o Brasil assumiu por ocasião da V Conferência Internacional de Adultos (CONFINTEA V), que aconteceu em Hamburgo na Alemanha, dentre os quais estava o de dar continuidade às políticas nacionais coordenadas pela UNESCO.

Diante desse 86 compromisso, nos encontros que sucederam a CONFINTEA V, resolveu-se manter uma agenda periódica de encontros e, em setembro de 1999 foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA) no Rio de Janeiro com o tema “A construção de uma política articulada entre os diferentes segmentos governamentais e não governamentais”.

Desde esse período que os Fóruns de EJA vêm promovendo debate na sociedade visando à construção de políticas de ampliação e melhoria da qualidade da educação dos estudantes jovens e adultos.

Há, porém, um longo percurso a fazer, para consolidar a luta histórica dos movimentos da sociedade e das diversas formas de expressão institucional para além da alfabetização como integrante da Educação de Jovens e Adultos, seja pela execução de programas e projetos, pela formação de educadores populares/professores, pelos estudos e pesquisas na área, pela avaliação, pela elaboração de livros didáticos. (SILVA, 2013, p.04).

Contudo, verificamos que para consolidar a luta pela ampliação e melhoria, ainda se tem um longo caminho a percorrer, principalmente no que diz respeito à integração da alfabetização à educação de jovens e adultos, à formação de educadores, aos estudos e pesquisas na área, à avaliação e elaboração de materiais didáticos.

Nesse sentido, os Fóruns de EJA têm buscado incorporar essas demandas nas agendas políticas do Ministério da Educação (MEC), através da parceria da Secretaria da Educação Continuada de Alfabetização e Diversidade (SECAD), para viabilizar a construção de uma política pública de qualidade social na perspectiva dos jovens, adultos e idosos.

Assim, no ano de 2003 a educação de jovens e adultos, por pressão dos Fóruns de EJA, ganhou espaço na pauta nacional e obteve alguns avanços que contribuíram para o fortalecimento das políticas de escolarização básica. Nesse período foi instituída a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) no ano seguinte à criação da SECAD. Nesse período também houve a inclusão da educação de jovens e adultos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB); a criação do Plano de Ações Articuladas (PAR); o lançamento do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PLDEJA); e a inclusão da modalidade nos programas de Alimentação Escolar, Transporte e Biblioteca Escolar. A inclusão da educação de jovens e adultos nessas políticas governamentais demonstrou a importância dos fóruns e o seu grande mérito que, segundo Paiva (2009), é estar onde antes os atores da EJA não estavam, ou seja, concorrendo a recursos, aos cenários de discussões, marcando o lugar político da demanda social da educação de jovens e adultos. Dessa forma, esses fóruns vêm assumindo o papel de articulador e mobilizador das instituições do país envolvidas com essa educação e transformando os ENEJA e os Encontros Nacionais de Formação de Educadores de Jovens e Adultos em espaços privilegiados de formação, com base em estudos e pesquisas para educadores, educandos, pesquisadores e gestores dessa modalidade de educação.

O ENEJA, por sua vez, não é um espaço de formação restrito, como o de congressos, seminários e conferências. Concretiza-se uma rede de sujeitos e instituições (educadores, entidades governamentais e não governamentais, movimentos sociais, universidades, entre outros) interessada no direito de jovens, adultos e idosos à educação. (SILVA, 2013, p.08).

Pela formatação dos ENEJA em relação ao espaço de formação não restrito e composto por vários grupos que representam os segmentos da sociedade, interessados em defender com os jovens e adultos o direito à educação, percebemos que esses encontros se traduzem em uma das maiores ações articuladoras dos Fóruns de EJA estaduais e, assim, são considerados como principais

espaços de mobilização na criação dos Fóruns de EJA nos estados e entre eles, o Fórum de EJA/Bahia.

O Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Bahia, tornou-se um espaço coletivo de diálogo com grupos pertencentes à sociedade civil e aos setores governamentais que têm envolvimento com a educação de jovens e adultos. A sua origem foi marcada também pela intensa mobilização das Secretarias Municipais de Educação de Alagoinhas e de Salvador, da Secretaria Estadual, de Organizações não Governamentais, de Movimentos Sociais, do Serviço Social da Indústria, do Fórum de Educação do Campo, do Instituto Integrar, da Universidade do Estado da Bahia e Universidade Federal da Bahia.

Dos debates travados sobre a política de educação de jovens e adultos nos Encontros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (EEJA) e nos ENEJA, 88 surgiram os Fóruns Regionais do Território do Sisal, Recôncavo Baiano e Extremo Sul da Bahia. Mas mesmo com essa ampliação do espaço, para URPIA (2009, p. 81) a atuação do Fórum EJA Bahia tem sido motivo de questionamentos de seus participantes, na medida em que se contesta a sua implicação nas políticas públicas da EJA no Estado.

As demandas da educação de jovens e adultos exigem comprometimento e um exercício constante, pela garantia do direito de todos à educação, para dar visibilidade a essa modalidade de educação, mobilizar a sociedade para as discussões sobre as suas políticas e ser um instrumento de difusão e construção da memória histórica da educação de jovens e adultos ao longo de sua trajetória.

Para interferir nessas condições objetivas nas quais o Fórum EJA Bahia se encontra imerso, é preciso que se eleve o nível de consciência dos participantes sobre essa realidade. A necessidade de uma ação incisiva do Fórum vem se impondo. Para tanto, faz necessário, dentre outras questões, o conhecimento da EJA, em seus elementos essenciais, o entendimento do fim que desejamos alcançar – se a emancipação política ou a emancipação humana – e o conhecimento da realidade histórico-social. (URPIA, 2009, p.105).

O Fórum EJA/Bahia diante dos questionamentos de seus participantes na visão de Urpia (2009) precisa conhecer os elementos essenciais da educação de jovens e adultos e o fim que se deseja alcançar: se a emancipação política ou a emancipação humana. Esses elementos são essenciais para avaliar e contribuir nas políticas de escolarização já existentes, como também colaborar na elaboração de outras que favoreçam a emancipação pela educação.

Diante desses desafios, os Fóruns de EJA reconhecem que ainda têm muito que lutar para a efetivação dessas políticas no espaço das secretarias estaduais e municípios, onde essa educação ainda não é tratada com prioridade, principalmente, no cenário atual sobre o qual chama atenção

Silva (2013) quando afirma que nesses últimos anos, desde 2011, a parceria com a SECADI/MEC apresentou sinais de enfraquecimento mesmo com a representação da CENAEJA, diminuindo as oportunidades de diálogo, o que vem preocupando os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos de todos os estados.

As ações políticas destinadas à operacionalização de repasse de recursos para a educação de jovens e adultos, de mobilização e tensionamento na elaboração de políticas públicas e na efetivação do controle social sobre essas 89 políticas, de realização de encontros e seminários nacionais de formação de professores na especificidade dessa modalidade, de efetivação das metas definidas para essa modalidade no Plano Nacional de Educação (PNE) continuam sendo grandes desafios constantes nas pautas dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos Brasil.

2.4. A TRAJETÓRIA DO FÓRUM DE EJA DE PIRAJÁ

A percepção da escola em sua importância para esses sujeitos privados de direitos essenciais, evidencia a participação coletiva, o respeito ao próximo, os saberes desvelados pelos educandos aprimorando a construção positiva, com atitudes de resistência por dias melhores em suas vidas e no seu contexto social. Para Zaluar (1999, p.120 o afastamento entre os grupos sociais ricos e pobres, “[...] quer queiramos, que não, está separação já está embutida nos rituais de dominação de classes que incluem um rigoroso afastamento do local de moradia dos pobres”. Essa realidade globalizante tem como centro do poder econômico, que afeta a dignidade das classes populares. Dessa forma “[...] a brutal distorção do sentido da vida em todas as dimensões, incluindo o trabalho e o lazer[...]” (SANTOS,2007, p.174). Temos a percepção clara através dos investimentos realizados nas políticas sociais realizados neste país atualmente que mantém violentamente a exclusão social de milhões de brasileiros a margem do acesso e permanência nas escolas.

Nas palavras de Arroyo (2004, p.113),” o verbo ser alguém, ser cidadão, a que vinculamos o direito a educação, tem de entendê-lo com outro verbo, viver, subsistir “. Por que para as camadas populares não é somente a vontade de ir à escola, perpassa para além disso as escolhas que determinam formas de sobrevivência mantendo para o analfabetismo funcional.

Dada essa compreensão, o contexto da EJA deve ser caracterizado por dimensões plurais e críticas recheados de intenções subjetivas que envolvam o viver, sentir, pensar para a formação humana de homens e mulheres que na sua maioria são trabalhadores e trabalhadoras desta nação. Destarte, perceber “a escola como um espaço político, limitado, mas de importância relativa na superação das contradições da sociedade” (GADOTTI,2003, p.171) é tirar a sentença de uma vida

excludente para muitos dos brasileiros que não perderam os sonhos e a esperança por uma vida digna.

Nesta última década as inquietações sobre a Educação de Jovens e Adultos foram constantes na comunidade Pirajá pelo grande desafio da permanência desta modalidade de Ensino da educação Básica nas redes escolares do bairro, problema este presente em todas as escolas que oferecem EJA no Brasil. Assim também como a insegurança dos educadores/as no seu fazer pedagógico, diante da possibilidade de fechamento de turmas a qualquer época do ano, onde os mesmos teriam sua vida profissional desestabilizada.



**Foto 7-Reunião dos líderes comunitários de Pirajá.
Acervo da autora-2011.**

Essa realidade provocou uma busca por alternativas em conjunto com outras escolas do bairro, moradores antigos e com os líderes da comunidade para o enfrentamento desta situação. A proposta inicial formulada foi à escuta sensível dos atores da EJA em forma de Fórum, onde os mesmos teriam a oportunidade de expressar suas angústias e anseios, falando dos diferentes lugares que os mesmos ocupam na EJA.

Importante ressaltar que as escolas nasceram da necessidade da própria comunidade que durante muito tempo sofreu com a ausência de transportes. As antigas famílias de moradores do bairro de Pirajá, relataram que eles andavam de carona com aqueles poucos moradores que tinham um meio de transporte que era a mula, o jegue e na carroça do vendedor de carne, esse senhor vendia carne no Retiro da Fazenda Grande e levava muitos moradores para outros bairros, mas na grande maioria das vezes andavam quilômetros a pé para chegar em outros bairros que tinham escolas, estradas desertas, com muito mato, nesta época a BR era um rio. Portanto, as escolas nasceram da busca dos líderes comunitários para que a sua comunidade tivesse onde estudar.

Neste sentido temos a certeza de que: “Ninguém fecha o que não abriu” porque as escolas não pertencem aos políticos. As escolas pertencem à comunidade, à população, que precisam da

escola. As mobilizações tiveram início com o primeiro fórum em Pirajá, que também foi o primeiro na rede municipal de ensino e que posteriormente se expandiu para as demais GRES da rede Municipal e tem a proposta atual de ser efetivado nas redes estaduais. O evento foi uma oportunidade ímpar para discussão dos problemas da EJA, dando voz aos protagonistas da mesma, educando/a, professores e coordenadoras pedagógicas, a comunidade e professores doutores das Universidades UFBA e UNEB.

Esse início foi um marco para um olhar coletivo sobre as situações possíveis de serem feitas por todos os envolvidos no processo, provocou uma inquietude que nos moveu a propor alternativas de luta e enfrentamento à evasão, fechamento de turmas e turno, diferentes daquelas que até então vinham se desenvolvendo na escola, buscando assim, a mobilização da comunidade para discutir os problemas que enfrentavam a EJA, que em sua trajetória histórica esteve renegada ao patamar da marginalização, concebida ora como ensino supletivo para suprir carências de escolarização, ora como educação compensatória, agora, mediante a legislação, sobretudo a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional de 1996 (LDNEN) passa a ser regida por normas e diretrizes governamentais, constituindo-se um processo regular de escolarização, devendo respeitar-se a sua natureza e especificidade, adquirindo relativa importância e direito social.

Nessa direção, Haddad e Di Pierro (1999) salientam que a educação de adultos sempre compreendeu um conjunto bastante diversificado e na educação como todo, visando à valorização da educação ofertada no noturno da comunidade.

O bairro Pirajá, localizado em Salvador no estado da Bahia, é marcado por um histórico de luta pela independência da Bahia e do Brasil. Por ser um bairro antigo e populoso é reconhecido em todo o país por ser constituído de famílias descendentes de participantes de movimentos históricos. Estes descendentes continuam morando no bairro, se apropriando também da forma de mobilização utilizada por seus antecessores. Apesar da importância da sua historicidade, o bairro Pirajá encontra-se às margens das decisões políticas, o que acaba levando ao agravamento de vários problemas sociais, se tornando assim um bairro periférico/marginalizado.

O bairro conquistou com suas lutas, cinco escolas públicas que oferecem Ensino Fundamental, Ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos, este ofertado no noturno. A comunidade valoriza a educação do bairro, pois conseguem perceber da importância das escolas, uma vez que lutaram para garantia desse direito, o que torna o diálogo e a parceria uma constante entre comunidade e escola.

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos oferecida nestas escolas atende educandos que por motivos diversos não tiveram acesso à educação formal, sendo está uma das únicas possibilidades de emancipação para garantia dos direitos que o levem ao pleno exercício da

cidadania. Segundo, Miguel Arroyo nos traz a importância do segmento EJA quando no diz: “Os jovens-adultos populares não são acidentados ocasionais que, gratuitamente, abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias que são coletivas. As mesmas vivenciadas por seus pais e avós; por sua raça, gênero, etnia e classe social”.

Nosso plano se pautou na mobilização da comunidade e no fortalecimento das relações com as escolas que juntas conclamaram a comunidade escolar e do entorno para discutir problemas que enfrentavam na EJA e na educação como todo, buscando assim, a valorização da educação ofertada no noturno naquela comunidade.

Os trabalhos tiveram como resultado primeiro Fórum em Pirajá, fórum este que também foi o primeiro na rede municipal de ensino e que posteriormente se expandiu para as demais GRES da rede Municipal e atualmente tem a proposta de intervenção na rede Estadual. O Fórum foi fortalecido com a presença de outras escolas da GRE Pirajá que foram inclusas. Porém nossa luta foi para muito além do fórum em Pirajá, realizamos atividades em conjunto com as Universidades UFBA E UNEB, participamos de diversos espaços de luta nos ALFAEJAS, EREJAS e ENEJAS na região Nordeste e no Brasil. Levando a nossa indignação ao fechamento das escolas de EJA assim como também o nosso sentimento de pertencimento a essa história e comunidade.

A ideia da participação dos indivíduos na esfera pública, debatendo e deliberando acerca de questões coletivas que dizem respeito às suas vidas, sempre foi um dos elementos essenciais da democracia e da política. Além dos princípios de igualdade e de liberdade, o ideal democrático pressupõe ação, participação, corresponsabilidade e interação entre diferentes sujeitos (Ciconello & Moroni, 2005, p. 31). Muito embora a ditadura militar tenha controlado e restringido a liberdade de expressão e de associação de indivíduos e de grupos políticos e sociais que criticassem o regime político autoritário, havia algum espaço de mobilização e de debate na base da sociedade brasileira. Esse espaço foi estrategicamente identificado e utilizado por milhares de organizações – formais e informais, militantes, religiosos, intelectuais e movimentos sociais inspirados, principalmente, por referenciais teóricos e morais, como a Teologia da Libertação e o movimento pedagógico criado pelo brasileiro Paulo Freire, chamado Educação Popular. A atuação era baseada em processos educativos junto a grupos populares com a finalidade de gerar emancipação e consciência cidadã. Educar a população para a transformação social era o objetivo. Essa estratégia estava em sintonia com outro referencial, muito em voga entre os opositores do regime: a perspectiva do pensador marxista Antônio Gramsci, para quem a mudança só poderia ocorrer a partir de uma maior consciência de classe e das estruturas de desigualdade e de opressão a que estava submetida a maior parte da população brasileira.

Muito embora as experiências participativas com os segmentos populares fossem realizadas por uma pluralidade de sujeitos políticos (Ongs, movimentos sociais, sindicatos, etc.), foram os setores progressistas da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – grupos ligados às milhares de paróquias católicas espalhadas por todo o país – quem conferiram a esse movimento unidade e força política.

Durante as décadas de 1970 e de 1980, as CEBs constituíram uma tentativa de criar vínculos, bem como fortalecer a autonomia e a organização de grupos e setores populares. As CEBs tornaram-se conhecidas por sua abordagem pedagógica que enfatizava a participação, a comunidade e ideais igualitários. Estima-se que no início dos anos 1980 existiam no Brasil cerca de 80 mil comunidades, reunindo aproximadamente dois milhões de pessoas (Viola & Mainwaring, 1987). Ou seja, a capacidade do Estado brasileiro de implementar políticas públicas e efetivar os direitos previstos no ordenamento jurídico está cada vez mais reduzida. Aliado a isso, o Brasil ainda é um país comandado por uma elite política e econômica que se estrutura em torno de privilégios. É, em grande parte, por isso que as leis e os direitos (mesmo garantidos na legislação) são cumpridos parcialmente, sempre excluindo os mais pobres. A participação social, até agora, permitiu romper formalmente com esse modelo, construindo um arcabouço legal extremamente progressista. Entretanto, a permanência de poder desiguais e a fragilidade do Estado brasileiro não permitem a sua efetivação. Esse é um novo desafio da participação social: consolidar uma institucionalidade de exigibilidade dos direitos. (A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil-Alexandre Ciconello).

2.4.1 PIRAJÁ RUMO AO TERCEIRO MILÊNIO. RAYMUNDO COELHO – LÍDER COMUNITÁRIO QUE REVOLUCIONOU PIRAJÁ.

O PROJETO – PIRAJÁ RUMO AO 3º MILÊNIO, foi uma iniciativa de Raymundo Coelho, que tinha como premissa a frase; “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come, se JUNTAR o bicho foge!”, e que buscou, com esse projeto, unir as lideranças e diversas associações que surgiram no bairro, em prol de juntar forças para lutar pelo bem comum para a Comunidade.

O Projeto tinha como objetivo principal “pensar o bairro que se queria ter no 3º Milênio que estava a chegar. Essa foi a ideia que brotou a mente de Raymundo Coelho no final dos anos 90! Está chegando ao ano 2000, quem fomos? Quem somos? O que queremos? E o que faremos para alcançar no Nosso Bairro, o bairro que queremos no 3º milênio?!”

Era o alicerce do PIRAJÁ RUMO AO 3º MILÊNIO! “*Nós somos o alicerce do mundo novo*”. Inspirado pela música “O Alicerce” de Padre Zezinho, ele proclamava.: “Um povo que não

conhece sua história, suas lutas, e o que já conquistou, não tem pautas a buscar”. “A cabeça pensa onde os pés pisam”, nosso Celebre Paulo Freire nos deixou. Pensar sua história, pautar o que se quer ter e ser, para o futuro da sua Comunidade, das pessoas que ali viveu, vive e viverá!

E, assim, muitas pautas foram discutidas e muitos ofícios construídos e enviados! Dentre elas podemos ver hoje realizado o sonho da reforma das Escolas Alexandrina Pita e General Labatut, construção do CMEI Adilson Galo. Podemos ver as UBS da Rua Velha e Rua Nova, de tantos ofícios pedindo postos de saúde da família nas 3 comunidades, entre outros.

O Projeto – INFORME PIRAJÁ surgiu, como tantas outras ideias de Raymundo Coelho, como forma de comunicar à “Sociedade Pirajaense”, o projeto de vida para a comunidade, que as associações do bairro estavam se empenhando em promover. Neste projeto visava-se resgatar a memória e a história do Bairro, dar visibilidade às pessoas que fizeram força pelo bairro, figuras que promoveram ações por Pirajá, contar o que estava acontecendo no presente – as pautas atuais as reuniões com os órgãos públicos, os pleitos da comunidade, as reivindicações e pautas alcançadas de melhoria, assim como os projetos para o Bairro e Distrito de Pirajá Rumo ao 3º Milênio.

Vejam o trecho a seguir, oriundo do Memorial de Raymundo Coelho, cedido por sua filha, Cleide Coelho, em que ela relata o pensamento deste importante líder comunitário: “Meu pai entendia que era, a partir do Poder que emanava do povo, em conhecer seus direitos e exigir do poder público o que era devido e necessário, que se conseguiria o desenvolvimento que cabia e necessitava em Pirajá. Entendia que a educação transforma. A educação muda histórias, que a educação do povo precisava ser libertadora.”

Essa iniciativa de Raymundo Coelho está pautada na Conferência Nacional dos bispos do Brasil (CNBB) com a temática, “Olhando para frente: O projeto ser igreja no novo Milênio explicado as comunidades”.

Esse projeto tinha como objetivo central renovar a consciência da identidade e da missão da igreja aqui no Brasil. Motivada pela Carta do Papa João Paulo II “Tertio Milênio Adveniente”, que seria a preparação do ano jubilar 2000, onde a CNBB incentivou todas as comunidades assumirem o novo Projeto de Evangelização “Rumo ao Novo Milênio” (PRNM).

As atividades realizadas para cada comunidade, tinha seu próprio programa, com suas prioridades e suas ações, a partir em que vivia e estando em sintonia com a paróquia que pertencia.

Desta forma, atuação Social de Raymundo Coelho no bairro de Pirajá começou em 1966, quando veio de Itaparica morar com sua irmã de criação Maria Lúcia Moraes, que havia fixado residência em Pirajá após casamento, o mesmo era um rapaz de 17 anos que queria continuar os estudos, tinha muita vontade de aprender (“Viver é aprender todos os dias”, assim ele vivia e viveu até o último dia e não se cansava de aprender.)

Em 1967, com a chegada das irmãs da Congregação Filhas do Amor Divino, sua atuação social se intensificou, pois com estas foi criado “A FORÇA JOVEM DE PIRAJÁ”, o grupo de jovens que nasceu 1967 pelas freiras Filhas do Amor Divino, Irmãs Clemente Montenegro, Áquila Vieira de Lucena e Gervazia, vindas do Rio Grande do Norte para evangelizar e socializar o bairro de Pirajá pelo então Arcebispo de São Salvador Dom Eugênio Sales. E teve como um dos seus primeiros integrantes Raymundo Coelho.

A partir desse grupo de Jovens o bairro de Pirajá ganhou Heróis e Heroínas, pois formou-se um grupo de pessoas unidas para o seu desenvolvimento social, econômico e humano. Pelo Bem Viver em Comunidade!

Daí em diante, a realidade de Pirajá mudou, tendo apenas uma linha de ônibus no bairro, foram feitos abaixo-assinados e solicitações junto à prefeitura para conseguir outras linhas e mais ônibus. Buscou-se a melhoria na Educação, solicitando que escolas fossem construídas no bairro para atender às necessidades das crianças e jovens, que precisavam se deslocar para outros bairros caso quisessem estudar; conseguiu-se a construção do Colégio Alberto Santos Dumont e da Escola Alexandrina Santos Pita de ensino Fundamental para as crianças da Comunidade; conseguiu-se asfalto para a Rua Velha, que era de barro e iluminação elétrica no final de linha de Pirajá.

Esteve junto com muitos outros jovens e homens a abertura da Rua Nova com mutirões a noite cortando a terra para abrir as ruas, pois não tinha estrada, não existiam as ruas e Comunidade, também ao longo dos anos conseguiu-se asfaltar a Rua Nova . Depois de anos e muito esforço da Comunidade foi construído o Centro Comunitário da Rua Nova, com Raymundo Coelho e Adalberto Carvalho, cunhado de Coelho, sempre à frente nos mutirões e atividades.

Em 1980 a irmã Clemens, com Raymundo Coelho e moradores do bairro, conquistou junto à URBIS um terreno, onde foi construída a igreja, que hoje é a Comunidade Nossa Senhora Auxiliadora. O Conselho Comunitário do Bairro e Distrito de Pirajá foi fundado em 1º de outubro de 1987 com o objetivo de dar continuidade ao trabalho que era desenvolvido já há 20 anos pelos jovens e adultos da Igreja Católica de Pirajá, alguns líderes de Marechal Rondon, Campinas, Jardim Cajazeiras e Pirajá. Em 1988 e 1990 Adalberto Carvalho que era outro grande líder na época, sai candidato na tentativa de ter uma pessoa do bairro no cenário político legislativo, de modo a ter, neste ambiente, oportunidades de trazer mais conquistas e melhorias para o bairro de Pirajá e região adjacentes.

Infelizmente, nas duas candidaturas não houve êxito em elegê-lo, ficando desestimulado. A diretoria do Conselho Comunitário sentiu o mesmo e o Conselho ficou sem atuação até os anos 1994. Neste ano, Samuel Varjão o (Cota) assumiu o Conselho e deu continuidade aos trabalhos de reivindicações como antes. Após um período, Samuel Varjão, o querido Cota sofre um acidente e

vem a falecer. Ficou mais uma vez o Conselho sem atuar. Nesse período, entre 1988 e 1998, Raymundo Coelho da Conceição era um homem dedicado à Comunidade, através de suas ações junto às pastorais da igreja católica. Desenvolveu trabalhos junto à UEP, Pastoral da Saúde, amigo da Pastoral da Criança, grupo de casais, grupos de jovens entre outros; Ações de lazer e encaminhamentos profissionais para os jovens, mantendo campeonatos de Futebol; passeios; apoio a cursos profissionalizantes.

Em 1998, o bairro de Pirajá enfrentava problemas de segurança e estrutura social. Raymundo Coelho da Conceição, que sempre participou dos movimentos em prol da melhoria de Pirajá, estava liderando o movimento Projeto Pirajá Rumo ao 3º Milênio – a união das Associações: Conselho Comunitário do Bairro e Distrito de Pirajá; Unidos Esporte Clube; Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento de Pirajá (esta assumida, posteriormente, por Fábio); Conselho de Moradores e demais Associações no bairro para, unidos, lutar e seguir com força perante os órgãos públicos em busca de soluções. Para isso estavam precisando de uma Associação registrada com CGC (Cadastro Geral de Contribuintes) para desenvolver os trabalhos no esquecido e pobre Pirajá; lembrou-se do Conselho Comunitário do Bairro e Distrito, conseguindo através do Sr. Enivaldo Ataíde (dono da rádio comunitária) identificar o cartório que foi registrado o estatuto, solicitando uma cópia autenticada e ativando novamente o Conselho de Moradores do Bairro e Distrito de Pirajá.

Em 2000, com as pessoas que estavam atuando no Projeto Pirajá Rumo ao 3º Milênio, foi eleita uma diretoria para 2000 a 2005. Intensificando, a partir de então, os trabalhos de reivindicações e conseguindo alguns resultados: Junto ao Comandante da Capital Coronel Jorge Santana, na época, tivemos melhorias significantes na segurança dos 20 bairros comandados pela 9ª Cia de Polícia de Pirajá, foram criadas as rondas pelo bairro, e um Canal mais estreito de relacionamento com a segurança pública; No quesito transporte, o retorno da linha “Conjunto Estação Pirajá”, luta do Conselho Comunitário e Projeto Pirajá Rumo ao 3º Milênio.

Foi criado o “Informe Pirajá Rumo ao 3º Milênio”, jornal da comunidade de Pirajá, em fevereiro de 1999, que funcionou até o ano de 2001. Trazia informações públicas sobre todas as questões do bairro, a ideia era levar Pirajá para um olhar de futuro, um novo desenvolvimento do bairro, trazendo assuntos de interesse histórico, da atualidade e de necessidades de mudança, projetos que estavam sendo desenvolvidos pelo grupo para levar Pirajá rumo ao 3º Milênio, e anunciando o comércio, que o patrocinava. No entanto, o mesmo não teve mais condição de circular por falta do patrocínio.

Essas lutas se intensificaram, com Raymundo Coelho sempre à frente como presidente do Conselho, indo até os órgãos, reunindo-se com as pessoas, trazendo ideias e ideais, buscando as melhorias. No transporte, onde o povo sofria demais, devido aos grandes engarrafamentos em

São Caetano e San Martins, solicitava-se a criação de outros itinerários, como Via Suburbana e Via BR324, e que atendessem às 03 Comunidades: Rua Velha, Rua Nova e Conjunto Pirajá I. Conquistou-se, à época, dois ônibus da linha Pituba, que saíam às 6 horas e 7 horas da manhã, com itinerário Via BR 324. Sendo um, circulação Rua Velha /Rua Nova e outro, Conjunto Pirajá I. Depois foi solicitado que se estendessem também a outras linhas. Na educação: reforma e melhorias no Colégio Alberto Santos Dumont, solicitando a construção de uma escola municipal de 1ª a 4ª série no Conjunto Pirajá I, os garotos desta Comunidade precisavam deslocar-se cerca de 2 Km, para Rua Nova, Rua Velha e até Águas Claras porque não tem Escola nesta Comunidade. Na saúde, foi constante e intensa a busca por melhorias e reformas na UEP: que fosse bem equipado o ambulatório da Unidade de Emergência de Pirajá, com uma quantidade maior de médicos e atendentes de enfermagem; que reativassem o programa de Hipertensos e Diabéticos, que entre os anos de 1999 a 2001 funcionou muito bem, servindo de referência para a Bahia. Foi uma ideia de Raymundo, junto com o grupo do Projeto Pirajá Rumo ao 3º Milênio, a Construção de 03 PSF, cada um em uma comunidade, como se dividia na época o bairro – Rua Nova, Rua Velha e Conjunto Pirajá I. Na infraestrutura: rede de esgoto, encostas, galerias, pavimentação, escadarias, etc. Nas ruas e avenidas do bairro por onde o mesmo circulava subia e descia vendo de perto os problemas e necessidades. Na segurança, em 24 de janeiro de 2008, foi criado o Conselho de Segurança Pública de Pirajá, visando com este um maior número de viaturas e de policiais, um módulo policial na Praça General Labatut oferecendo mais visibilidade, e melhor estrutura, às duplas de policiais nas ruas para fazer fiscalização. Porém com as mudanças na política de segurança pública não foi adiante o projeto. No setor de meio-ambiente, atuou-se com o Projeto Menino do Dedo Verde, curso de Educação Ambiental, jardinagem e paisagismo para crianças e jovens. Junto com o Projeto 3º Milênio, plantaram-se mudas de Pau Brasil, cujas árvores ainda temos na Praça General Labatut, muito lutou-se junto Prefeitura e ao Governo do Estado, pelo descaso com que era tratado o Parque São Bartolomeu, pela preservação da Mata Atlântica, pois pessoas entravam no parque e retiravam madeira para vender ou construir móveis e vender, destruindo a mata remanescente.

Raymundo Coelho, participante da APA (Área de Proteção Ambiental) Bacia do Cobre junto com Sr. Eginaldo dos Santos Filho, líder comunitário sempre ligado a defesa da Mata Atlântica e os mananciais existentes em Pirajá e adjacências, foi fomentador da ideia de trazer as famílias de volta ao Parque, após a reforma do mesmo, como acontecia no seu tempo de juventude em que famílias de toda Salvador, iam fazer piquenique aos domingos no Parque São Bartolomeu. Hoje, as Associações do Bairro de Pirajá e regiões adjacentes, tem proporcionado a toda cidade de

Salvador a realização de trilhas ecológicas pelo parque com famílias inteiras passeando e passando seu domingo no Parque São Bartolomeu.

Em 2008, após participar da Formação para Educadores Sociais em Salvador, que era destinada às lideranças populares, tomou conhecimento de uma Economia que buscava o Bem Viver em Comunidade, a consciência de que era a busca de um futuro melhor para a Comunidade de Pirajá

Em 2009, o Conselho junto a Educadores Sociais que residem no bairro e moradores, em geral, interessados, se organizaram para criar uma Cooperativa de Consumo Solidário, de forma a gerar trabalho e renda para comunidade de Pirajá, bem como um consumo consciente, com ações dentro dos critérios da Economia Solidária e promover o comércio justo de cestas básicas para população mais carente da comunidade de Pirajá.

Em 2012, Raymundo Coelho teve um derrame cerebral, que o levou a se distanciar das atividades do Conselho, para cuidar da sua saúde, e culminou com o encerramento do projeto da Cooperativa de consumo, mas não dos cuidados com a Comunidade. Depois que se recuperou sempre esteve em contato com as outras lideranças da época - Fábio Ferreira, egresso da EJA presidente do NADP (Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento de Pirajá), D. Berenice, Marcelo Coelho, filho de Raymundo Coelho, que atualmente é integrante do Conselho de Moradores do Bairro e do Distrito de Pirajá, Jocélia Peixoto, integrante da Pastoral da Criança e do movimento das 7 mulheres - acompanhando as necessidades do bairro e participando das reuniões de reivindicação pela Saúde no bairro, como nas reuniões para reforma da UEP (Unidade de Emergência de Pirajá) e construção de PSFs (Unidades de Saúde da Família) na Comunidade.

Em 30 de Julho de 2018, Raymundo Coelho da Conceição faleceu de mal súbito - infarto fulminante, dormindo. E, como era de seu desejo, por muito amar Pirajá, foi enterrado no Cemitério Municipal de Pirajá. Como dito pelas próprias pessoas do bairro, após a missa de corpo presente, Pirajá deixava ali um homem Honrado, o Pai daquela população tão desamparada, o Herói real que os ajudava. (Trecho extraído do Memorial de Raymundo Coelho, escrito por Cleide Coelho, mas conhecida na comunidade como Cleidinha, em 14/07/2020).

Neste contexto de luta e atuação nos grupos comunitários “Pirajá rumo ao terceiro Milênio”, especificamente na pauta da Educação no bairro de Pirajá, Raymundo Coelho convidava os educadores do bairro que atuavam nas escolas públicas para discutir os problemas e construir pautas de ações. Estive presente em muitos encontros nas sedes das Associações para o fortalecimento das escolas no bairro. Esse envolvimento nas pautas de luta acendeu a chama de estar pensando e atuando nas escolas e na defesa da Educação pública, gratuita e de qualidade para os estudantes, como sempre estive atuando no turno Noturno. Logo a Educação de Jovens e Adultos desperta a

necessidade de enfrentamentos junto com as lideranças e moradores para a sua existência e permanência.

Em todo o processo histórico neste país, tradicionalmente, a EJA tem sido tratada como campanha ou movimento, ainda que sua formulação e sua implementação tenham sido oficiais e se voltado pra objetivos populistas. O ano de 1958 é considerado um marco, pela realização do II Congresso Nacional de Alfabetização de Adultos, em que se discutiu a indissociabilidade da educação de adultos com o processo de conscientização do educando, conferindo-lhe uma nova identidade, voltando para a libertação dos oprimidos. Foi realizada no Rio de Janeiro, de 9 a 16 de julho, e as discussões foram importantes para a educação brasileira, trazendo um marco importante nas teses apresentadas como um referencial filosófico-político-pedagógico de Paulo Freire para todos que buscavam uma educação de adultos longe de ser apenas uma preparação do eleitor, e sim a busca pela conscientização do cidadão e sua intervenção qualificada no processo de transformação social. A década de 60 trouxe a mobilização para e na educação de Adultos com o trabalho dos Centros Populares de cultura (CPC), Movimentos de cultura Popular (MCP) e o movimento de Educação de Base (MEB).

A força inovadora da posição freiriana neste congresso e repercussão de Angicos foram interrompidos pelo golpe de 1964. Com essa ruptura retrocessos inevitáveis aconteceram, os governos militares assumiram o atendimento aos excluídos de escolarização sendo criado o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) em 1967, porém essas atividades só tiveram início em 1970.

Em 1985, o MOBRAL foi substituído, com a Nova República, pela Fundação Educar, numa simbólica ruptura com a política de Educação de jovens e Adultos do período militar, sendo extinta em 1990.

Assim, desde a segunda metade do século passado até os dias atuais, a Alfabetização de jovens e Adultos não é considerada como uma Política Pública do Estado.

A década de 90 foi marcada pelas mobilizações nacionais provocadas pelos apelos internacionais, particularmente da UNESCO, em face do crescimento do analfabetismo mundial, principalmente nos países do Terceiro Mundo, no qual o Brasil se incluía.

A trajetória da EJA, até o final do século XX, denuncia a prática recorrente de descontinuidade das ações governamentais em relação a essa modalidade da educação básica nas etapas fundamental e médio, descrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96).

O século XXI vem sendo marcado por um forte movimento em direção à construção de uma política que reconheça a EJA como um direito público subjetivo, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

Em 2004, foi criada a Secretaria de Alfabetização e Diversidade (SECAD), responsável pela política de Educação de Jovens e adultos. Neste período observa-se no período de 2001 a 2006, uma tendência geral para o Brasil de crescimento de matrículas de EJA. No ano de 2016, ocorreu a extinção desta importante secretaria o que significou a invisibilidade e naturalização das diferenças, representando, portanto, a negação do direito à educação (para e com a diversidade), sendo reaberta no governo Lula em 2023.

Embora tenha ocorrido um aumento de matrículas, neste período, a Educação de Jovens e Adultos vem em queda crescente de pessoas matriculadas e que permanecem nesta modalidade. Os estudantes convivem com dificuldades em conciliar o trabalho, família e estudo, em uma realidade social marcada pela pobreza e abandono aos serviços essenciais para uma vida digna e transformadora. A educação torna-se frágil para essas pessoas que possuem lacunas financeiras e dificuldades de sobrevivência neste país capitalista.

O desenvolvimento de políticas públicas educacionais com incentivo e financiamento para os estudantes da EJA deve ser prioridade nas pautas de governos nestes próximos anos, para que o país retorne à superação dos altos índices de analfabetismo ainda vigente.

Sendo assim, não se pode argumentar que não existe demanda para a EJA. O Fórum de EJA da Bahia socializou no XI Encontro Estadual de Educação de Jovens e Adultos da Bahia com a temática sobre a Política Nacional de EJA: Direito a Educação com a Participação Popular, realizado nos dias 10 a 12 de agosto de 2023 durante curso, no Hotel Fiesta, em Salvador – Ba, o diagnóstico da EJA no Estado da Bahia, com os dados seguir:

Quadro 01-DIAGNÓSTICO DA EJA NA BAHIA

DIAGNÓSTICO DA EJA NA BAHIA
14,1 milhões de baianos/as participaram do censo 2022.
1,5 milhão de pessoas, acima de 15 anos de idade que não foram alfabetizadas.
4,6 milhões de pessoas jovens, adultas e idosas que não concluíram a Educação Básica.
1,4 milhão de trabalhadores desempregados.
3,2 milhões de trabalhadores em trabalhos informais.
1,7 milhão no mapa da pobreza.

Fonte: IBGE/PNADC-2022

Esse grave cenário social indica a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e do financiamento de educação de jovens e adultos.

Desta forma, ao analisar dados tão sérios como estes acima percebemos a importância da agenda de luta no bairro de Pirajá, pela necessidade de se pensar sobre as escolas públicas que ainda ofertam a modalidade da EJA e abrir uma pauta nos Órgãos competentes para o retorno da Escola Municipal General Labatut, em Pirajá, que foi fechada em 2022.

Trazendo a linha do tempo, o bairro conviveu com a política de fechamento de turmas e escolas de EJA desde 2010. Entretanto, em 2011, recebemos na General Labatut a presença do Secretário da Educação do Município de Salvador, em uma visita técnica para inspeção de fechamento de turno de EJA. Ao sabermos do objetivo da visita resolvemos realizar um enfrentamento para que o secretário participasse de um Fórum de EJA em Pirajá, dialogando com moradores, estudantes, professores, gestores e líderes comunitários. Neste sentido, o Secretário acordou ouvir esses sujeitos e analisar a política da EJA em Pirajá. Nesse momento, convocamos os moradores e os líderes comunitários para fortalecimento dessa ação, garantir esse direito para as pessoas da comunidade. No primeiro Fórum de EJA, em 2011, tivemos a presença da professora Dra. Maria de Fátima Mota Urpia, da UNEB que aceitou o convite para falar da importância desta modalidade de ensino para comunidade de Pirajá.

Neste Fórum, tivemos como tema a reflexão sobre a importância da educação na vida das pessoas, gerando muita inquietação e esperança nas primeiras palavras freirianas discursadas no pátio da escola.

Através deste evento percebemos que tínhamos um caminho a seguir, a importância do Coletivo, da união das pessoas em prol da Educação do bairro, a escola permaneceu e se tornou referência na luta pela sua existência, após este Fórum.

Logo em seguida, o segundo Fórum aconteceu em formato de troca de experiências entre as escolas da CRE (Coordenadoria Regional) Pirajá e demais escolas de outras CRES na região metropolitana de Salvador, queríamos compartilhar e receber de uma forma mais ampla as experiências e possibilidades, os desafios e as dificuldades, assim, realizamos encontros em várias escolas da CRE Pirajá, envolvendo os bairros de Castelo Branco, São Marcos, Pau da Lima e Pirajá.

O terceiro Fórum aconteceu no espaço Axé, em Pau da Lima, com o objetivo de refletir sobre a identidade do Segmento de Educação de Jovens e Adultos (SEJA), observando suas características, dificuldades e expectativas em relação ao processo ensino-aprendizagem. Trazia a temática – SEJA: QUEM SOMOS?. Envolvia todas as escolas do bairro de Pau da Lima em uma atividade compartilhada de saberes e todas as escolas que faziam parte da CRE Pirajá estiveram presentes para prestigiar.

Neste período a Educação de Jovens e Adultos, era semestral e a sua denominação era SEJA (Segmento de Educação de Jovens e Adultos). Dessa forma também ocorreram o quarto e quinto Fórum de EJA de Pirajá. Neste período a modalidade da EJA retornou à nomenclatura EJA e passou a ser anual. Esses eventos traziam educadores e estudantes para relatar a realidade da EJA e fortalecer a modalidade dentro do município de Salvador. Concomitante a essa ação, começamos a ocupar as ruas para divulgação e esclarecimentos sobre a EJA nas escolas, esse movimento envolvia todos da escola, com a intenção de trazer mais matrículas e dar visibilidade às escolas noturnas do bairro, contávamos também com os líderes comunitários e comunidade em geral, sempre tínhamos a presença da fanfarra da escola Municipal Alexandrina dos Santos Pita e de carro de som cedido pelo comércio com propaganda sobre a modalidade da EJA.

Essa estratégia foi de suma importância para as escolas, e continua sendo a marca de luta pela educação desde os primórdios, pois as construções destas escolas se deram através das lutas populares.

Nossos fóruns eram marcados pela inovação de uma escola visitar outra escola com projetos organizados em parceria com as instituições e comerciantes o ano inteiro, para comunicação permanente dos envolvidos nesta luta. Lançando mão do avanço tecnológico através das redes sociais, formou-se um grupo no WhatsApp, participando do mesmo, representantes da comunidade, professoras/es, coordenadoras pedagógicas, diretores, educadoras de outras esferas do município, sendo o motivo maior de discussão a EJA e educação, além de tratarmos de assuntos relativos a problemas do bairro e da comunidade como um todo, transformando em fonte rica para temática trabalhada em sala de aula, colocando em prática a teoria de Paulo Freire, onde a leitura de mundo precede a leitura, “a possibilidade que mulheres e homens ao longo de sua história criaram de *inteligir* a concretude e de comunicar o *inteligido*”(FREIRE, 2000, P.42).

No ano de 2016 tivemos a participação da professora da UFBA, Dra. Sandra Maria Marinho Siqueira, que, com uma presença única, trouxe elementos importantes para a EJA em Pirajá, neste Fórum, pela atuação com os temas: Educação de jovens e Adultos, marxismo, movimentos sociais e educação do campo. As discussões trouxeram muitas reflexões sobre a luta de classes, o mundo do trabalho e a Educação de jovens e Adultos.

No primeiro semestre de 2017, ocorreu uma roda de conversa com a presença do Fórum Estadual de Educação, professores alunos de todas as escolas e a comunidade para análise do momento atual da EJA e caminhos a serem seguidos. Neste ano, tivemos a presença da professora da UNEB, Dra. Edite Maria da Silva de Faria, que trouxe o tema: Nenhum direito a menos, a EJA é um direito. Neste Fórum recebemos a presença de outras escolas do entorno, de pesquisadores, de mestrandos, líderes comunitários e representantes da GRE (Gerência regional) de Pirajá.

Em seguida, o Fórum de EJA da Bahia buscou integrar essa luta em defesa da EJA em Pirajá, com a formação de um coletivo. Passamos a ser conhecidos pelo Coletivo de Pirajá nos diversos espaços acadêmicos e luta em defesa da EJA em todo o país. Nesse sentido também, organizamos uma agenda de encontros e reuniões a ao longo do ano com todos os envolvidos nesta jornada.

No ano de 2018, foi criado o projeto: Amigos solidários da EJA, em que voluntários da comunidade abraçaram estudantes que estavam matriculados e deixaram de frequentar em anos anteriores. A escola sabia que não continuariam os estudos. Assim esses voluntários visitaram as residências desses alunos, falando da importância do seu retorno. Resultado, 80% retornaram à escola, essa intervenção foi muito exitosa.

A Educação de pessoas Jovens, Adultas e idosas carrega em si uma história de negação de direitos à educação durante a infância e/ou a adolescência, seja pela oferta irregular de vagas, pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis, entre outras questões determinantes, família e trabalho de forma precoce.

Sendo assim, urge a necessidade de dar voz a esses sujeitos para expor suas histórias e projetos de vida, efetivando a razão política e transformadora da escola. Nessa perspectiva, as lutas travadas pelos movimentos sociais e pelos Fóruns de EJA do Brasil transformaram-na em modalidade da educação básica, superando o mero caráter de ensino supletivo como era no passado, uma simples suplência de processo escolar de fracasso para milhares de brasileiros/as, tornando-se uma realidade possível de inserção político-social de um importante número de pessoas da população brasileira.

Queremos identificar qual o sentido da mobilização social nessa perspectiva de inovação, para a modalidade da EJA se fortalecer e se consolidar nesse cenário atual da educação brasileira, “[...] sem luta não há escola” (CAMPOS; CUNHA, 1988).

2.4.2. A EJA PIRAJÁ E A UNEB – CAMINHOS DE VISIBILIDADE.

Durante a realização do Fórum de EJA de Pirajá em 2017, o Coletivo de Pirajá teve uma experiência fantástica e conheceu outros sujeitos da Educação de jovens e Adultos na UNEB, provocando mais ainda o encantamento pela luta em defesa da EJA no bairro de Pirajá e ampliando os nossos conhecimentos sobre essa modalidade em todo o Brasil. Isso só foi possível pelo acolhimento que tivemos na UNEB, através de diversas ações.

Nesta trajetória passamos a acompanhar a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na UNEB, e percebemos que acontece em tempos e espaços e de diversas formas. Sendo um

movimento plural, feito e contado por muitas pessoas que no cotidiano, vão construindo seu percurso e o da própria Universidade, em toda extensão do território baiano. Seja no contexto das aulas na graduação do curso de Pedagogia, no Mestrado de EJA, seja nos eventos e atividades que fazem com que a Educação de Jovens e Adultos permaneça como centro de diversas discussões.

Pesquisadores com Arroyo, Jaqueline Ventura, Sérgio Haddad, juntamente com os professores pesquisadores da UNEB, assumem o compromisso com a defesa da EJA, compreendendo-a como um direito, um dever de Estado, como educação da classe trabalhadora.

Foto 8-Coletivo de Pirajá na Uneb – 2017. Acervo da autora.



O Coletivo de Pirajá encontrou não somente o acolhimento a uma trajetória de luta, mas, sim, uma Universidade comprometida com os que mais precisam dela, tivemos acesso à legislação, portarias e resoluções, a diversos livros, em uma bibliografia invejável a outras modalidades de Ensino, a fotografias e vídeos de Paulo Freire e a outros autores que aquecem o coração e fortalecem a caminhada na defesa da Educação de jovens e adultos neste país.

Neste abraço caloroso da UNEB encontra-se todas as pessoas dentro de suas diversidades, diferenças e vivências, sendo interessante perceber os enfrentamentos tensionados para que a EJA se constituía como uma prioridade na agenda pública nacional de educação no Brasil, considerar a juventude, os adultos e idosos como pessoas importantes, cuja diferença encontra-se na igualdade e na condição de trabalhadores(as), que precisam estudar e encontrar possibilidades emancipatórias em suas vidas.

3.0 AVANÇOS E RETROCESSOS HISTÓRICOS E O DESMONTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CENÁRIO ATUAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Analisar a trajetória histórica da EJA para entendê-la no contexto atual, é perceber que se trata de uma missão complexa e muito minuciosa. Desta forma, a intenção desta escrita é o resgate da história das pessoas que estiveram e participaram ativamente desse processo, entendendo que as lutas dos movimentos sociais e dessas pessoas são muito significativas para a existência do direito desta modalidade de ensino para muitos brasileiros/as.

Para tanto, trarei em minha escrita autores que contribuem para reflexão da trajetória da Educação, especificamente da EJA, além de documentos sobre a legislação constitucional e educacional brasileira referente à Educação de Jovens e Adultos, bem como minha efetiva participação em diversas atividades, encontros e eventos que tenham influência na constituição da história dos estudantes desta modalidade de ensino.

Faria e Moscovitis (2013) afirma que “a educação é um direito social e como direito público subjetivo universal transforma-se num instrumento importantíssimo para afirmar a liberdade, humanização, cidadania, autonomia e a democracia”. O que sinaliza para a sociedade a importância do papel dos movimentos sociais em defesa e luta por direitos, incluindo o direito na legislação brasileira de assegurar para os sujeitos das classes populares uma educação digna e de responsabilidade do Estado. A trajetória da educação de jovens, adultos e idosos brasileiros perpassa pela constatação da sociedade desigual e injusta e excludente para uma parcela bastante significativa da sociedade que estão na base da pirâmide socioeconômica deste país em sua total maioria negros e pardos.

Essa dura realidade é facilmente percebida na concepção filosófica e sociológica que durante décadas até a presente trata a EJA como uma modalidade sem sucesso escolar, culpabilizando os próprios estudantes da ausência no percurso educativo anual, não reconhecendo o direito destas pessoas em serem acolhidas, compreendidas em seus tempos e ritmos de rotinas exaustivas de trabalho até a escola.

Temos que considerar que a EJA é uma modalidade de ensino para os trabalhadores e trabalhadoras deste país, que não são estudantes com uma rotina de vida plena, são pessoas que têm a sobrevivência e a linha da pobreza como determinantes em suas trajetórias.

Em uma análise das políticas governamentais brasileiras, observamos a intencionalidade de excluir do contexto escolar as pessoas adultas e idosas/os, favorecendo a permanência uma expressiva parcela da sociedade sem o direito a educação. Importante ressaltar que na atualidade, essa educação permanece sem uma proposta pedagógica coerente com a realidade das pessoas da

Educação de Jovens e Adultos. Nesta perspectiva, os investimentos financeiros para esta modalidade também refletem essa realidade que, de acordo com Aguilar (1994), tratando-se de políticas públicas, em que convivemos com um Estado “desertor”, com tendências minimalistas para com seus deveres e obrigações, para com a população, assim o abandono, a omissão, a concessão e a degradação “do público” são as consequências para aqueles que mais precisam de assistência e que precisam permanecer em luta para assegurar seus direitos. Especificamente o direito à educação pública, obrigatória e gratuita, tem sido a bandeira de diversos segmentos da sociedade brasileira na defesa dos oprimidos e da responsabilidade do estado brasileiro com esta modalidade de ensino, que se constitui um direito humano, essencial para o exercício de todos os direitos, em um país onde a pobreza e desigualdade social é uma realidade para muitos, lutar pela educação de qualidade para estas pessoas que sobrevivem, abandonados à própria sorte em uma sociedade capitalista de natureza ideológica neoliberal, que à exploração desumana e degradante dos trabalhadores/as, ceifando os sonhos e perpetuando um ciclo de histórias negativas de experiências escolares dessas pessoas que acabam sendo excluídas da escola.

Neste sentido, Haddad e Di Pierro (2000) aborda que no Brasil, o reconhecimento do direito dos jovens e adultos à educação foi consequência do processo de democratização na transição dos anos 1980 e 1990, após 20 anos de ditadura militar, que produziu, em 1988, uma Constituição avançada na garantia dos direitos sociais. Os movimentos sociais populares travaram tensas lutas por direito no próprio campo do direito, das normas. Historicamente, os debates e as discussões em torno da necessidade de eliminar o analfabetismo, especialmente dos sujeitos das classes populares, por meio da disseminação da educação por todo o país, oscilaram entre a tutela e a responsabilidade do Estado e a luta pela conquista desse direito para coletividade.

Como em outras partes do mundo, a realização desses direitos foi limitada pelas políticas de ajuste macroeconômico e redefinição do papel do Estado. Outro ponto importante a ser lembrado é que a mobilização da sociedade civil foi propulsora da conquista de direitos, como o reconhecimento dos jovens e adultos dentre os sujeitos do direito humano à educação, antes restrito às crianças e adolescentes, fato esse que também aconteceu internacionalmente, quando a Organização das Nações Unidas (ONU), realizou diversas conferências, a partir dos anos 1990, sobre direitos sociais com a participação ativa da sociedade civil para o reconhecimento de direitos pelos seus governos.

Assim, em 2000, o Parecer 11 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação conferiu maior legitimidade às demandas por oportunidades de educação ao longo da vida. Destaque para essas referências jurídicas que prepararam a Lei n. 10.172 do I Plano Nacional de Educação 2001-2010, que fixou metas mais firmes, porém não especificou meios para atingi-las

e nem previu mecanismos de responsabilização no caso do descumprimento, o que contribuiu para que o Plano fosse pouco efetivo.

Os movimentos sociais deram visibilidade aos sérios problemas com relação ao descaso das políticas públicas com a população necessitada de direitos essenciais a vida, nesta busca de possibilidades durante a alternância no governo da União em 2003, do PSDB para o PT.

No primeiro momento, a alfabetização de jovens e adultos foi reconhecida como dívida social e prioridade nacional compondo o rol de medidas de combate à pobreza, agrupadas sob o título Fome Zero, cujo carro-chefe foi o programa de transferência de renda Bolsa-Família, e que previu também estratégias de participação popular.

Um novo momento surgiu no Brasil para a discussão de estratégias, para assegurar conquistas, avanços e melhoria da qualidade de vida para os oprimidos, que foram deixados fora de processos democráticos. Neste contexto, houve o lançamento do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) pelo MEC, o PBA foi desenhado infelizmente, como ação setorial, nos moldes das campanhas de alfabetização de massa do passado, com curta duração e baixo custo, estruturando-se em paralelo aos sistemas de ensino, improvisando alfabetizadores que recebem modesta ajuda de custo, escassa orientação e supervisão, sem a devida consideração as necessidades e estratégias de letramento das pessoas jovens e adultas. Também foram criadas uma Secretaria Extraordinária e uma Comissão Nacional de Alfabetização, outras questões da EJA foram mantidas em uma Coordenação Geral na Secretaria de Educação Básica do MEC a princípio, e em 2004 após, um rearranjo interno no Ministério da Educação (MEC), ficando as ações de alfabetização e EJA reunidas em uma única Diretoria, no interior de uma secretaria dedicada às políticas de equidade, dirigidas a grupos desfavorecidos no acesso à educação, como os povos indígenas, as populações rurais e comunidades quilombolas: a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Houve uma maior ampliação da Comissão Nacional, a compreensão da EJA, para além da alfabetização, outra ação importante foi a interlocução da Secad com os Fóruns de EJA, que passaram a receber apoio para manter um portal na internet e realizar encontros nacionais. Neste momento de reorganização o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) suspendeu temporariamente a realização do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) para reavaliação, tornando a ser realizado em 2005. Tivemos também a inclusão da EJA nas políticas estruturantes do sistema da educação básica, na organização do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), fato que ocorreu no segundo mandato do Presidente Lula, embora contasse apenas com apenas a manutenção de um programa de alfabetização de jovens e adultos, sem nenhum acompanhamento e monitoria.

Num momento em que o letramento digital torna-se cada vez mais necessário a essa sociedade como critério básico de cidadania e inclusão social, demonstrando a complexidade dos desafios da Educação brasileira, ainda encontramos a manutenção de brasileiros analfabetos no cenário mundial e global. Apesar da experiência com o Programa Brasil Alfabetizado, criado pelo governo Lula, em 2003, onde não houve avanços suficientes para a superação do abismo social de milhões de brasileiros que foram alfabetizados, mas não permaneceram com os seus estudos nos espaços escolares oficiais de ensino. E todos sabemos que, quando não se garante a continuidade, corre-se o risco de regressão (reversão) ao analfabetismo. Se o alfabetizando não usa o que conhece acaba esquecendo o que aprendeu. A falta de continuidade é mortal para o recém-alfabetizado. (GADOTTI, 2008, p. 14).

Segundo Costa (2013), no governo Lula, houve a ampliação do acesso à EJA, e uma atenção mais específica para essa modalidade de ensino. Embora as características ainda permanecessem de programas que compõem a modalidade da EJA, houve mudanças significativas inclusive os jovens começaram a ser reconhecidos dentro de um espaço de inclusão social. Para além desta importante ação, buscou-se uma conexão entre a escolarização com educação profissional, tais como: PBA, Programa Nacional de Inclusão de jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM), Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Outra questão importante que aconteceu em 2010, ocorreu quando os Ministérios da Educação e da Justiça, assistidos pelos Conselhos Nacionais de Educação e de Política Criminal e Penitenciária, realizaram um acordo em torno das Diretrizes Nacionais para a oferta de EJA em Situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais no ano seguinte, assim o Congresso modificou a Lei de Execução Penal, admitindo a remição de pena pelo estudo, essas medidas influenciaram na política federal de 2011, instituindo-se o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (Peesp), assegurando assistência da União aos Estados para seu alinhamento às novas Diretrizes.

As mudanças realizadas neste período, de caráter bem relevantes, tensionava uma ideia, de que as pessoas tivessem diversas oportunidades de estarem retornando aos estudos através de programas e medidas que expandiram a oferta e destacaram a importância da escola na formação dessas pessoas, pensando-se em declinar e extinguir os índices de analfabetismo, melhorando a escolarização da população.

No entanto, na realidade isso não aconteceu, os indicadores educacionais revelaram dados preocupantes com a queda do número de pessoas matriculadas a partir de 2007, e o pausado avanço nos

índices de alfabetização e escolaridade dos brasileiros dramática redução das matrículas na EJA registradas no Censo Escolar que, somadas as de ensino fundamental e médio, minguaram de 4.985.338 em 2007 para 3.772.670 em 2013, um recuo de 24,3% em apenas seis anos. (BRASIL, 2014), demonstrando também um outro problema grave das escolas brasileiras que ainda permanecem e estão ancoradas em velhas práticas, tornando o processo de aprendizagem cansativo, onde os conteúdos são repletos de conceitos, definições, termos técnicos de difícil compreensão e deslocado da realidade dos estudantes da EJA, sem considerar o tempo desses sujeitos, suas realidades sociais, inclusive a escola como um espaço fundamental, no que diz respeito à formação dos cidadãos, não resolveu ainda que o currículo escolar precisa ter significado na vida dos estudantes, trabalhadores/as do país o que trouxe um desafio para as políticas públicas específicas para esta modalidade de ensino.

Realmente o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. O sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o “poder do senhor” se alongava “das terras às gentes também” e do trabalho escravo inicialmente do nativo e posteriormente do africano, não teria criado condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático, no homem brasileiro. Paulo Freire, 1980, p. 66 e 67.

Neste contexto, a Educação de jovens e adultos no decorrer das décadas tem sido uma preocupação no mundo inteiro, embora ocorra no Brasil ainda muito preconceito com as pessoas que precisam estar na escola, injustamente ignorados por pessoas que julgam que essa modalidade de ensino é meramente uma forma de assistência social dispensável.

Temos uma dimensão da desigualdade social e dos sérios problemas da Educação Brasileira, mais especificamente a EJA, principalmente nas regiões Norte e Nordeste que acumulam os maiores índices de pessoas analfabetas. “(...) o analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta.” (GADOTTI, 2011, p. 36).

A EJA é uma conquista da sociedade brasileira, historicamente a EJA é marcada pela relação de domínio e submissão estabelecida entre as elites e as classes populares, onde a distinção entre a classe elitizada e as classes populares são extremamente definidas, em espaços territoriais dentro deste país. Esta concepção tem sua raiz na relação entre conquistador e conquistado/índio/escravo, e perdura em muitos documentos oficiais que parecem tratar essa modalidade de ensino como um favor e não o pagamento de uma dívida social e a institucionalização de um direito (CURY, 2006). A concepção mencionada ao analfabeto/a é daquele/a que de, do menor, pobre, incompetente, que não consegue aprender, marginal, culturalmente inferior, gerando um discurso preconceituoso em relação a estes indivíduos e que

emergem no nosso dia a dia, produzindo um estereótipo que se associa àquele que não sabe ler e escrever (FÁVERO, 2004; GALVÃO & DI PIERO, 2012)

Portanto a história da EJA é muito mais tensa do que a história da educação básica. Nela se cruzaram e cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos (ARROYO, 2001).

Antes de mais nada é preciso reconhecer que as nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes da nossa pobreza. O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego ... isso significa que, quando as políticas sociais vão bem, quando há emprego, escola, moradia, transporte, saúde, alimentação... não há analfabetismo. Quando tudo isso vai bem, a educação vai bem. Isso significa ainda que o problema do analfabetismo não será totalmente resolvido apenas por meio de programas educacionais. Eles precisam vir acompanhados de outras políticas sociais. (GADOTTI, 2008, p. 11).

Na fala de Siqueira (2009, p. 5) “Os recursos materiais para os destituídos eram muito escassos, o que agravava a situação entre os extremos na escala social, sinalizando a formação das raízes da desigualdade [...]”. Neste sentido observamos que o objetivo da Educação de Jovens e Adultos, diferentemente de outras políticas de alfabetização de adultos, não deve ser apenas para garantir um certificado ou o treinamento para o mercado de trabalho; mas, oferecer uma formação profissional continuada, dando condições para que a pessoa se torne um cidadão com uma consciência crítica.

A postura adotada nos governos dos anos de 2003 a 2016 revolucionaram diversas estruturas para a educação dos trabalhadores/as entre programas e projeto na área de educação, como construção de 2.056 creches e pré-escolas e contratação de outras 6.238 unidades, aprovação do piso nacional do magistério, criação do Fundeb para toda a educação básica, aprovação de uma PEC com a obrigatoriedade, além do ensino fundamental, também da educação infantil e do ensino médio, criação do Pronatec para o ensino técnico; Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, implementação das cotas sociais e raciais nas universidades públicas, criação do ProUni e ampliação expressiva do FIES, novo ENEM, que enfrentou uma guerra por parte das forças conservadoras e hoje está amplamente consolidado, aprovação do novo modelo do pré-sal com previsão de recursos vultosos para a educação, criação de 422 novas escolas técnicas, mais de duas vezes as 140 existentes, criação de 18 universidades e 173 novos campi, o número de estudantes universitários, que era 3,4 milhões, passou para 8 milhões de jovens, contratação de 103.000 novos servidores para o Ministério da Educação, programa Ciência Sem Fronteiras, aprovação do Plano Nacional de Educação, que estabelece como meta 10% do PIB para gasto com

educação ao longo de dez anos. Todas estas medidas foram garantidas com um forte avanço dos investimentos na educação, que passaram de R\$ 18 bilhões, em 2002, para R\$ 115,7 bilhões, em 2014.

Neste sentido, houve a expansão da SECAD, trazendo para seu interior a gestão do PROJOVEM Urbano e da Educação Especial, razão pela qual foi acrescentada a palavra Inclusão ao nome da Secretaria, cuja nova sigla passou a ser SECADI, no governo de Dilma. Entretanto, a marca distintiva de sua gestão, entretanto, foi a criação em 2011 do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), justificada pela demanda por mão de obra qualificada em um momento de expansão da economia, que crescerá 7,5% em 2010.

Perante o exposto, vivenciamos neste período, um pouco mais a visibilidade da EJA no Brasil, com o alargamento da declaração de direitos dos jovens e adultos, que passou a abranger não só a alfabetização e o ensino elementar, mas também o ensino médio e profissional, inclusive das pessoas privadas de liberdade, o que deixou um amplo espaço para o exercício da advocacia para diminuir a distância que separa as leis das políticas que garantem os direitos aos cidadãos. Outra realidade de grande importância foi a institucionalização da EJA no arcabouço das políticas públicas de educação básica, com base na qual o ativismo em torno de numerosos programas deu margem à experimentação de várias estratégias que, se tiveram resultados pouco expressivos que colocaram a EJA na berlinda, também proporcionaram ricas aprendizagens, a partir das quais as políticas públicas podem ser reorientadas.

Porém, os maiores desafios estão em estabelecer uma cultura de direitos educativos, em especial no campo da Educação ao Longo da Vida, em que ações efetivas permitissem a sua plena realização, pressionando a superação das insuficientes políticas educacionais, ao mesmo tempo estimulando a participação social por transformação das demandas e direitos educativos em compromissos efetivos e a superação de visão e exigência social de que essa modalidade deve apenas preparar as pessoas para o mercado de trabalho.

Neste contexto, mesmo com os avanços neste período, o Brasil não solidificou medidas que resultassem em atender educação básica de qualidade para todos, permanecendo no país os velhos e dolorosos problemas como a pobreza; a mortalidade infantil; o crescimento populacional desordenado; falta de uma política de reconhecimento e afirmação da igualdade de gênero e de desenvolvimento sustentável, como também a tão sonhada democracia, uma sociedade mais justa para os brasileiros.

Na realidade, a educação destinada aos trabalhadores/as permanece com uma face cruel nas estruturas físicas oferecidas nos equipamentos envelhecidos e materiais desvinculados destinados ao apoio a essa modalidade, a ausência de uma proposta pedagógica condizente com a vida dos

trabalhadores/as, os níveis de ensino ofertados, como classes multisseriadas, fechamento de turmas de EJA próximo da residência dos estudantes, que convivem com outros problemas sociais, como toque de recolher ou proibição de acessar outras ruas ou outros bairros devido à violência crescente na sociedade brasileira, dificultando mais ainda a permanência e ascensão escolar destas pessoas.

Percebe-se que as reformas da educação escolar no Brasil nos últimos 30 anos, embora com nuances diversas, não desviaram ao percurso neoliberal. Essas reformas, impactaram, por conseguinte, a Educação de Jovens e Adultos. Sem dúvida que, ao longo da década de 1990, a histórica descontinuidade que marca a modalidade somou-se à fragmentação das ações desenvolvidas em programas e projetos pulverizados. Esse formato se desenhou, a partir de meados da década de 1990, e forjou uma nova identidade para a EJA (VENTURA, 2008).

Nesta análise para Rummert, Algebaile e Ventura (2013, p. 725),

Uma questão central a ressaltar aqui é que quantidade e variedade não significam oferta ampla, mas sim pulverizada, desigual, irregular e instável. Isso se evidencia, entre outros aspectos, no perfil formativo dos variados programas, que pode pender para a reinserção escolar, a complementação da escolaridade, a qualificação profissional, a formação cívica ou a formação atitudinal, entre outros vieses formativos cujos sentidos verdadeiros só são apreensíveis se levarmos em conta o efeito de conjunto dessa variedade de ações instáveis e orgânicas à lógica da forte fragmentação do trabalho e do imprescindível controle social.

É preciso destacar a gravidade do cenário educacional desde o avanço do ultraliberalismo, elevando os indícios de fortalecimento das políticas de certificação, em detrimento das políticas de escolarização na Educação de Jovens e Adultos.

Essa realidade se tornou evidente com a política de fechamento de turmas e/ou escolas que ofertam a modalidade, assim como a diminuição das matrículas na EJA presencial, para além da ampliação das matrículas na Educação a Distância no ensino médio e o fortalecimento do Enceja. Como uma reação em cadeia essa crescente certificação à progressiva desresponsabilização do Estado com a escolarização presencial, abriu espaço aos modelos mercantis que transitam da escolarização à educação não formal de jovens e adultos trabalhadores.

3.1 FECHAMENTO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR EM 2022.

Passados cinquenta e quatro anos da publicação da Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1968), podemos reafirmar a importância do pensamento de Freire como um ato revolucionário para todos nós educadores/as deste país em defesa da EJA, devido as suas grandes contribuições para os

enfrentamentos necessários para a luta em prol das pessoas, marcadas pela destituição de direitos sociais.

A queda nos investimentos em Educação no Brasil teve reflexos drásticos nos últimos anos e a pandemia da COVID 19 no ano de 2020, e agravou-se com o desmonte da EJA. Segundo o professor Rezende Pinto (USP), a partir dos relatórios de 2007 a 2019, a realidade é que 14 milhões de escolas brasileiras deixaram de oferecer a EJA e, entre as instituições que se mantiveram, o número de matrículas diminuiu em 1,8 milhão para os ensinos fundamental e médio.

Sem dúvida que esses números assustam os pesquisadores desta modalidade de ensino, que tensionam os poderes públicos a investir em Educação pra assegurar novos caminhos para o país.

O agravamento destes índices, remete à reflexão-ação sobre os números de escolas com a modalidade da EJA no Estado da Bahia que demonstram os efeitos das políticas de fechamento de turmas e turnos no noturno e a diminuição das matrículas da EJA, ferindo o direito das pessoas, destacadas como as mais vulneráveis dentro da pirâmide social brasileira, ceifando uma possibilidade de com a transformação social e emancipação humana que é possível através do processo formativo de escolaridade.

Nos últimos quatro anos, além de o país ter perdido mais de meio milhão de estudantes da EJA, os investimentos no setor educacional caíram vertiginosamente, sendo a EJA a área mais afetada, com um corte de 94% no orçamento. A verba, que ultrapassava R\$ 1 bilhão em 2013, foi reduzida para R\$ 68 milhões em 2018 e, em 2021, contou-se com apenas R\$ 7 milhões. Além do subfinanciamento e abandono, a Resolução 01/2021 autorizou que até 80% do conteúdo da EJA para Ensino Médio fosse oferecido de forma remota.

A seguir apresento três tabelas do quantitativo de estabelecimentos da Educação Básica da região Nordeste, nos municípios baianos, nos anos 2019, 2020 e 2021, de acordo com o INEP.

Tabela 2

Fonte: INEP

NÚMERO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA - EJA / RMS 2019			
Município	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
Camaçari	32	10	42
Candeias	13	4	17
Dias d'Ávila	4	3	7
Itaparica	8	2	9
Lauro de Freitas	27	8	34
Madre de Deus	2	1	3
Mata de São João	2	3	5
Pojuca	4	2	6
Salvador	254	124	305
São Francisco do Conde	17	2	19
São Sebastião do Passé	6	1	7
Simões Filho	17	8	21
Vera Cruz	9	3	12
Total	395	171	487

Na tabela acima, é possível verificar o número de instituições de ensino que ofertavam a EJA nos municípios baianos. Interessante observar que o município que tem o maior número de escolas de EJA no total em Salvador no ano de 2019, trezentos e cinco Unidades de Ensino. Entretanto, a tabela traz municípios como Madre de Deus com apenas 3 escolas e Mata de São João com 5 escolas, dentre outras regiões com realidades semelhantes.

Esses dados trazem uma reflexão importante sobre o acesso dos trabalhadores aos espaços escolares nestes municípios, como transporte público, territorialidade, relação trabalho e escola, segurança pública, entre outros.

O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa.

Tabela 3

Fonte: INEP

NÚMERO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA - EJA / RMS 2020			
Município	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
Camaçari	31	10	41
Candeias	12	4	16
Dias d'Ávila	4	3	7
Itaparica	6	2	8
Lauro de Freitas	27	8	34
Madre de Deus	1	1	2
Mata de São João	2	3	5
Pojuca	3	2	5
Salvador	228	113	288
São Francisco do Conde	15	2	17
São Sebastião do Passé	4	1	5
Simões Filho	14	8	20
Vera Cruz	9	3	12
Total	356	160	460

Na tabela 2, observamos uma queda mais acentuada com relação a diminuição de estabelecimentos de ensino em Salvador na oferta da Educação de jovens, adultos e idosos. Nos outros municípios de forma mais sutil, porém com impactos bastante significativos para estas regiões e seus educadores e estudantes de EJA. Este ano especificamente tivemos outra questão séria, a chegada da pandemia da COVID 19 no mundo. Neste cenário de incertezas e de grandes impactos em toda a sociedade, muitas reflexões e mudanças surgiram, exigindo dos educadores novas formas de ensino devido a suspensão das aulas presenciais e do total isolamento social. Desta forma, a EJA enfrentou enormes desafios por se tratar de sujeitos com processos de exclusões históricas e com diversidades muito específicas, e que diante dessa situação que exigia a participação de forma remota e online a sua grande maioria não conseguiu acompanhar os estudos, ficando esquecidos.

Nesta terceira tabela tivemos o fechamento de 10 escolas de EJA nos municípios baianos aqui declarados, sendo a maior perda na região metropolitana, em Salvador. Porém, essa situação foi diagnóstica em todo o país pelos Fóruns de EJA do Brasil. Como justificar a redução dos espaços escolares quando temos uma realidade atual de mais de 70 milhões de brasileiros que não concluíram a Educação Básica, segundo a Diretora de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, a professora Cláudia Borges. Neste contexto como podemos imaginar que não existe demanda para a EJA, por que as pessoas não buscariam oportunidades de estudos e a uma maior participação, informações e conhecimentos para alcançar seus sonhos e metas.

Tabela 4

Fonte: INEP

NÚMERO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA - EJA / RMS 2021			
Município	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
Camaçari	31	10	41
Candeias	9	4	13
Dias d'Ávila	3	3	6
Itaparica	7	2	9
Lauro de Freitas	26	8	33
Madre de Deus	1	1	2
Mata de São João	2	3	5
Pojuca	5	2	7
Salvador	216	130	277
São Francisco do Conde	15	2	17
São Sebastião do Passé	5	1	6
Simões Filho	16	8	22
Vera Cruz	9	3	12
Total	345	177	450

Para compreender essa realidade é necessário perceber a rotina dos trabalhadores /as sem ter as mínimas condições para a sua escolarização, além de jornadas exaustivas, com baixos salários a ausência de políticas públicas para incentivar as pessoas a retornar a escola. Outra questão importante está na redução de escolas de EJA, utilizando a modalidade de escolas polos distantes das residências dos estudantes, como também as turmas multisseriadas, onde os estudantes são colocados juntos em uma única turma com diversas séries e realidades para serem alfabetizados.

No dia 05 de janeiro de 2022, o Jornal Bahia Notícias publicou uma manchete, onde 44 escolas em diferentes bairros de Salvador teriam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) fechadas, fazendo com que os estudantes matriculados fossem realocados para unidades de ensino próximas. A grande questão nesta grave situação é que as escolas não são próximas na realidade periférica destas pessoas que enfrentam as mais diversas adversidades para a sua sobrevivência. O Fórum de EJA da Bahia alertou que esses estudantes jovens, adultos e idosos, homens e mulheres héteros e da comunidade LGBTQI+, maioria negros e negras, moradores/moradoras de Pirajá, Cajazeiras, Cabula, Centro, Orla, Itapuã, Cidade Baixa, Liberdade,

São Caetano e Subúrbio Ferroviário I e II. Pertencentes a classe popular, alguns são aposentados e muitos são trabalhadores(as) subempregados(as), que atuam no Comércio, no Mercado Informal e no Setor Doméstico. Maior parte são pobres que sobrevive com uma renda mínima mensal e sofre os efeitos das políticas públicas de negação dos direitos básicos geradoras das desigualdades educacionais, raciais, geracionais, de gênero e sociais.

Esta decisão do fechamento dos turnos de EJA nas escolas em Salvador, foi seriamente questionada pelos educadores e instituições que defendem a EJA e que alertaram para as “barreiras invisíveis” presentes nos territórios e que impossibilitam o acesso aos que, em outro momento, não puderam cursar o ensino formal na idade apropriada. A justificativa do órgão central para essa atitude drástica e não dialogada com a sociedade está na evasão escolar como a principal motivação para o cancelamento das turmas nas escolas.

Estranhamente essa atitude justificada desta forma, não poderia ter sentido diante da historicidade da EJA, sobretudo pela crise econômica enfrentada nos últimos anos e a Pandemia da COVID 19 em 2020 que afetou drasticamente a vida de todas pessoas no mundo e especificamente aos mais pobres e vulneráveis, que compõem as turmas de EJA.

Essa situação causou muita revolta e indignação dos educadores e das comunidades que sabem da importância desta modalidade para seus moradores, esse sentimento de dor, por parte de quem defende a EJA e sua ampliação, divulgação e políticas públicas mais sérias e humanizadas estão justificados pelos dados do IBGE e do Pnad (2022) sobre a cidade de Salvador, com 16,7% de desemprego, sendo um dos mais altos do país, com o 0,791 Índice de desenvolvimento humano (IDH), sendo uma das cidades brasileiras com maior índice de desigualdade e concentração de renda e que acumula a triste realidade de ter 69.481 em números absolutos de soteropolitanos analfabetos acima de 15 anos.

Desta forma, trata-se de uma constatação do desmonte e do descaso que o poder público revela em não atender de forma digna e responsável no Plano Nacional de Educação que determina na:

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Analisando o conjunto das estratégias da Meta 8, cabe dialogar que existe uma contradição, quando se olha na perspectiva de defesa de uma educação básica para os trabalhadores/as, que se realize em um sistema público de ensino. As incertezas iniciam-se nas 8.1 e 8.2, que trazem a

concepção de um atendimento dos jovens de dezoito a 29 anos através de programas de correção de fluxo que são orientações já analisadas no campo da EJA como superadas, porque não colaborar para a consolidação da modalidade como política pública de Estado e acabam por fortalecer a ideia de que EJA é um atendimento ocasional.

Não podemos esquecer que nos educadores temos um grande desafio que lutar por uma educação para os trabalhadores/as que atendem suas necessidades e valorize suas potencialidades.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Interessante lembrar que essa meta representa a proporção dos indivíduos com 15 anos ou mais de idade que não concluíram os anos iniciais do ensino fundamental em relação à população total dessa faixa etária. O indicador considera também os indivíduos que concluíram os anos iniciais do ensino fundamental, os quais, possivelmente, não sabem ler e escrever. Outra informação importante está na consideração deste indicador que considera analfabetas funcionais as pessoas com 15 anos ou mais de idade e com menos de quatro anos completos de estudo. Desta forma, na Pnad (Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua), quatro anos completos de estudo correspondem à conclusão dos anos iniciais do ensino fundamental. Esta meta será mais discutida no percurso deste texto, pela importância no contexto desta pesquisa.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (BRASIL, 2014).

Em 2020, 0,5% dos alunos de EJA do Ensino Fundamental e 3,6% dos alunos de EJA do Ensino Médio cursavam Educação Profissional de forma integrada, segundo MEC/Inep/DEED/Censo Escolar 2020.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados (2022) apontam os Índices de pobreza e extrema pobreza na Bahia em 2021 em números recordes, sendo Salvador a capital com o maior número de pessoas baixo da linha da extrema pobreza, sendo 11,2% da população.

De acordo com IBGE, em 2021, cerca de 6,949 milhões de baianos (46,5%) foram considerados pobres. O levantamento considera o critério de renda familiar, sendo inferior a R\$ 475 por mês.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE, o número de pobres no estado aumentou 24,2%.

Neste sentido, mais 1,356 milhão de pessoas em situação de pobreza, em apenas um ano, sendo considerado o maior crescimento desse grupo em toda a série histórica.

Os dados, ainda aponta que houve uma piora do quadro em 2021, com mais 317 mil pobres, num aumento de 4,8%, comparando com os dados de 2012, primeiro ano da pesquisa.

Um fator de extrema gravidade a ser analisado por esses dados está no número de pessoas em extrema pobreza na Bahia com um aumento em 59,9%, o que representou mais 885 mil pessoas nessa situação, em um ano. O crescimento também é considerado recorde desde 2012.

Em Salvador, 11,2% da população, o que significa 323 mil pessoas, viviam abaixo da linha da extrema pobreza em 2021. O percentual havia sido de 8,4% em 2020 (241 mil pessoas), o que representou 82 mil pessoas entrando na extrema pobreza entre um ano e outro – um crescimento de 34%.

Com esse aumento, Salvador se manteve, pelo segundo ano consecutivo, como a capital brasileira com maior proporção da população vivendo em situação de extrema pobreza monetária. Em 2019, era apenas a 10^a nesse ranking.

Ao analisarmos os dados do IBGE deste período referente ao fechamento das escolas de EJA em Salvador, percebemos a dimensão da extensão do desafio, que consiste em fazer com que, nos próximos anos, mais de 40 milhões de pessoas concluam a educação básica.

Existe um aumento expressivo nos dados referentes ao número de matrículas que decresce ano após ano, enquanto aumenta-se o quantitativo de pessoas que não concluíram nem frequentam a educação básica.

Para a compreensão da Meta 9, que trata do enfrentamento do analfabetismo, é preciso retomar o procedimento de coleta de dados do IBGE, que considera como analfabeta a pessoa que não lê nem escreve um bilhete simples.

Importante compreender que a alfabetização de jovens e adultos, adiante das questões metodológicas e pedagógicas, deve ser abordadas como um acontecimento histórico de uma sociedade injusta, desigual e excludente, não apenas como um algo de política pública de ensino fundamental.

Delinear uma linha cronológica da educação de jovens e adultos se torna um grande desafio pela complexidade na compreensão da própria história da educação no nosso país. Assim somente nos finais dos anos 50 e início dos anos 60 (época de profundas transformações no Brasil e no mundo), que ocorreu uma grande mobilização social através dos movimentos populares em torno da educação de adultos (STRELHOW, 2010).

Ainda na década de cinquenta, deste século surgiram severas críticas à Campanha de Educação de Jovens e Adultos, devido ao caráter superficial do aprendizado, ao curto período e à

inadequação do método para a população adulta, que era aplicado de forma igual nas diferentes regiões do país. E devido à campanha não ter obtido bons resultados em diversas regiões do país, sobretudo na Zona Rural, foi extinta logo em seguida. Começam a surgir movimentos de base voltados para a alfabetização de adultos então surge, uma nova referência no panorama da educação brasileira para Jovens e Adultos: Paulo Freire.

Interessante lembrar que a sociedade civil tensionava e ansiava por mudanças no quadro socioeconômico e político brasileiro. Diversos grupos de educadores encontraram a chance de expor sua preocupação com a política da alfabetização e a educação dos adultos daquele período, esses anseios geraram a possibilidades de novos métodos para a alfabetização principalmente por que o analfabetismo não era mais visto como causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade que tinha como base a injustiça e a desigualdade. Esses movimentos de educação e cultura popular, em sua maioria adotavam a filosofia e o método de alfabetização proposto por Paulo Freire.

Sob essa perspectiva, a pedagogia de Paulo Freire nasce, nesse clima de mudança no início dos anos sessenta, assim, a Educação Popular se articulava à ação política junto aos grupos populares: intelectuais, estudantes, pessoas ligadas à igreja católica e a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em 1964, foi aprovado o plano Nacional de Alfabetização. O Brasil todo deveria ser atingido e orientado pela proposta de Paulo Freire.

Mas com o golpe militar de 64, toda essa proposta de uma educação inovadora foi suprimida e para substituí-la foi proposto o MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização nas décadas de 1970 e 1980, durante o governo militar, por conseguinte, pode-se dizer que a repressão se abateu impiedosamente sobre as iniciativas dos movimentos populares de educação, minando toda possibilidade da educação como instrumento de transformação das massas. O Programa Alfabetização Solidária, criado nos anos 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e o Programa Brasil Alfabetizado nos dois mandatos do governo Luiz Inácio Lula da Silva e no mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Portanto percebe-se o longo caminho que teremos que fazer enquanto pesquisadores e educadores atuantes na EJA para garantir o acesso à escolarização e a redução do número de analfabetos neste país.

Em consonância com o que foi dito ao histórico da educação brasileira, em seus períodos, Paiva (2003, p.18), acredita que toda educação é manifestação de uma conjuntura social determinada. Assim, autora analisa que, por isso mesmo, as características dos diversos períodos da história da educação de um país acompanham seu movimento histórico, suas variações econômicas

e sociais, suas lutas pelo poder político, por conseguinte, como ressalta a autora, a política da educação e a orientação do ensino assinalam de forma intensa o seu caráter histórico.

No que concerne à educação como uma proposta nova, transformadora, não discriminatória, mas promotora de cidadania, o Seminário Internacional de Educação ao Longo da Vida e Balanço Intermediário da VI CONFINTEA no Brasil 21 discutiu a garantia do direito à educação básica para todos exigindo que se realizasse uma avaliação minuciosa da escolarização oferecida a crianças e adolescentes.

No que diz respeito ao direito à educação para todos, este encontro discutiu a importância de políticas de EJA significativas, as quais assegurem acesso e permanência, pois a maioria dos jovens e adultos não alfabetizados, bem como dos que não terminaram o ensino fundamental, estiveram em algum momento na escola e não concluiu seus estudos, sendo necessária uma política de expansão da escolaridade.

Dentro dessa realidade, o conhecimento sobre as pessoas da EJA torna-se imprescindível pelos governantes antes de decisões sobre o fechamento de turmas e escolas de EJA, informações sobre as localidades onde moram e seus limites de acesso às classes de educação de jovens e adultos e quais estão em situação de vulnerabilidade social que demandam de outras políticas sociais integradas à oferta de escolaridade.

Assim, não podemos responsabilizar os estudantes da EJA pelos índices de evasão, que surgiram como a justificativa do fechamento das 44 escolas de EJA em Salvador pelo órgão Central.

Uma séria situação surgiu com esta decisão tomada pela Secretaria, sem o diálogo com as comunidades escolares e com a sociedade civil que defendem a EJA, a primeira está sobre a mobilidade exigida após o fechamento das escolas, para as pessoas se deslocarem a grande maioria em distâncias longas e afastadas de suas moradias. Embora, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) tenha garantido que, com a mudança, nenhum estudante ficaria desassistido, fato que não aconteceu, muitos desistiram de ir para as outras escolas onde foram relocados sem ser comunicados pessoalmente, devido as longas distâncias de suas residências as escolas determinadas como polos, atendendo alunos que morem a uma distância de, no máximo, 1.200 metros, na prática a distância se constitui no dobro ou triplo, dificultando o acesso e a permanência de estudantes na escola. O Fórum EJA Bahia e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia (APLB) denunciaram a gravidade desta decisão do fechamento das turmas e escolas da EJA, rejeitando completamente a ideia de que haja uma evasão e sim que uma “expulsão” dos alunos do sistema educacional, caracterizando uma negação ao direito a educação de milhares de pessoas.

A EJA em Salvador não sofreu nenhum investimento sólido, nenhum um orçamento, foi voltado para a EJA. Como também, não houve formação, chamada pública, campanhas de fortalecimento da modalidade. Importante ressaltar que tudo que é feito para a EJA é realizada pelas próprias escolas, educadores e educandos.

Essa ação, reflete os últimos anos de ausência de políticas públicas com relação a EJA, em fortalecer ao acesso, a permanência, favorecendo a inclusão, compreendendo a modalidade para estimular a presença dos trabalhadores/as na escola. Esse desmonte da educação de jovens e adultos é compreendido como uma das ações do governo federal que vem tratando com descaso a modalidade, extinguindo o orçamento em 2018 e dissolvendo a SECADI, principal secretaria que gerenciava as ações para a EJA. “O mundo não é, está sendo” (Paulo Freire,1997).

3.2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PIRAJÁ APÓS O FECHAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL GENERAL LABATUT EM 2022.

Durante a escrita desta pesquisa, fomos surpreendidos pelo fechamento da Escola Municipal General Labatut, junto a mais 43 escolas no município de Salvador, Bahia. Reconhecemos que o momento político brasileiro em 2022, determinou tamanha ofensiva a esta modalidade. Há mais de uma década, a comunidade mantinha uma agenda de luta na defesa das escolas sempre ameaçadas por governantes e planos sinistros de governos, que consideravam educação de jovens e adultos como algo com equivalência ao fracasso escolar.

Assim desde o ano de 2011, determinamos que: “Ninguém fecha o que não abriu”; que as escolas pertencem à comunidade Pirajá e que esta merece ser consultada sobre qualquer decisão, inclusive sobre a educação escolar do bairro, que permanece com altos índices de violência e pobreza na realidade periférica e marginalizada da Cidade de Salvador, lembrando que se trata da primeira capital do Brasil e o referido bairro teve um papel fundamental na libertação do povo baiano e brasileiro.

Desta forma, este Coletivo reconhece que a luta permanece em outros espaços enquanto tiver fome, pobreza e desigualdade social neste país. Entendemos que sempre em uma crise, nos tornamos mais fortes para combater e defender o que é nosso de direito. Assim, para o Coletivo de Pirajá, a EJA permanece como um direito inegociável, por que entendemos a importância do movimento social, na defesa da EJA nas escolas públicas do bairro de Pirajá no cenário atual educacional brasileira.

Como esse Coletivo surgiu da necessidade de novos olhares sociais e políticos sobre o cenário educacional da EJA nas escolas do bairro ameaçadas de fechamento, o que se concretizou

no ano de 2022 com a Escola Municipal General Labatut, o entendimento deste grupo, formado por moradores, educadores da educação básica e ensino superior, líderes comunitários e associações do próprio bairro, se faz importante para compreender as lacunas existentes para os moradores e estudantes da EJA em seus direitos essenciais, dentre eles a educação e que a luta permanece pela reabertura da escola e fortalecimento da modalidade de ensino no bairro.

As vozes deste Coletivo ecoarão, independentemente de as escolas físicas serem fechadas, a luta permanece em defesa da EJA. Através da luta pela EJA. Esta modalidade tem uma importância fundamental para ascensão deste país, precisamos investir no processo de libertação das classes populares, das amarras do analfabetismo e da negação de direitos humanos. Assim, a comunidade entende que, mais que um espaço escolar, a EJA é a afirmação de sonhos possíveis para os que consideram sonhar um ato político, ético e estético, como revolucionou o mestre Paulo Freire.

Desta forma, a participação do Coletivo de Pirajá no Cenário de luta permanece em defesa e resistência das escolas de EJA em Salvador e no Brasil, através das ações do Fórum de EJA Bahia, a exemplo da participação no ato em defesa dos direitos do bairro que ocorreram no dia 01 de julho de 2023, no bairro, na praça General Labatut, com a chegada do fogo simbólico, um dos principais símbolos de celebração da Independência do Brasil e da Bahia. A comitiva é formada por atletas, autoridades e policiais. Esta cerimônia sempre é marcada por manifestações dos moradores que reivindicam melhorias para o bairro, cobranças expressivas pelo sistema de transporte, retorno de linhas Ribeira e Engenho Velho da Federação, pelas escolas, saúde e infraestrutura. Neste evento a EJA teve destaque no palco das reivindicações, por se tratar de uma modalidade fundamental ao bairro. “Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica.” (Paulo Freire).

Na realidade, existe para estes governos um endurecimento em decisões que favoreçam políticas públicas sem uma lógica do custo-benefício, ocasionado pela influência forte da economia sobre a Educação dos pobres, prevalecendo as óticas da racionalidade e da produtividade em prejuízo do direito à Educação. À EJA não cabe mais nesta visão autoritária e racista, ela sempre será mais cara e terá turmas menores, pois os estudantes têm dificuldades específicas e isso exige um ensino de natureza diferente, como alerta HADDAD (2013). São barreiras que precisam ser superadas para a EJA acontecer, não sendo cabível que as redes de ensino fixem um número mínimo de estudantes para formar as turmas no período noturno, essa desistência intencional e criminosa revela a face cruel do racismo estrutural em que a modalidade se encontra nas decisões de governos que subjagam a uma segunda categoria. Conseqüentemente um dos pontos mais evidentes da ausência do interesse da permanência na modalidade nas escolas está na ausência de chamada

pública e do recenseamento exigido para essas pessoas, sendo grave essas decisões dentro da realidade das classes populares, os estudantes não sabem onde buscar vagas, as escolas ainda possuem características físicas e educacionais voltadas somente para a educação de crianças, não existindo de fato um investimento do espaço físico, com mobiliário adequado, alimentação reforçada, pois muitos vem dos seus itinerários de subempregos, transporte escolar ou cartão de passagens, materiais pedagógicos dentro da realidade dos estudantes, flexibilização de horários e frequência escolar e uma proposta curricular discutida e específica para esta modalidade, que se sentem ridicularizados em um ambiente que outrora já estivera em tempos fracionados e não conquistou o sucesso escolar. De fato, as pessoas analfabetas adultas e idosas raramente procuram a escola, por diversos momentos, dentre eles, por sentirem vergonha dentro do seu meio social ou por acreditar que o tempo de estudar já passou. Validando a justificativa de se investir com uma atitude ativa do Estado e uma intensa mobilização em toda cidade, incluindo os bairros e ruas de difíceis acesso em Salvador. Uma revisão nestas decisões dos órgãos centrais, poderia impactar positivamente as famílias e a sociedade baiana e conseqüentemente brasileira, já que o Nordeste ocupa um lugar extremamente significativo nos índices de pobreza, extrema pobreza e analfabetismo, os adultos e idosos analfabetos ao estarem na escola vivenciam a possibilidade de superação de sérios problemas sociais e financeiros.

Identifica-se que a pobreza é consequência de inúmeros fatores, tais como, crises financeiras, desemprego, analfabetismo, desqualificação profissional e desmotivação, portanto, os programas sociais têm uma relação direta, com transferência de renda, assistência educacional, social e profissional (CAMPOS, 2003). Desta forma, não podemos permitir que essas pessoas não tiveram a oportunidade de estudar na época adequada, sendo culpabilizadas por não conseguirem estar nela na época presente, sendo considerado urgente dessa injustiça.

Essa tomada de consciência do direito a educação pelos sujeitos da EJA, para o Coletivo de Pirajá tornou-se essencial e amplia a agenda de lutas pela inserção dos serviços básicos para a população, trazendo uma possibilidade de existência digna com o seu trabalho, com seus sonhos e projetos de vida. Costa e Souza (2017), sinalizam:

[...] A inquietação que sustenta todos os envolvidos por uma educação igual apoia suas ideias em uma educação como prática social alicerçada nos direitos que regem uma educação emancipatória, portanto, é fundamental que as categorias “oprimidas e excluídas”, não se curvem diante dos opressores. Nessa perspectiva os Movimentos Sociais, passa ser a voz dessa categoria que se empenha para ter o direito de ir e vir dentro da perspectiva dialógica.

Nessa ação dialógica, que fomenta as ações do Coletivo de Pirajá, assumimos o compromisso com a transformação dos oprimidos da EJA, explorados e excluídos. Acreditamos que uma comunidade educa sistemas e poderes, trazendo a doce lembrança do mestre Paulo Freire em tantos caminhos percorridos.

4.0. ABORDAGEM INVESTIGATIVA TEÓRICA E METODOLÓGICA.

Neste tópico da pesquisa, apresentamos o caminho metodológico da pesquisa, as contribuições teóricas que apoiaram a metodologia usada nos diversos momentos da elaboração da mesma; a opção que definiu o método da pesquisa participante, bem como o processo de coleta de informações e análise dos dados.

A fim de compor a ideia desta pesquisa, direcionamos algumas indagações norteadoras para coleta de informações. A princípio procuramos compreender a trajetória vivenciada pelos sujeitos do Coletivo de Pirajá em defesa da EJA na comunidade, assim como o contexto em essa educação está inserida no cenário educacional brasileiro com seus avanços e retrocessos.

4.1. MOVIMENTOS SOCIAIS – CONCEITUAÇÃO HISTÓRICA.

Em diversos momentos desta pesquisa reconhecemos o papel fundamental dos movimentos sociais nas grandes tensões em defesa da EJA neste país. Embora sabemos que esses movimentos são projeções de situações e contextos históricos e sociais específicos na nossa atualidade educacional brasileira, porém, sem dúvida, que a busca voltada para a liberdade e a emancipação social dos sujeitos da EJA tem elencando uma busca em todo o país para que esta modalidade tenha uma política própria de fortalecimento e expansão.

Considerando a importância dos Movimentos sociais, como espaço de defesa para assegurar direitos para as pessoas no bairro de Pirajá, ressalto que os movimentos sociais, enquanto objeto empírico, têm sustentado uma discussão contínua na área das Ciências Sociais, intensificando e proporcionando o crescimento de diversos sentidos teóricos e objetivos diferenciados.

Segundo Bodart, compreender o contexto dos movimentos sociais que surgiram em diferentes momentos históricos e em diferentes partes do mundo luta por direitos e justiça social é fundamental nesta pesquisa. Neste sentido, destacaremos de maneira breve, as seguintes teorias: a Teoria Marxista dos Movimentos Sociais, a Teoria das Massas (TM), a Teoria da Mobilização dos Recursos (TMR), a Teoria dos Processos Políticos (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Teoria Marxista dos Movimentos Sociais. Teve sua origem no século XIX, na sociologia clássica de Karl Marx e Friedrich Engels, entre outros autores marxistas. Nesta teoria os movimentos sociais são entendidos como ações coletivas de uma classe social explorada que busca melhores condições de trabalho, de salários e de vida e um segundo momento eclodir uma

revolução, a tomada do poder a fim de implantar uma ditadura do proletariado a fim de suplantar o Capitalismo.

Assim, temos a compreensão da complexidade do sistema capitalista onde a desigualdade social que afeta principalmente os mais oprimidos torna-se um grande desafio para a educação caminhar com uma proposta emancipadora, voltada a nossas origens, onde a globalização seja usada como ferramenta de universalização de saberes, onde todos sejam, mais solidários uns com os outros e a distribuição da renda menos injusta. Nesta perspectiva, a EJA torna-se uma modalidade de ensino essencial para ruptura deste ciclo de injustiça para essas pessoas. [...] quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com o seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e as suas circunstâncias. (FREIRE, 2016, p.68).

Percebemos a importância da Educação para as classes trabalhadoras, os questionamentos tão necessários para analisar as causas e as evidências das desigualdades sociais em nossa sociedade e compreender o caráter manipulatório e o poder de ideologia do capitalismo, com suas consequências sociais.

Em seguida o autor descreve a Teoria das Massas, que foi desenvolvida entre aos anos de 1940 e 1960, sobretudo por influência das grandes manifestações públicas do nazismo e do fascismo. Sua primeira característica foi marcada fortemente pelo positivismo e, em particular, pela sociologia organicista de Durkheim; a segunda, pela grande preocupação dos teóricos estava em entender o comportamento das massas sob uma análise da Psicologia Social, sendo tratadas como perigosas e, portanto, combatidas; na terceira e última característica, a preocupação era entender os movimentos não democráticos, o processo de alienação das massas e a perda de controle e influência das elites culturais.

Neste sentido, os movimentos sociais são entendidos como patologias sociais, desajustamentos causados pelas disfunções da modernidade. Os movimentos sociais são tidos como movimentos desviantes e irracionais, compostos por indivíduos marginalizados. Sem dúvida que um dos mais surpreendentes fatos políticos contemporâneos foi a plena adesão das massas aos movimentos nazifascistas que surgiram a partir do final da Primeira Guerra Mundial. Até aquele momento a presença das pessoas nas ruas em protesto sempre era visto como ameaça vinda da esquerda, dos que seguravam as bandeiras vermelhas ou negras da revolução comunista ou anarquista.

Interessante analisarmos, dentro deste momento histórico mundial, esse período de 1940 a 1960, o processo de luta por direitos essenciais, dentre eles, melhoria nas relações trabalhistas e o acesso à Educação pelas classes trabalhadoras. No Brasil, na segunda metade do século XXI, com a

implantação do modelo desenvolvimentista, no governo de Juscelino Kubitschek, começou a surgir a necessidade de uma mão de obra mais qualificada, questão mais acentuada nas décadas de 60 e 70.

Os movimentos sociais no Brasil têm uma história marcada por grandes lutas e embates realizados contra governos autoritários e luta pela liberdade e democracia. Neste cenário foi que Paulo Freire tensionou a relação da escola, que reproduzia a relação entre patrão e empregado, constituindo, neste contexto, a pedagogia do oprimido que pretendia contribuir na superação dessa condição.

Percebemos a valiosa presença de Freire como um pioneiro do movimento da EJA viabilizando muitos momentos de luta contra o sistema vigente na sociedade e na educação.

Ao situarmos esse pensamento de Freire tão atual nos dias de hoje, o sentido da luta em defesa da garantia das existências das escolas de EJA em Pirajá torna-se uma ação imprescindível, porque ela faz muita diferença na vida das pessoas, ela é possibilitadora do ser mais dos oprimidos que lá se encontram (Freire, 2016).

O Coletivo de Pirajá dentro desse processo por melhorias para o bairro, reconhece o seu papel como um agente emancipador, que ao lutar pelo direito a educação para os trabalhadores do bairro, ajudará essas pessoas a emancipar-se da condição das impossibilidades vislumbrando o que Paulo Freire definiu como “inédito-viável”. Essa expressão resume-se a um futuro a ser construído quando há uma ideia inédita, não claramente conhecida e vivida, mas sonhada. Resume-se em pensar em possibilidades diante de determinada situação limitante. Essa percepção desejamos para os estudantes da EJA, pessoas que trazem em sua trajetória de vida marcas profundas de negação de direitos.

Em seguida, Bodart explica, que na Teoria da Mobilização dos Recursos, temos o seu surgimento do contexto de transformações políticas ocorridas na sociedade norte-americana nos anos 1960. Sua origem se relaciona diretamente a rejeição da ênfase que a Teoria das Massas dava aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, assim como o approach eminentemente psicossocial dos clássicos, centrado nas condições de privação material e cultural dos indivíduos. Apresenta como características: uma preocupação em entender o papel da burocracia na organização dos movimentos sociais; em seguida, os estudos focam nos recursos disponíveis aos movimentos sociais, sendo eles humanos, financeiros e de infraestrutura; por terceira característica, o foco no papel das lideranças, sobretudo em sua capacidade de mobilizar e trocar bens num mercado de barganhas, as quais são entendidas a partir de uma visão exclusivamente economicista, num processo em que todos os atores agiam racionalmente, segundo cálculos de custos e benefícios,

lógica emprestada da Teoria da Escolha Racional e a Teoria do Utilitarismo e; a quarta e última estão as ações coletivas são explicadas a partir de uma visão comportamentalista organizacional.

Nesta concepção, os movimentos sociais são entendidos como grupos de interesses, vistos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição, tendo recebido fortes influências da Sociologia weberiana.

Quando pesquisamos a EJA, evidenciamos pessoas que historicamente foram marginalizadas e subestimadas, que tiveram sua caminhada escolar interrompida por diversos acontecimentos, vivenciados pela pobreza e que retornam à escola na esperança de recuperar de aprender e compreender as coisas do mundo. Esse ponto é muito importante, para percebemos que essa educação que desprende muita energia das pessoas que a defendem. Porém, nem sempre temos fonte ou recursos para organizar ações para esta causa. O Coletivo de Pirajá compreende que participar de outros coletivos e dos Fóruns com financiamento próprio fortalece e causa um impacto bastante significativo na luta. Como expressado nesta concepção da Teoria da Mobilização dos Recursos, sempre vivenciando as contradições dentro do próprio movimento de luta por interesses diversos. Porém, a educação brasileira, influenciada pela sociedade capitalista passou do plano social para o individual e precisamos reencontrar caminhos para a nossa sociedade, de forma mais humanizadora e democrática. Esse é o nosso papel nesta luta.

Seguindo o estudo de Bodart, a Teoria dos Processos Políticos, que se desenvolveu nos anos de 1970 como crítica ao utilitarismo e ao individualismo metodológico da Teoria da Mobilização dos Recursos, apresenta como principais características: 1-trazer para o centro do debate elementos político-culturais e simbólicos, os quais passam a ser entendidos como importantes para atrair novos membros, mobilizar o apoio de variados públicos, constranger as opções de controle social de seus oponentes e tentar direcionar as políticas públicas e as ações do Estado; 2-a preocupação em observar as dimensões externas das lutas dos movimentos que são tidas como relevantes para a competição por poder; 3-a terceira característica, com ideias, símbolos e palavras-chave são observados como importantes na construção da identidade dos movimentos sociais e sua mobilização; 4-o foco nos processos sociais de longa e média duração; 5-a ênfase nas estruturas das oportunidades e restrições políticas.

Nessa teoria, movimentos sociais são entendidos como um ato político de mudança social, esta entendida como uma ação reformista e não revolucionária.

Refletindo sobre a descrição desta teoria, percebemos a importância do ato revolucionário em defesa da EJA, temos questões que precisam de posicionamentos mais firmes e o reconhecimento da sociedade brasileira do legado da Educação Popular para o nosso país. Vivenciamos fortemente em diversos espaços concepções que prezam pela formação dos estudantes

apenas para o mercado de trabalho, mantendo a servidão dessas pessoas. De fato, a atuação de forma coletiva com um objetivo ou causa em comum, firma a presença e possíveis resultados na luta, promovendo mudanças.

A seguir, na descrição da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, o autor indica algumas diferenças entre a TPP e a TNMS, que se compõem exatamente no que diz respeito ao incentivo à atividade coletiva, ambas defendendo a existência de um cenário de oportunidades. Dessa forma, a TPP intenciona essas oportunidades como uma perspectiva externa ao movimento, ou seja, uma visão mais estruturalista, a TNMS entende que esse contexto de oportunidades está diretamente relacionado com a percepção cognitiva dos próprios agentes envolvidos (ALONSO, 2009).

Desta forma, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) surgiu como arcabouço explicativo para os movimentos sociais transclassistas, ou seja, composto por sujeitos pertencentes a diferentes classes sociais, ou ainda a movimentos por demandas pós-materiais, tais a qualidade do ar, a igualdade de gênero e a luta pela paz. Tem como principais características: a primeira que, foca nas identidades coletivas e, portanto, apresentando uma visão culturalista dos movimentos sociais; a segunda no reconhecimento e o autorreconhecimento são elementos fundamentais para entender a ação coletiva e a terceira na observação de que as demandas dos movimentos sociais não são apenas materiais.

Por conseguinte, os movimentos sociais são entendidos como atores sociais marcados pelo reconhecimento identitário que buscam melhores condições de vida, envolvendo ganhos materiais e não materiais, tais como respeito aos diferentes, preservação do meio ambiente, etc.

Até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. Com a progressiva delimitação desse campo de estudo pelas Ciências Sociais, principalmente a partir da década de 60, as definições, embora ainda permanecessem imprecisas, assumiram uma consistência teórica, principalmente na obra de Alain Touraine, para quem os movimentos sociais seriam o próprio objeto da Sociologia. Apesar do desenvolvimento que o conceito teve nos últimos anos, não há consenso ainda hoje entre os pesquisadores sobre seu significado. Outros estudiosos do tema, como Alberto Belucci, por exemplo, questionam o conceito de movimentos sociais por considerá-lo reducionista, e empregam preferencialmente o de ações coletivas. "Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado." (Emília Viotti da Costa, 1928 – 2017).

Na América Latina, a teoria que se produziu sobre os movimentos sociais foi informada principalmente pela sociologia europeia, mas também pela teoria da modernização e da dependência, que chamavam a atenção para as especificidades da região (Gohn, 1997). De fato,

enquanto na Europa e nos Estados Unidos as demandas coletivas indicavam para uma abordagem cultural da construção de identidades, uma vez que naqueles países as carências materiais estavam relativamente resolvidas, na América Latina essa realidade ainda convivia (e convive) com problemas de ordem material e com a luta pela democratização política nos países em que se instalaram ditaduras militares. Existia então uma diversidade de movimentos sociais, com hegemonia de movimentos populares por terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos, como também a questão dos direitos humanos (Prudêncio, 2000).

Outro fator importante foi a presença da Igreja Católica, através da ala progressista da Teologia da Libertação, que mobilizou através das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais, até a abertura política, as camadas pobres da população em favor de justiça social, baseada nos princípios de solidariedade e esperança. A Igreja literalmente engajou seus militantes na resolução das contradições sociais. A partir dos anos 80, os atores coletivos são “temporários”, cuja função simbólica é “revelar” problemas fundamentais, lutar por projetos, significados e orientações. Segundo Touraine (2003), os novos movimentos sociais deixam transparecer uma nova geração de conflitos sociais e culturais; uma luta sobre as finalidades da produção cultural, educacional, de saúde e informação de massa. Por isso o forte desinteresse pelas instituições políticas e das ideias sociais. É uma luta por uma democracia interna.

Giddens (1997, p. 52), aponta que “a qualidade democrática” dos movimentos sociais é inserir, em domínio discursivo, aspectos dos comportamentos e condutas sociais que até então eram desconsiderados ou eram acertados “por práticas tradicionais”. Os atores sociais lutam em nome da coletividade a partir de conteúdos que tratam dos direitos humanos, da paz, da ecologia, de discriminações etc. No entanto, os valores defendidos são autonomia pessoal e identidade.

Na América Latina, os novos movimentos sociais (questões de gênero, etnia, sexo, ecológicas, novo sindicalismo etc.) são diferentes dos novos movimentos sociais europeus, por se desenvolverem em sociedades civis marcadas por tradições de relações clientelistas e autoritárias e por sistemas judiciários inoperantes (Gohn, 1997).

É preciso fomentar a discussão sobre a participação democrática na tomada de decisões sobre a compreensão do que é o sujeito, a sociedade, a cultura e participação consciente, promovendo ações que levem a todos nós refletir sobre a nossa condição no mundo, nossa emancipação frente aos desafios que nos assolam cotidianamente. A esse respeito assim se manifesta a autora:

É interessante observar que estas análises sobre a “governabilidade” da educação colocam-na, agora, menos como um direito e mais como um serviço; fala-se em forças dos atores, mas não se fala da força política desses atores para reverter o quadro de miséria e de

exclusão social que as políticas neoliberais geraram em todo continente latino-americano. Para que se fale de força política, deveriam ser priorizados também outros processos, tais como o da formação da consciência crítica e a organização daqueles setores. (GOHN, p. 70)

Na Europa, portanto, “novo” refere-se ao oposto do “antigo” movimento da classe trabalhadora; na América Latina, aos movimentos que não se pautam por relações clientelistas. “Em ambos os casos o que há de novo realmente é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas” (Gohn, 1997, p.124). Enfim, “novo” passou a referenciar movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários à sobrevivência humana, como também reivindicavam a garantia dos direitos sociais modernos, de igualdade, liberdade e democratização das relações sociais. Scherer-Warren (1993, p. 53) identifica no projeto dos novos movimentos sociais um potencial transformador, no sentido de modificar a sociedade não apenas a partir do aparelho do Estado, mas também no nível das ações concretas da sociedade civil. “Os NMS, atuando mais diretamente no seio da sociedade civil, representam a possibilidade de fortalecimento desta em relação ao aparelho do Estado e perante a forma tradicional do agir político por meio de partidos”. Os NMS latino-americanos apontam para um projeto alternativo em construção, o que indica que nessas novas práticas políticas ainda não há uma homogeneidade, sendo marcados por conotações de classe, uns de base mais popular (sem-terra, bairros, sindicais) e outros mais típicos da classe média (ecológico e feminista). Há também uma dificuldade de penetração na sociedade civil como um todo, devido ao alcance fragmentado e localizado das ações. No entanto, compartilham a ideologia do antiautoritarismo e lutam pela descentralização do poder. O ideal básico parece ser a criação de um sujeito social, que redefine o espaço da cidadania, portador de um sentimento de uma tripla exclusão relativa – econômica, política e cultural, mais do que o desejo de participar das decisões. As reivindicações, portanto, são assumidas como direito, tomados como autoevidentes. Derivam daí formas de desobediência civil para enfrentar decisões autoritárias do Estado, na tentativa de deslegitimá-lo (Scherer-Warren, 1993).

Desse modo, a transformação dos movimentos sociais através de novas práticas políticas, engendradas por outras transformações de ordem econômica, política e social, coloca uma questão: diante desses processos recentes, a ação coletiva não se organiza em torno de dois polos identificados e visíveis, mas difusos, fragmentados, cuja diversidade não é apreensível em um conceito. Uma das possibilidades analíticas é, partindo da conceituação de Scherer-Warren (1987), questionar se os movimentos sociais ainda podem ser definidos como ação grupal para a transformação, voltada para a realização dos mesmos objetivos, sob orientação mais ou menos consciente de princípios comuns e sob a organização diretiva mais ou menos definida. É essa

unidade entre objetivos, princípios e direção que está em jogo pela autonomização dos atores sociais contemporâneos.

Entendemos que é essencial inovar nossas atuações enquanto sujeitos participantes no processo de construção de uma educação no sentido emancipatório e transformador buscando, baseado em Paulo Freire, caminhos de participação no ambiente educativo. Neste sentido delimitamos que a modalidade da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é definido por profundos obstáculos. Os conflitos sobre o jovem, o adulto e o idoso e sua necessidade de educação é ainda muito novo e apresenta uma relação essencial com o mundo do trabalho, que deve ser considerado como princípio educativo, no qual se desta o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio da ampliação de todas as potencialidades do ser humano. Por conseguinte, é necessário conhecermos as legislações voltadas para o trabalhador adulto e termos a constatação dos retrocessos que vêm sendo impostos com as atuais reformas legislativas. Sendo uma luta permanente em defesa dos direitos dos trabalhadores/as.

Desta forma, os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas ,de acordo (GOHN, 2011) e cujas formas de luta têm papel fundamental na conquista de direitos civis, políticos e sociais. Suas iniciativas são oriundas de diferentes classes e camadas sociais, articuladas em cenários de uma determinada conjuntura histórica.

A lógica capitalista e suas contradições são percebidas na realidade das escolas, particularmente quando se refere atualmente na dificuldade de acesso, após o fechamento de 42 escolas em Salvador e muitas outras em todo o país nos últimos anos, além do agravamento dos índices de pobreza e desigualdade no Brasil, problemas que gera novos desafios para população vulnerável e dificulta a sua permanência no espaço da escola. Desta forma, entendemos que esta desigualdade social presente no campo educativo é um dos desdobramentos da lógica opressora, que influencia o afastamento de muitos jovens e adultos dos processos educativos formais (FREIRE, 2016).

Frente a estas dificuldades de acesso e permanência há um sistema educativo, a luta para a ruptura desta lógica que não acredita nas possibilidades de emancipação humana para os jovens e adultos têm sido diária pelos Fóruns de EJA do Brasil, entre outras instituições e pelos movimentos sociais. Repensar a EJA, dentro da Educação Popular, permitindo aos estudantes, uma formação com conhecimento e consciência cidadã e a uma organização do trabalho político para a sua autonomia.

Desta forma, para que possamos entender melhor a Educação de Jovens e Adultos, enquanto uma modalidade de ensino que se firmou como consequência de movimentos sociais durante

décadas, acreditamos ser importante delinear em algumas linhas sobre o percurso histórico da EJA. Ao falarmos sobre Educação de Jovens e Adultos, não podemos ignorar a sua história, que nos conta como e por que a EJA teve o seu surgimento, para , nessa perspectiva, compreender a dimensão desta modalidade para a sociedade brasileira. A EJA neste processo histórico, político e social revela toda uma trajetória marcada pela opressão e pelo descaso das estruturas governamentais ao longo de muitos anos. Assim, garantir a visibilidade desta educação é garantir a oportunidades de diversas possibilidades para milhares de brasileiros e brasileiras.

Nesta seção, apresentamos o percurso de construção desta pesquisa, dando ênfase para o tipo e para o método de pesquisa, para os instrumentos para produção dos dados, bem como, para a perspectiva de organização e de análise dos dados.

Desta forma, esta pesquisa busca a investigação sobre o movimento social organizado pelo bairro, parte do seguinte questionamento: Como entender, a partir das percepções dos seus atores, o coletivo Pirajá como sujeito histórico na luta pela educação e como dar visibilidade a essa trajetória. A análise desse coletivo trará reflexões importantes para esse campo de luta, pois, impressionantemente, vemos nos tempos atuais o desmonte da educação pública do país de forma nunca antes vista ou imaginada.

4.2. A PESQUISA E SUA RELEVÂNCIA.

A decisão de investigar essa temática ocorreu em razão das tensões enfrentadas por esses espaços escolares na garantia desta modalidade de ensino nos últimos anos no cenário educacional brasileiro. Porém, como se trata de uma modalidade tão necessária e importante para os trabalhadores e trabalhadoras que representam uma significativa parcela da população, a quem foi negado o direito à educação, considero de relevância fundamental aprofundar os estudos na perspectiva de elucidar questionamentos e enfrentamentos para essa realidade.

Vivenciar a grandiosidade do desafio que está sendo pesquisar sobre essa modalidade da educação básica o seu percurso histórico, político e social, e sobre as novas políticas públicas de permanência e existência da EJA, tem sido um valoroso processo para a definição da trajetória metodológica que percebesse o movimento social, denominado Coletivo de Pirajá, composto de moradores na defesa da EJA em diversos espaços ao longo de anos , participando, interagindo e interferindo de forma dinâmica nestes enfrentamentos para o não fechamento das escolas de EJA em Pirajá.

Considero essa reflexão essencial para a percepção dos caminhos necessários de atuação deste coletivo de luta. O sonho desta comunidade em manter as escolas públicas coma a EJA, pode

parecer para muitos/as um desejo utópico pela realidade vivenciada em todo país sobre essa educação para os trabalhadores e trabalhadoras, mas trata-se também para esse coletivo uma tomada de consciência ética e crítica em não desistir em resistir e tensionar abertura de turmas e turnos ne EJA em Pirajá.

Destaco a utilização da pesquisa participante, pois trago relatos das experiências vivenciadas como moradora e pesquisadora no desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, descrevendo os limites e as possibilidades encontradas na realização deste trabalho de campo. Conforme Minayo (1993), a produção do conhecimento na pesquisa participante não se faz de modo isolado do sujeito, mas em presença e implica num compromisso efetivo com suas vivências e necessidades sociais cotidianas.

Desta maneira, Ludke e André (1986), Demo (1987), (1991), (1994), Triviños (1987), Minayo (1994), Brandão (1999), Thiollent, (2009) trazem que esses aspectos se revelaram no processo pela interação entre os atores envolvidos no estudo, num constante fazer e refazer, desafiando o pesquisador a novas indagações e respostas.

Uma questão específica dessa trajetória de luta, que preciso comentar, foi o fechamento da Escola Municipal General Labatut em Pirajá no início do ano de 2022, tensionando ainda mais o questionamento sobre a importância do Coletivo de Pirajá na luta e resistência em diversos contextos diferenciados, uma vez que a comunidade deseja a permanência das escolas no bairro de Pirajá. Desta forma, a luta em defesa da Educação de jovens e adultos nas escolas públicas para os moradores se efetivou em uma problemática a ser pesquisada.

4.3. NATUREZA E TIPO DE PESQUISA.

A maior intenção na escrita desta pesquisa está, sobretudo, no seu processo de construção da aprendizagem significativa da pesquisadora, este diálogo mais próximo com o objeto de estudo de uma forma tão única na trajetória de busca das questões fomentadas no caminho metodológico.

Assim, nesta busca e diálogo, descobertas e sentidos permearam as intervenções essenciais para o registro e a transformação necessária durante o processo de construção da pesquisa.

Muitas inquietações mexeram no imaginário e nos rumos que tive que tomar enquanto pesquisadora após o fechamento das escolas de EJA na cidade de Salvador, afetando o bairro de Pirajá, com o fechamento da Escola Municipal General Labatut, essa realidade de muita indignação trouxe a certeza da necessidade da luta em outros espaços em defesa da EJA.

É fundamental ressaltar que a pesquisa científica é um processo dinâmico que se caracteriza pelo rigor e por conduzir o(a) pesquisador(a) a novos conhecimentos.

Para Demo (1987), a pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade; representa um conjunto de procedimentos que visa produzir um novo conhecimento sobre um dado objeto em um determinado campo científico.

Interessante pensar que a descoberta da realidade e a produção de conhecimento movimentam o pesquisador em direção à resolução de problemas existentes.

Ainda segundo Demo, no âmbito acadêmico, a pesquisa faz parte do dia a dia de um indivíduo e todos os seus segmentos estão envolvidos com constantes pesquisas.

Demo (1991) ressalta que a pesquisa é compreendida como princípio científico e educativo e que ela possui uma função inspiradora de tudo que se faz na universidade. Afirma, ainda, em trabalho posterior (1994), que a pesquisa é o desafio essencial da universidade e da educação moderna, pois ela apresenta-se como a instrumentação teórico-metodológica para se construir conhecimento.

Dado isso, percebemos que a pesquisa embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Minayo (1993, p. 23), vendo por um prisma mais filosófico, considera a pesquisa como:

Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

O método de pesquisa descritivo foi utilizado neste estudo, através do qual se pretende atingir os objetivos desta pesquisa. O método descritivo visa mapear as características de um conjunto de elementos e estabelecer relações entre as variáveis analisadas (BICKMAN; ROG; HEDRICK, 1970).

Quanto à natureza da pesquisa, trata-se de uma pesquisa aplicada por objetivar a produção de conhecimentos para fins práticos na busca de possíveis soluções para determinada situação e/ou fenômeno e, desse modo, intervir no contexto e transformá-lo.

A pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Ela está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Responde a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições” (THIOLLENT, 2009, p.36).

Para esta pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa. No Brasil, as abordagens das pesquisas qualitativas configuram-se, como enfoque metodológico, a partir da década de 1970,

devido às concepções epistemológicas interpretarem a realidade de forma distorcida nas suas metodologias.

Hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.

A pesquisa também apresenta aspectos relacionados a pesquisa-ação que segundo Thiollent (2008) é uma abordagem que propicia pesquisas no campo da educação, por objetivar a transformação de uma realidade através de uma ação planejada, e que promove a inserção do pesquisador no campo da coleta de dados, e promove a interação entre pesquisador e participantes, contando com a colaboração dos participantes como agentes transformadores de sua realidade.

Nesse contexto, o campo educacional necessita de pesquisas que possam produzir conhecimentos significativos para a sociedade e que os sujeitos envolvidos sejam determinantes na construção do conhecimento.

A pesquisa-ação pode ser entendida como uma linha de ações coletivas que visam tomadas de decisões para a resolução de um problema ou desenvolver objetos de transformação (THIOLLENT, 2008).

Dessa forma, a atuação do Coletivo de Pirajá, foi definido aqui como o contexto natural da investigação pela extrema ligação com a pauta de luta em defesa da EJA por esses sujeitos de ação.

Para entender o contexto dos movimentos sociais na comunidade e nas turmas de EJA do bairro de Pirajá (Zona Urbana), serão investigadas as ações organizadas pela comunidade em defesa das escolas de EJA de Pirajá para assegurar aos estudantes a matrícula, permanência e a formação de uma consciência dos direitos essenciais para a sua transformação social, considerando a pesquisa-ação, por haver uma ação de intervenção que envolve os sujeitos do processo investigativo (THIOLLENT, 1997).

4.4. PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DOS DADOS DIANTE DA NATUREZA INVESTIGATIVA.

Seguindo orientações de pesquisa numa perspectiva qualitativa, optou-se, neste trabalho, pela pesquisa participante, pois, de acordo com Brandão (2006), essa metodologia se constitui em “Um instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento social e, também, um múltiplo e importante momento da própria ação popular”.

No dizer de Brandão (2006), a pesquisa participa da ação social também como uma prática pessoal e coletiva de valor pedagógico, na medida em que sempre algo novo e essencial se aprende através

de experiências práticas de diálogo e de reciprocidade na construção do conhecimento. E, como uma forma de educação com um valor também político, na medida em que entre que esfera de um pequeno grupo até a de uma comunidade, uma esfera incorporada de trabalho popular ou mesmo toda uma nação, espera-se que sempre alguma coisa se transforme em termos de humanização das estruturas e dos processos de gestão da vida social.

Importante ressaltar que a pesquisa participante será o caminho metodológico que, conduzirá esta pesquisa, porque, conforme as suas características, contribuirá no desenvolvimento do estudo de forma mais ampla, considerando o contexto específico do objeto pesquisado com possibilidade de diversificar as fontes de informação, o que facilitou a coleta e a análise dos dados.

O planejamento é primordial para o desenvolvimento da pesquisa científica. Desta forma, a pesquisa utilizou como estratégia a pesquisa participante e as técnicas de investigação que permitiram a triangulação das informações: entrevista semiestruturada, as observações sistemáticas ou estruturadas, a análise de documentos e conteúdos, dentre outros. A utilização da metodologia da pesquisa participante permitiu possibilidades para o uso de vários dispositivos para coleta de dados, favorecendo a organização importantes o tema a ser estudado. Desta forma, para este estudo existiu uma particularidade na reunião de fontes documentais específicas, esse levantamento do contexto histórico da trajetória de luta e resistência do bairro de Pirajá na defesa do direito a Educação pública e gratuita nas escolas. Assim a pesquisa documental trouxe elementos ricos para a construção do produto final deste Mestrado Profissional a produção do Museu Virtual.

Ressaltamos que a coleta de dados e informações, tecnicamente levantados, analisados e interpretados visando à sua correta utilização, trouxe o elo necessário para a compreensão do objetivo da pesquisa.

Nesta fase percebemos que pesquisar não é apenas coletar dados, mas não podemos falar em pesquisa sem falar em coletá-los. Na fase inicial do desenvolvimento da pesquisa, o trabalho de campo assumiu grande importância.

Optamos pela entrevista semiestruturada por ser um método de investigação que proporciona entre o(a) pesquisador(a) um direcionamento e o foco durante as interações com os candidatos, por estar embasado em um roteiro com perguntas pré-elaboradas e possuir uma flexibilidade e certa liberdade no decorrer da conversa. Sendo assim, outros questionamentos podem ser feitos e algumas perguntas do roteiro foram mais dialogadas e ajustadas a realidade dos entrevistados, por serem oradores e líderes de atuação diferentes na comunidade e ao mesmo unidos em defesa da EJA em Pirajá.

No que tange à observação podemos considerar um instrumento muito importante para a obtenção de informações, Mais do que perguntar e argumentar, podemos vivenciar um

comportamento. Neste sentido a observação acontece quando utilizamos os sentidos na obtenção de dados de determinados aspectos da realidade. Neste sentido a pesquisadora por ser moradora do bairro e vivenciar agenda de lutas por direitos buscou na observação participante uma possibilidade única para esta pesquisa. Minayo, por sua vez, defende que a “observação participante” pode ser considerada como parte essencial do trabalho de campo na pesquisa quantitativa. Vejamos seu entendimento sobre esse conceito:

Para Lucke e André (1986), uma das vantagens da observação participante é a possibilidade de um contato pessoal do pesquisador com o objeto de investigação, permitindo acompanhar as experiências diárias dos sujeitos e apreender o significado que atribuem a realidade e as suas ações.

Esta, sem dúvida, foi uma das etapas mais difíceis da pesquisa, extrair o movimento e o sentimento de defesa destas pessoas para esta modalidade tão singular que é a EJA, foi necessário um plano para a entrevista, visto que, no momento em que ela estava sendo realizada de forma individual, veio à tona um leque de memórias e emoções vividas por todos nós desde 2011 até a presente data e manter as informações necessárias tornou-se um desafio para os 8 integrantes da pesquisa e para a pesquisadora no sentido de não deixar de ser registrar o que é peculiar a pesquisa acadêmica neste momento. Desta forma a cada dia que recebíamos fotos, documentos, registros e a oralidade das pessoas, mas um sentimento de luta reacendia em todos nós.

De fato, esta etapa de campo mexeu muito com o Coletivo de Pirajá por que revivemos e tivemos acesso a materiais disponíveis pelos registros da história do bairro e da guerra pela Independência da Bahia e do Brasil, como também aos acervos pessoais mantidos pelos moradores, associações e fundações públicas que cederam para a pesquisa documental que trouxeram a história do bairro e dos antigos líderes em suas lutas por infraestrutura, saúde, educação e outros direitos. Desta forma a cada dia que recebíamos fotos, documentos, registros e a oralidade das pessoas, mas um sentimento de luta reacendia em todos nós.

Entendemos que o objetivo proposto pela pesquisa na compreensão, identificação e a análise das ações do Movimento social denominado, Coletivo de Pirajá, em defesa da EJA no bairro, justifica a abordagem metodológica adotada, a escolha pela pesquisa qualitativa e a caracterização de uma pesquisa participante.

O percurso da investigação ocorreu em três momentos:

a) Pesquisa bibliográfica.

Na revisão bibliográfica realizamos uma síntese de informações e produções de pesquisadores que apresentam uma elaboração sobre a história de Pirajá nas lutas históricas da Independência da Bahia e do Brasil e da construção do bairro, os conceitos dos movimentos sociais, a EJA e o processo histórico, político e social desta modalidade ao longo da história do país, a

legislação e os documentos norteadores desta modalidade, o desmonte da educação de jovens e adultos e idosos e o fechamento de turmas e escolas em Salvador, o papel do Fórum de EJA da Bahia e de Pirajá neste cenário de luta. Com esse intuito, trazemos as contribuições de Freire (1979), (1980), (2000), (2016), Campos (1989), Toro e Werneck (1996), Gohn (1997), Haddad e Di Pierro (1999), Arroyo (2001), (2004), Soares (2002), Gadotti (2003), (2011), Jane Paiva (2006), Cury (2006), Paro (2008), Savianni (2008), Urpia (2009), Ventura (2013), Costa (2013), Silva (2013), Costa (2013), Faria e Moscovits (2017), entre outros.

b) Pesquisa documental.

Nesta etapa de procura documental, revelamos alguns documentos da história do bairro e dos movimentos sociais do bairro de Pirajá, através da presença de Raymundo Coelho, líder comunitário na organização de ações em Pirajá no Terceiro Milênio, do percurso de participação e luta nos espaços da UNEB, do Alfaeja, EREJAS E ENEJAS, e outros encontros para o fortalecimento da modalidade de educação de jovens e adultos, assim como aqueles elaborados nas contexturas federal, estadual e municipal.

Dentre os documentos que orientam a educação brasileira, buscamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 BRASIL (1996); demandamos, também, estudos realizados sobre a modalidade de educação de jovens e adultos e educação popular na América Latina, produzidos pela UNESCO, MEC, CEAAL; e ainda documentos editadas nas CONFINTEAs, que aponta orientações e compromissos no âmbito da modalidade de educação de jovens e adultos; dados do IBGE, PNAD (2019),(2021); O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, nas metas 8,9 e 10; ações da SECADI e outras instituições no contexto de luta da EJA; Paulo Freire e os movimentos sociais de base na Educação popular e publicações de revistas, entrevistas e periódicos, entre outros documentos que ajudaram a visualizar o campo de investigação da presente pesquisa.

A análise de documentos também se incluiu de forma importante para a desenvolvimento deste trabalho, uma vez que estes complementam as informações obtidas em outras fontes.

Sendo assim, acreditamos que estes documentos são fontes geradoras de valiosas informações que dizem respeito ao nosso objeto de estudo.

c) Pesquisa de campo.

Na pesquisa de campo demandamos os indícios que conseguisse responder a algumas perguntas propostas pelo estudo: como os pressupostos que fundamentam os movimentos sociais estão inseridos na prática dos moradores do bairro de Pirajá na defesa da EJA, enquanto espaço de luta por direito a educação para os trabalhadores/as? Por que os moradores que estão inseridos em diversos contextos de luta optaram por essa defesa em sua prática com líderes comunitários pela

EJA? Quais as implicações decorrentes da inserção desses pressupostos da EJA para este bairro e moradores? A busca de resposta às perguntas formuladas, assim como do objetivo da pesquisa, que se propôs identificar e analisar o movimento social de resistência: O Fortalecimento das escolas públicas de EJA no bairro de Pirajá em Salvador-Bahia, identificando a proximidade dessas práticas desses sujeitos ao campo de luta constante pelos serviços essenciais ao bairro, nos conduziu a adotar estratégias que nos ajudaram na aproximação junto a esses sujeitos da pesquisa para a realização da observação deste cenário, na aplicação de um questionário de identificação dos sujeitos e das entrevistas semiestruturadas com os mesmos. A execução das estratégias de levantamento de dados durante a pesquisa de campo foi efetivada durante o 2023, porém este cenário e luta em defesa da EJA existe desde 2011. O trabalho de campo transcorreu em três momentos, que caracterizaram as técnicas de busca de informações utilizadas: 1- observação participante; 2- questionário aberto; e 3- entrevistas semiestruturadas. No presente estudo utilizou-se a triangulação das fontes de dados (triangulação dos dados), pois os dados foram coletados em diferentes fontes, tais como entrevistas abertas, documentos e observações diretas. A realização da triangulação, “que torna o caso robusto” (OLIVEIRA; MAÇADA; GOLDONI, 2006, p.13).

A observação dos sujeitos da pesquisa, as informações levantadas, por meio dos instrumentos utilizados e as falas dos entrevistados, constituíram os dados da pesquisa para a análise. Essa etapa se constituiu em três: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial, estas próprias do método de análise de conteúdo, consoante Laurence Bardin. A adoção do método de análise de conteúdo se deu, por compreendermos como o que mais se aproxima do tipo da pesquisa proposta.

Especificamente como aporte para as análises, retomamos as categorias da concepção freiriana presentes nos pressupostos dos movimentos sociais, que serão desenvolvidas em escrita posterior, a compreensão: o diálogo, a conscientização e a politização. Retomamos, neste momento, os pressupostos da educação popular, presentes na teoria freiriana e que foram utilizados como categorias de análise nesta pesquisa:

A palavra – categoria que se mostra como direito de todos os sujeitos envolvidos na prática efetiva da relação humana por direitos. Sua centralidade denuncia a negação de um dos sujeitos; é a comunicação da própria existência e da leitura de mundo, meio pelo qual se efetiva a comunicação da consciência do mundo e da consciência de si no mundo; possibilidade de denúncia da realidade existencial e anúncio de outra realidade possível. Na EJA esse direito se evidencia pelas falas entre os sujeitos da comunidade de Pirajá.

A contextualização – categoria que incide sobre a forma como a realidade existencial se manifesta na definição, organização e tratamento das informações. Evidencia a aproximação ou o

distanciamento da temática abordada e a realidade da EJA no contexto atual do cenário brasileiro, demarcado por um espaço de ausência de políticas públicas.

A conscientização – diz respeito à ação de percepção da transitoriedade da dimensão humana, assim como de tudo o que elabora a existência, ou seja, da própria realidade; do contingenciamento da realidade e da possibilidade da intervenção humana na mudança da sociedade; na prática em sala de aula se evidencia pela possibilidade do diálogo sobre toda e qualquer questão com procedência em leituras múltiplas, evidenciando o caráter transitivo e mutável da realidade; e, ainda, pela clareza na existência dos embates de classe.

A Politização – categoria que parte do entendimento da educação como ato político, abandonando uma visão de neutralidade na concepção da EJA, como da sua existência e permanência como modalidade de ensino; evidencia-se pela leitura desmitificada da realidade, pela elaboração, pelos sujeitos, de formas de intervenção na realidade, em âmbito local, no primeiro momento e posteriormente em escala maior; e pela participação deles, tanto na comunidade escolar, como em outros âmbitos coletivos.

A sistematização das informações do trabalho de campo – as falas dos sujeitos, as observações dos contextos escolares e sociais e os registros em diário de campo – nos possibilitou identificar práticas e percepções relacionadas às categorias mencionadas anteriormente.

Tais se constituem como as categorias de análise, sobre as quais elaboramos os tempos de descrição analítica e interpretação inferencial dos elementos presentes nas falas dos sujeitos da pesquisa e na observação da prática de luta, que referenciaram as informações investigadas com o princípio no objetivo da pesquisa e das questões por esta inspiradas.

Neste sentido, a realidade da EJA nas políticas públicas no cenário atual político e social nos permite através do Coletivo de Pirajá a esperar por uma compreensão de que ações mais humanitárias chegarão para essa modalidade da educação básica, sendo esse o objeto desse estudo, a trajetória desses atores na luta e resistência no bairro de Pirajá, assim, como um objeto peculiar e único, essa metodologia contribuiu, já que a finalidade de estudo de caso é retratar uma unidade em ação. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.22).

4.5. CONTEXTO E SUJEITOS DA PESQUISA.

A pesquisa foi desenvolvida com os sujeitos do Coletivo de Pirajá-Salvador/Ba, formado por moradores do bairro em defesa da Educação de jovens e adultos. Este cenário de luta surgiu pela recorrente ameaça do fechamento das escolas de EJA no cenário brasileiro. Originalmente criado após o primeiro Fórum de EJA de Pirajá ocorrido em 2011 na Escola Municipal General Labatut,

em Pirajá. Assim ao longo destes 11 anos esses sujeitos criaram estratégias de resistência para a existência da EJA.

Como recorte desta trajetória participam da pesquisa 8 moradores residentes em ruas e localidades no bairro de Pirajá. O contato com esses moradores se deu através de uma convocação para a participação do primeiro Fórum realizado no bairro e que desencadeou diversas ações dentro e fora das estruturas escolares em defesa da EJA, de 2011 a 2023, com o fechamento de 44 escolas em Salvador, a Escola Municipal General Labatut teve o turno noturno fechado, só existindo outras escolas distantes e com realidades bastante diferentes para os alunos do fundamental I, seriação existente na referida escola General Labatut onde a maioria dos estudantes jovens com deficiência intelectual, mulheres e idosos.

Neste processo da construção da luta diária tivemos diversos enfrentamentos o que permitiu identificar o lugar desta modalidade de ensino na vida das pessoas do bairro que não se encontravam escolarizados.

A opção por estes sujeitos se deu em virtude da experiência na defesa da EJA, pois, assim, foi possível identificar aspectos significativos dentro do cenário político e social de exclusão de direitos em que a EJA se encontra e que respondam às inquietações desta pesquisa. Considerando todos estes aspectos, realizamos, então, o contato inicial com estes sujeitos, sendo confirmada a participação nesta pesquisa de sete que estiveram sempre no percurso de luta, integrando o Coletivo de Pirajá na defesa da EJA, sendo 5 do sexo feminino e 2 do sexo masculino.

Os sujeitos que compõem este grupo são pessoas que se identificam com a modalidade EJA e também que já desenvolvem projetos sociais no bairro, como a pastoral da criança, lideram associações de moradores e o movimento das 7 mulheres. A motivação que essas pessoas tiveram para participarem da pesquisa permitiu identificar o lugar desta modalidade de educação na própria comunidade de Pirajá.

A opção por estes sujeitos ocorreu pelo envolvimento e militância dos mesmos, na defesa da EJA desde 2011 com a eminência do fechamento das escolas que ministravam essa educação para os moradores do bairro. Da experiência com atividades realizadas no campo da EJA, pois, assim, foi possível identificar aspectos da formação em EJA que respondam às inquietações desta pesquisa.

Nos meses de abril e maio de 2023, ocorreram as entrevistas semiestruturadas com todos os sujeitos, com horários agendados com antecedência para que não existissem intervenções como ruídos, presença de pessoas, além da pesquisadora e do sujeito participante, entre outras, em seus espaços de luta dentro da comunidade, conforme a disponibilidade dos sujeitos da pesquisa. Iniciamos esse processo, com um breve diálogo informal; depois, contextualizamos a pesquisa e

apresentamos o Termo de Confidencialidade (APÊNDICE A). De posse do roteiro da entrevista, iniciamos a tarefa em questão.

Quanto ao nome dos entrevistados, optou-se as iniciais dos seus nomes para manter preservada a identidade dos sujeitos, e iremos considerar a partir de agora na análise, comentários e descrição dos resultados está referência.

Neste momento apresentamos a objetivação da questão que deu início a este trabalho de investigação, através dos dados e quadros abaixo com a sistematização das informações contidas no roteiro da entrevista semiestruturada **Parte I**, que consta em anexo, com a identificação e informações complementares de cada sujeito entrevistado.

No primeiro momento, tornou-se importante perceber como os entrevistados tomaram conhecimento da EJA nas escolas de Pirajá. Neste sentido, 100% responderam que esse conhecimento aconteceu através de suas participações nos movimentos e atuações sociais no próprio bairro e através das comunidades escolares. Essa percepção inicial consideramos muito relevante, pela constituição do bairro ao longo destes anos, seus problemas e desafios e a atuação de cada participante desta pesquisa nas ações para esses enfrentamentos nas associações e grupos de moradores de seu pertencimento.

Neste sentido, a educação sempre esteve fortemente nas pautas das discussões das reuniões dos representantes antigos e atuais do bairro de Pirajá. Esses líderes buscaram a construção das escolas com suas modalidades para que os moradores tivessem o direito a educação para o seu desenvolvimento acadêmico, cultural social e econômico. Essa preocupação surgiu dentro do próprio processo urbano do bairro com a existência de barreiras que favoreciam a discriminação no cumprimento dos direitos básicos para a população pelo poder público, entre outros fatores como a criminalidade e o desemprego. Para Gohn (2010), enquanto sujeito social coletivo, os movimentos sociais têm de ser pensados e entendidos no contexto histórico e conjuntural sendo que a sua identidade política varia de acordo com esse contexto. Para a autora, os sujeitos participantes dos movimentos sociais aprendem a fazer a leitura do mundo conforme a situação vivida.

Desta forma, as lideranças trouxeram as escolas como prioridade para que a população tivesse consciência dos seus direitos e lutasse para transformar sua realidade e conseqüentemente a do bairro também. “Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais” (GOHN, 2013:63).

A realidade da periferia com relação ao acesso à escola tem sido um ponto marcante ao longo destes anos de muita luta por esse direito humano.

O bairro cresceu em muitas dimensões, mas não assegurou a educação básica para os seus moradores. Em seguida, queríamos compreender a diversidade dos entrevistados, neste sentido entender a identidade e a inserção na luta por direitos no bairro de Pirajá.

Quadro 2. Os sujeitos da pesquisa e sua pluralidade nas lutas sociais do bairro de Pirajá.

IDENTIFICAÇÃO	SEXO	PERTENCIMENTO ETNICO	MORADOR(A)	TEMPO DE MORADIA	ATUAÇÃO NA COMUNIDADE
A.S.S.	Masculino	Negro	Sim (nasceu no bairro)	41 a 50 anos	Movimento Social e ambiental /Coletivo de Pirajá
M.C.C.	Feminino	Negra	Sim (após aquisição de uma casa)	Acima de 50	Pastorais sociais /líder religiosa
F.F.J.	Masculino	Pardo	Sim (cresceu no bairro)	41 a 50 anos	Núcleo de apoio ao Desenvolvimento de Pirajá- NADP
S.S.C.	Feminino	Parda	Sim (cresceu no bairro)	41 a 50 anos	Movimento das 7 Mulheres
J.S.P.	Feminino	Negro	Sim (nasceu no bairro)	41 a 50 anos	Movimento das 7 Mulheres /Pastoral Da Criança
N.S.O. F.	Feminino	Negra	Sim (nasceu no bairro)	31 a 40 anos	Núcleo de apoio ao Desenvolvimento de Pirajá- NADP
G.S.M	Masculino	Negro	Sim (após o casamento)	Acima de 50 anos	NADP/Grupo protetores do Parque Rio do Cobre
C.S.C.C	Feminino	Parda	Sim (nasceu no bairro)	41 a 50 anos	Conselho comunitário do bairro e distrito de Pirajá / Movimentos das 7 Mulheres

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Declararam ser do sexo feminino 05 (cinco) participantes e do sexo masculino 3 (três) sujeitos. Porém a luta sempre exigiu de homens e mulheres muito envolvimento para a garantia de direitos essenciais nesta comunidade periférica. Uma característica importante é a constituição familiar dessas pessoas que trazem a marca de seus pais e avós nesta luta. 3(três) participantes se declararam pardos/as, com mais de uma ascendência em sua árvore genealógica, outros 5(cinco) se declararam negros/as, realidade vivenciada em todo o bairro. Os integrantes da pesquisa moram no

bairro há mais de 40 anos, construíram suas famílias com aquisição de terrenos, casas e matrimônio. Ao rever a caminhada histórica dos movimentos sociais, (GOHN, 2013:61) e conhecendo a história do bairro e sua constituição percebemos como essas pessoas na sua trajetória pessoal e coletiva se organizaram em associações e atuam na comunidade.

Apresentamos a faixa etária dos pesquisados abaixo:

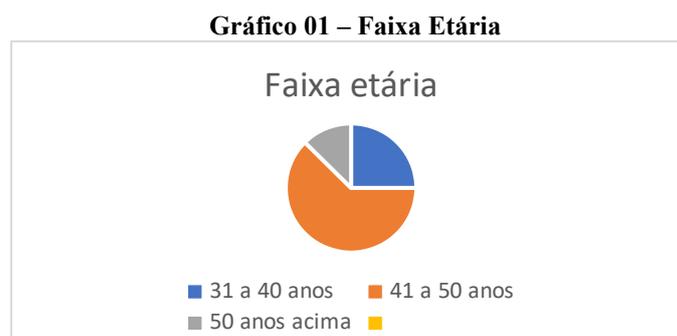


Gráfico elaborado pela própria autora (2023).

A faixa etária preponderante com o percentual de 62,5%, apresentam as idades que correspondem entre 41 a 50 anos. 25,0% acima de 50 anos e 12,5% de 31 a 40 anos.

Dentro desta análise ainda, um dado histórico importante está no fato de que o Brasil no final dos anos 1970 e nos anos 80, período de adolescência e vida adulta destes moradores pesquisados, vivia um período de lutas, movimentos e novos projetos para o país.

A sociedade civil e a união das forças de oposição política levaram a sociedade um clima de esperança, de necessidade da retomada da democracia e da participação de todos/as nas decisões sociais e políticas.

As pessoas passaram a acreditar que organizadas poderia vivenciar mudanças, fazendo-se um sujeito histórico fundamental na transição democrática.

A década de 1980 foi o período mais repleto de movimentos e lutas sociais no Brasil, devido à intensa movimentação social, das mudanças na conjuntura política e econômica, e pela dimensão dos problemas sociais.

As lutas tomaram características de agitação popular, com greves e saques ao comércio, demonstrando o descontentamento social e a necessidade de mudanças. (GOHN, 1995). Assim, a participação nas lutas do bairro ocorreu pela realidade vivida na negação de direitos pelos poderes públicos, como acesso a transporte, educação, saúde, entre outros.

Neste ponto o tempo estabelecido pelos sujeitos da pesquisa de residência no bairro esteve em média de 40 a 46 anos, exceto para o entrevistado (G.S.M) que relatou ter fixado residência a 18 anos.

Isso demonstra que no grupo pesquisado, a maioria é constituída de moradores antigos no bairro, o que é um fator importante para a pesquisa pois se trata de sujeitos com conhecimento e vivência sobre o local e que sempre estiveram à frente dessas lutas por direitos que permanecem até os dias atuais.

Quadro 3. Moradia e pertencimento: A defesa do lugar de viver e morar.

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
A.S.S.	“Nascido e criado pela família no bairro de Pirajá e sem nenhuma vontade de sair deste bairro o qual me ajudou muito em minha trajetória como ser humano”.
M.C.C.	“Aquisição da casa própria, moradia em um Conjunto Residencial, nível popular”.
F.F.J.	“Minha avó com a família ocupou um terreno aqui para morar e trabalhar”.
S.S.C.	“Meu pai veio trabalhar próximo e cresci aqui”.
J.S.P.	“Desde o meu nascimento”.
N.S.O. F.	“Minha família mudou-se para esse bairro e nesse período nasci”.
G.S.M.	“Casamento”.
C.S.C.C.	“Meus pais vieram jovens residir no bairro, casaram e permaneceram morando no mesmo.

Fonte: elaboração pela própria autora(2023).

Os relatos dos participantes sobre a escolha da moradia em Pirajá, possibilitou compreender um pouco dos bastidores da existência e ocupação do bairro de Pirajá após os conflitos de luta pela Independência da Bahia.

Processos esses que perpassam pela situação fundiária do bairro presente nas narrativas de seus moradores continuamente como consequência de que determinadas áreas foram invadidas outras loteadas, principalmente as mais antigas.

Uma outra realidade no bairro se refere à presença da URBIS em uma construção de casas populares que trouxe outros moradores na década de 80.

Desta forma, surgiu a inquietação de apresentar os motivos (Quadro3) que trouxeram os entrevistados a serem moradores do bairro de Pirajá.

A ocupação residencial em Pirajá aconteceu mais consolidada com as ocupações informais(invasões) e o parcelamento da área pela União Fabril, a chegada do Conjunto Pirajá I da URBIS, como também através do decreto municipal nº 5.105, de 07/03/1977, o loteamento Porto

Seco Pirajá foi aprovado, sendo propriedade da empresa Empreendimentos Odebrecht Ltda, inicialmente, essa grande movimentação urbanística ocorreu entre décadas de 1970 e 1980 no bairro.

Nas narrativas dos moradores antigos é dito que o bairro de Pirajá pertenceu à União Fabril e que aos poucos foi sendo ocupado. “As pessoas foram chegando, e eles resolveram lotear a área. Muita gente pagava aos proprietários, mas não tinha a escritura, tinha a posse, eram rendeiros”. Nas primeiras ocupações e ações da empresa não havia água encanada, esgotamento sanitário e todas as vias não eram calçadas. Serviços de saúde, educacionais e de transportes também eram inexistentes.

Desta forma a diversidade de processos de ocupação descrito no quadro demonstra as histórias entrelaçadas da constituição do bairro e da luta por moradia dos pesquisados. Neste sentido, observamos que o vínculo familiar predomina nas narrativas.

Nessas respostas, um destaque muito importante está no fato de que suas histórias de vida se entrelaçaram com a minha enquanto pesquisadora e moradora deste bairro.

Cheguei ao bairro aos treze anos, sou moradora há 42 anos e vim por motivos semelhantes aos dos entrevistados, minha mãe recebeu um imóvel da URBIS e uma nova história começou para nós duas, com muitos desafios. Assim também, como relata um dos entrevistados, neste bairro cresci e me tornei uma pessoa com valores e propósitos comunitários. Isso dá a noção de pertencimento que essas pessoas adquiriram com o passar dos anos. A luta pela moradia se estendeu pela luta de direitos a asfalto, energia elétrica, saneamento básico, água, saúde, escolas, transportes, segurança pública e reconhecimento social e político.

Esses dados têm uma relevância bastante peculiar, o bairro de Pirajá deixa de ser originalmente rural e tornando-se urbano, este fato aconteceu devido às pressões populares por direito à moradia, que acontecia em todo o país neste período aqui descrito.

Dessa maneira, as informações neste quadro, relatadas pelos moradores pesquisados, contam para todos nós sobre a constituição territorial deste bairro.

A forma desorganizada como aconteceu reforçou a situação de desigualdade sociais no interior do próprio bairro, esse território sofreu ausência de políticas públicas sociais, acentuando a precariedade, o que levou os moradores a constituírem lideranças para lutar por direitos básicos.

Ainda na análise destes dados, surgiu a importância de trazer o conceito de território, por considerar que o pertencimento ao território um fator essencial no processo de formação humana, por sustentar de forma significativa a defesa dos direitos deste lugar em que estabeleceu a moradia, com sua identidade e a incidência dos fatores externos, relacionados ao sistema capitalista. Nesta relação estabelecida “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (Santos, 1996, p.273).

Seguindo na análise dos dados o perfil dos entrevistados com relação a sua atuação profissional retrata a pluralidade de sujeitos que estão na formação do Coletivo de Pirajá em defesa da EJA.

Quadro 4-Pluralidade profissional dos sujeitos da pesquisa.

PARTICIPANTES	PROFISSÕES
A.S.S.	Gerente e administrador
M.C.C.	Professora e funcionária pública aposentada
F.F.J.	Auxiliar administrativo
S.S.C.	Professora
J.S.P.	Professora
N.S.O. F.	Assistente social
G.S.M.	Produtor de eventos
C.S.C.C.	Administradora de empresa.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nesta diversidade encontram-se atuações profissionais diferentes, que são valorosas para a luta por esta modalidade.

Acreditamos que é na pluralidade dos diversos que encontramos o equilíbrio necessário para as ações da luta. Diferentes olhares e compreensão permearam sempre as lideranças pirajaense.

Portanto, a representatividade dessas pessoas de contextos profissionais diferentes, mas que convergem para o reconhecimento da causa da educação no bairro engradece o movimento social e encorajam outras pessoas a lutar pelo lugar onde moram. Especificamente neste contexto da luta, destacamos o surgimento dos movimentos sociais no bairro, em razão dos fatos históricos, sociais e políticos que aconteciam no país clamando por justiça social no período concomitante a formação urbanista de Pirajá. O país gritava por mudanças e por direitos.

Neste sentido, as lideranças do bairro possuíam como princípios o diálogo, a amorosidade, o enfrentamento dos problemas de forma coletiva e a luta para a emancipação e construção de um bairro mais organizado e conseqüentemente uma sociedade democrática e justa ecoavam nos grupos e lideranças comunitárias. Assim, nesta pluralidade de formações e atuações sociais o Coletivo de Pirajá permanece com estes princípios, na diversidade que encontramos os caminhos para manter a luta acesa.

Diante disto, percebemos que pesquisar com o outro é uma partilha única que implica em assumirmos que os sujeitos da pesquisa se expressam sobre o objeto investigado a partir de seus horizontes sociais, de onde surgem experiências, expectativas, sonhos.

Compreender o que levou os moradores a se sentirem implicados pela pesquisa e nela permanecerem, investindo seu tempo num momento específico de suas trajetórias pessoais e profissionais é uma questão relevante para explicitar o lugar de onde esses sujeitos estão e são no processo da pesquisa.

As oralidades destes sujeitos nessas trajetórias de vida e a adesão a luta em defesa da EJA serão exploradas nas análises desenvolvidas ao longo desta dissertação. Pelos trechos destas notas de campo transcritos acima, é possível perceber que o campo de atuação e destes sujeitos na comunidade estar ligado a garantia dos direitos essenciais ao desenvolvimento do bairro de Pirajá.

Considerando esse fato, a participação nesta pesquisa revela a importância da Educação de Jovens e Adultos para emancipação de seus moradores, e torna-se um espaço de reflexão sobre a ausência desta modalidade nas escolas que surgiram pela força da luta dos líderes comunitários.

Durante a trajetória da pesquisa, um sentimento esteve presente no grupo de participantes: que a EJA na Escola Municipal General Labatut precisa retornar e, nas demais escolas do bairro, ser fortalecida.

O caminho da análise teve que passar pelo desafio de compor sentido para o vivido e o dito, assim como na escrita se propôs no desafio de apresentar o que se construiu no processo de pesquisa, colocar emoção e ver os relatos, os sentimentos do coletivo destes moradores dentro da agenda de luta do bairro.

Pela opção da pesquisa participante, a produção dos dados foi obtida a partir dos seguintes instrumentos: entrevistas semiestruturadas, observação participante com os moradores selecionados, análise de documentos e fotos do contexto da trajetória de luta e história do bairro.

Como os sujeitos estão à frente da luta por esta modalidade desde 2011 o diálogo de apresentação do objeto em questão, com a finalidade de esclarecer os sujeitos sobre nossos propósitos tornou-se um momento de reencontro bastante significativo para todos os envolvidos. Embora a intencionalidade tenha sido um diálogo informal, pelo propósito da coerência acadêmica e da organização no planejamento das etapas após a qualificação, houve uma apresentação aberta aos representantes e líderes do bairro, com a presença do Fórum EJA Bahia e do Coletivo de Pirajá, no dia 26/04, no Centro de Cultura e Cidadania de Pirajá com o objetivo do diálogo sobre a Educação de Jovens e Adultos e o contexto da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas após a banca de qualificação, em abril deste corrente ano. O processo de entrevistas aconteceu individualmente, com local e horários agendados com antecedência, conforme a disponibilidade dos sujeitos da pesquisa. As entrevistas aconteceram nos espaços sociais dos sujeitos, sendo organizado para que não existisse intervenções como ruídos, presença de pessoas, além do pesquisador e do sujeito participante, entre outras.

Muito importante a interação com esses sujeitos da pesquisa o que permitirá a realização das entrevistas que segundo Richardson (1999), é uma técnica de comunicação importante, que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas, em que uma determinada informação é transmitida de uma pessoa para a outra.

Na entrevista semiestruturada, com o objetivo de definir as estratégias da pesquisa aplicada, sua realização aconteceu de maneira individual através de conversa informal, com a explicação da proposta a cada participante, focando principalmente na proposta da pesquisa. Expondo também a proposta de contribuição deste entrevistado através da pesquisa para o fortalecimento e ampliação da EJA no bairro de Pirajá. No segundo momento contemplando as estratégias na modalidade da pesquisa qualitativa, utilizamos conversas informais individuais e em grupo em encontros para a coleta de dados, documentos, textos e fotografias compartilhadas pelos moradores.

Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente. (MINAYO, 2013, p. 70).

Desta forma, a observação participante antes foi realizada em contato direto, com os participantes da pesquisa, teve um sentido interessante, por permitir a pesquisadora ao convívio com o Coletivo de Pirajá que neste momento está sendo estudado, favorecendo a percepção das questões realmente relevantes e que compreende aspectos que, aos poucos, vão aflorando, as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente por estes moradores, estabelecemos uma cooperação.

Em que se pese a experiência de realizar essas entrevistas nos locais de atuação social na comunidade dos entrevistados, sendo conduzida até as associações e residências foi muito significativa, pois possibilitou a concretização de acompanhar a rotina dos participantes em seus espaços de luta dentro da comunidade.

5.0 SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DO COLETIVO DE PIRAJÁ - SUBSÍDIOS PARA A PROPOSTA DE MUSEU VIRTUAL COM A HISTÓRIA DO BAIRRO DE PIRAJÁ.

Após o processo de, teve início a etapa de análise dos dados obtidos. Essa etapa é fundamental para a pesquisa, pois dela depende a organização dos elementos que são os fundamentos para a busca da compreensão da problemática da investigação.

O ato de análise dos dados não acontece somente em um determinado tempo da pesquisa. Concordamos com Macedo (2004), ao conceber que a análise dos dados acontece em todo o processo de pesquisa, embora num momento mais específico a atividade de análise e interpretação seja mais detalhada, com os resultados organizados, pela importância da pesquisa na construção do conhecimento dinâmico, historicamente posicionado e modificado. A organização dos dados ocorreu, primeiramente, com a leitura dos questionários, das transcrições das entrevistas e da análise documental. Neste momento, procuramos identificar os eixos de sentido das temáticas abordadas nos elementos construídos para fins de análise. A compreensão das temáticas se configura, segundo Minayo (2014), como uma afirmação sobre um determinado assunto. Em suas palavras “a noção de tema está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto. Ela comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentada através de uma palavra, de uma frase, de um resumo”. (MINAYO, 2014, p. 315).

A comunicação é uma ação humana que permite aos sujeitos diferentes formas de interação.

A entrevista, segundo Richardson (1999), é uma técnica de comunicação importante, que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas, em que uma determinada informação é transmitida de uma pessoa A para uma pessoa B. Iniciamos a atividade individualmente no mesmo mês com todos os sujeitos da pesquisa, após um breve diálogo de apresentação do objeto em questão, com a finalidade de esclarecer os sujeitos sobre nossos propósitos. Com todos os sujeitos, iniciamos nossa entrevista com um breve diálogo informal; depois, contextualizamos a pesquisa e apresentamos o Termo de Confidencialidade (APÊNDICE A) De posse do roteiro da entrevista, iniciamos a tarefa em questão.

Após o detalhamento do perfil dos entrevistados, anteriormente referido na Parte I, buscamos compreender as percepções dos sujeitos e sujeitas da pesquisa acerca da Educação de Jovens e Adultos. Os olhares voltaram para o entendimento da modalidade da EJA. Obtivemos a síntese descrita a seguir.

Quadro 5-O que é EJA?

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
A.S.S	-Educação que possibilita o ser humano a saber mais, desenvolver mais e entender mais da vida. Além de resgatar autoestima e trazendo muito mais oportunidades para as suas vidas que foram de alguma forma impedidas de desenvolver com mais conhecimento.
M.C.C	-Uma ótima oportunidade para as pessoas que não tiveram condições de frequentar a escola no tempo regular na formação do saber.
F.F.J	- É uma modalidade defendida por Paulo Freire, uma representação única que traz a essência da a Educação Popular para aquelas pessoas que não teve oportunidade para estudar.
S.S.C	-Entendo que essa educação promove melhoria na vida do indivíduo, promovendo a auto estima para os estudantes.
J.S.P	- Uma educação necessária e fundamental para a formação de pessoas que não tiveram oportunidade de estudar no tempo dito adequado.
N.S.O.F	-Entendo que se faz necessário, pois muitas pessoas não puderam ou não tiveram oportunidades de estudar quando eram jovens ou crianças.
G.S.M	- De suma importância essa educação, fundamental para inserir jovens e adultos, garantindo melhor conhecimento e empregabilidade.
C.S.C.C	- Uma modalidade, um movimento educativo com uma forma específica de levar a educação para pessoas que ainda não alcançaram o desenvolvimento escolar e tem idade avançada.

Fonte: pesquisa de campo, 2023

Iniciamos essa análise por esta firme afirmação de entrevistado (F.F.J) que define a EJA como sendo “uma modalidade defendida por Paulo Freire, uma representação única que traz a essência da a Educação Popular para aquelas pessoas que não teve oportunidade para estudar”. Observamos a reflexão política e social que está modalidade carrega sobre o direito a educação. Os participantes demonstram compreender o que significa a Educação de Jovens e Adultos dentro da história das pessoas da comunidade e do país que não tiveram acesso à educação em outros momentos de sua vida. Outra questão importante, citada pelo entrevistado (G.S.M) está nos caminhos que a Educação de jovens e Adultos permite na vida dessas pessoas ao considerar que é “de suma importância essa educação, fundamental para inserir jovens e adultos, garantindo melhor conhecimento e empregabilidade”. Desta forma, construindo um horizonte de possibilidades para a emancipação humana a serviço da transformação social.

Neste sentido as pessoas que compõem o Coletivo sabem da importância da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos como observamos em suas narrativas, como um campo de direito humano que precisa ser fortalecido para a promoção da equidade e reconhecimento da diversidade. Existe uma consciência política do Coletivo sobre o significado da EJA para as pessoas que historicamente foram excluídas do processo educacional.

Em todo o processo da entrevista existiu esse reconhecimento da trajetória histórica da EJA como sendo bastante intensa e sobrecarregada de campanhas, programas e projetos de alfabetização, os moradores reconhecem a dificuldade do acesso e permanência da modalidade nas escolas.

Neste sentido, o entrevistado (N.S.O.F) revela um sentido coletivo do entendimento dessa necessidade para a comunidade de Pirajá ao afirmar que:” muitas pessoas não puderam ou não tiveram oportunidades de estudar quando eram jovens ou crianças “. Assim, nela se cruzaram e cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos (ARROYO, 2001).

Nas narrativas sentimos a esperança do imperativo social e histórico que Freire cita: “Movo-me na esperança enquanto luto e se luto com esperança, espero” (2004, p.47), ao vivenciarmos as dificuldades de manter a luta em meio a tantos desafios governamentais, políticos, sociais, entre outros do país.

Estamos vivendo relações humanas conflituosas, mas a esperança crítica faz parte da caminhada do Coletivo de Pirajá ao afirmar que essa modalidade é resultado das lutas dos movimentos sociais em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade para os jovens, adultos e idosos ao longo da história brasileira.

Com essa reflexão feita pelo Coletivo, percebemos como a visibilidade desta educação precisa reverberar no campo das lutas sociais e políticas deste país, e neste percurso investigativo queríamos identificar para os locutores desta pesquisa a importância da EJA para o bairro de Pirajá.

De fato, as percepções dos entrevistados sobre a EJA para as pessoas que não estudaram ou completaram os estudos na comunidade de Pirajá se enquadram diretamente sobre a garantia deste direito essencial que é a educação, a importância na tomada de consciência de si mesmo, o questionamento do mundo onde vivem e conseqüentemente, que interfiram diretamente sobre a realidade que o circundam. Nas vozes dos entrevistados destacamos o reconhecimento da vulnerabilidade de uma parcela significativa de moradores do bairro sem educação básica, assim como, da necessidade do acesso à escola e ao conhecimento científico capaz de indicar caminhos para garantir o desenvolvimento humano individual e social.

Quadro 6- Dimensão da EJA para os moradores do bairro de Pirajá.

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
A.S.S	Com certeza é muito importante, tenho exemplos na família e no bairro de pessoas que passaram a estudar na vida adulta e se sentiram mais pertencentes e conhecedores do conhecimento e do aprendizado com a EJA e que tiveram suas vidas transformadas positivamente.
M.C.C	Considero importantíssima, pessoas que trabalham o dia todo e não foram alfabetizadas quando crianças, e possuem o desejo de fazer uma faculdade, ajudar na educação dos filhos e colaborar com a comunidade.
F.F.J	É uma forma de fortalecer seus conhecimentos do dia a dia, dando um norte para a vida do cidadão e cidadã.
S.S.C	Para aquelas pessoas que não tiveram tempo nem oportunidades para estudar, consigam exercer o seu direito a educação, sem dúvida é um dever do Estado e um direito de todas as pessoas como cidadãos.
J.S.P	Sim, existe uma quantidade considerável de pessoas analfabetas ainda.
N.S.O.F	Pelo fato de ser morador facilita muito, não precisar pagar transporte para ir para outro bairro.
G.S.M	É a garantia de desenvolvimento social da comunidade e do indivíduo.
C.S.C.C	Um bairro com grande número de pessoas em vulnerabilidade econômica que não teve acesso à educação, muitos jovens e adultos que priorizam trabalhar e não tem acesso por condições econômicas para fazer fora do bairro.

Fonte: pesquisa de campo, 2023.

Ao analisar as narrativas das dimensões que a EJA favorece para as pessoas que não são escolarizadas no bairro, destacamos que não basta a existência de documentos legais, sendo necessário que os princípios e metas sejam assumidos na prática por aqueles que têm a possibilidade de realizar a EJA.

Neste sentido, trazemos o Parecer 11, aprovado pela Câmara de Educação Básica, em 2000, que regulamentou as Diretrizes Curriculares para a EJA, qualificando a Educação de Jovens e Adultos e definindo suas funções como: reparadora, equalizadora e qualificadora.

Na função reparadora temos o direito a educação assegurada para aqueles que não tiveram acesso à educação em tempos anteriores. Essa dívida social que acarreta uma perda única para o convívio contemporâneo.

Na função equalizadora busca reduzir desigualdades e proporcionar a todos uma chance justa de desenvolvimento e participação na sociedade.

E por último, a função qualificadora, que é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se

atualizar em quadros escolares ou não escolares. Refere-se à atualização dos conhecimentos por todos durante toda a vida.

Desta forma, o recomeço aos estudos está muito além de uma simples caminhada interrompida, nas narrativas percebemos que a EJA em suas funções e na sua dimensão política social está intimamente ligada a sonhos, motivações, desejos, mudanças e evolução. A entrevistada (M.C.C) relata ao considerar a dimensão da EJA importantíssima, pois as pessoas que trabalham o dia todo e não foram alfabetizadas quando crianças, e possuem o desejo de fazer uma faculdade, ajudar na educação dos filhos e colaborar com a comunidade.

Desta forma, como afirma o entrevistado (F.F.J) estudar “é uma forma de fortalecer seus conhecimentos do dia a dia, dando um norte para a vida do cidadão e cidadã”. Reconfigurar a EJA requer assumir a identidade coletiva desses jovens, adultos e idosos com suas trajetórias de negação de direitos ... pobres, desempregados, na economia informal em situação de exclusão e marginalização; “consequentemente, a EJA tem de se caracterizar como uma política afirmativa de direitos coletivos sociais historicamente negados” (Arroyo, 2011, p. 29). Refere-se à atualização dos conhecimentos por todos/as durante toda a vida.

Essas inquietações narradas pelos entrevistados no campo do direito à EJA no bairro de Pirajá retrata a realidade da exclusão social e política que existe no País.

No decorrer do processo de coleta de dados, surgiram algumas categorias que serão divididas e analisadas em três blocos de acordo com as indicações que apontaram as análises a partir do diálogo com os participantes e as implicações do fechamento de turmas e turnos de EJA nas escolas de Pirajá.

O conjunto dessas questões nos aproximou das ideias de Paulo Freire, apontando para as categorias do diálogo, da politicidade e do comprometimento. Nas entrevistas, é notório a visão dos entrevistados que a Educação é uma ação política onde não existe neutralidade por se tratar de uma ação política.

Neste sentido, ao tomarmos o movimento social de resistência: O fortalecimento das escolas públicas de EJA no Bairro de Pirajá em Salvador-Bahia como objeto de estudo, entendemos que o conceito de sujeito histórico, tornou-se fundamental para a compreensão da atuação desses sujeitos na comunidade de Pirajá. Optamos por considerar esse movimento social, o Coletivo de Pirajá, como expressão da ação de sujeitos históricos organizados coletivamente e voltados à busca da transformação de opressão, violência e desigualdade, pois propicia a difusão dos ideais de emancipação e podem ser agentes que anunciam o novo ao denunciar as contradições existentes e desafiar os códigos culturais dominantes.(Rodrigues, 2011. p.147). Por fim, os movimentos sociais são espaços de prática educativa popular e não formal, importantes na consolidação da democracia

(GOHN, 2001). Desta forma, a multiplicidade de sentidos, tempos e relações, elucidou o questionamento de como o entrevistado se inseriu no contexto da luta pela EJA no bairro de Pirajá.

Desta forma, a luta pela oferta da EJA torna-se algo muito maior e que abarca um desafio para o país que é o direito a educação válido por toda a vida. E neste contexto a luta exige organização e compromisso. Nesse cenário, o foco reativo e de luta por direitos se amplia num processo de organização e conscientização da sociedade para impulsionar a importância de suas demandas. Assume um perfil de democratização, promoção da justiça social, solidariedade e autonomia, promovendo vínculos com a esfera pública na e para consecução de políticas públicas e controle social, integrando-se em parcerias.

No bloco 2, o enfoque da pesquisa buscou compreender o envolvimento destas pessoas neste cenário de luta pela EJA. Considerando o cenário social em nosso país, a desigualdade racial, econômica e de gênero que aparece no perfil das turmas de Educação de Jovens e Adultos, predominantemente, constituídas por pessoas negras e trabalhadoras, a luta pela visibilidade da EJA é uma prioridade.

Quadro 7-Quem te ensinou a lutar pela EJA?

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
A.S.S	Através da minha atuação no conselho tutelar, quando eu era conselheiro tutelar e participava constantemente do combate contra as violações de direitos as famílias de jovens e adolescentes.
M.C.C	Por saber do valor da educação, elemento transformador da sociedade, convivência com as famílias e com a necessidade da comunidade.
F.F.J	Através dos movimentos sociais da comunidade e em parceria com as escolas do bairro.
S.S.C	através de convite pela comunidade de acompanhar uma turma para acolher esses moradores do bairro que necessitam deste olhar desta atenção.
J.S.P	A partir do convite para participar do Coletivo em defesa da EJA e do conhecimento real da situação local.
N.S.O.F	A partir das reuniões surgiu o interesse de participar e poder somar alguma forma para fortalecer a EJA.
G.S.M	Através do trabalho social desenvolvido pela associação.
C.S.C.C	através dos meus pais, com suas histórias e a participação nos Movimentos do bairro como o Projeto Pirajá Rumo ao 3º Milênio que lutava pela educação e a EJA principalmente.

Fonte: pesquisa de campo, 2023

No quadro acima temos uma visão mais detalhada do envolvimento das pessoas em sua atuação diária com as causas da comunidade. Nesta narrativa da entrevistada (M.C.C) compreendemos o posicionamento com relação a militância dessas pessoas ao reafirmar que: “por saber do valor da

educação, elemento transformador da sociedade, convivência com as famílias e com a necessidade da comunidade”, essa modalidade precisa ser defendida.

Destaque também para as gerações de liderança atualmente renovada dentro das próprias famílias em defesa do bairro. Os participantes revelam também em suas falas a estreita relação com a trajetória da EJA no bairro de Pirajá, a entrevistada (C.S.C.C) revela sua familiaridade com esta luta através dos seus pais, com suas histórias e a participação nos movimentos do bairro como o Projeto Pirajá Rumo ao 3º Milênio, que lutava pela educação e pela EJA principalmente. Essa identificação e pertencimento esteve presente nos relatos dos participantes durante a caminhada da pesquisa.

Importante na leitura das respostas deste quadro realizar um destaque sobre o fato de que, de acordo com dados do Censo Escolar de 2023, cerca de 68.036.330 pessoas de 18 anos em diante não frequentaram a escola e não concluíram a educação básica.

Esses dados evidenciam a fragilidade das políticas públicas para a EJA. Outra questão extremamente relevante está sobre a redução do número de matrículas ao longo dos últimos anos, embora a presença de jovens estudantes oriundos do ensino regular permaneça.

Tomando como base as falas dos entrevistados em relação ao envolvimento na luta em defesa da EJA, percebemos atuação direta com essa pauta na comunidade diariamente em seus espaços de liderança.

Para Gohn, a força dos movimentos coletivos organizados estrategicamente, a capacidade de transformar realidades históricas e tensões entre Estado e grupos específicos marginalizados ao longo do tempo é uma característica essencial.

A autora também destaca que “o sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados. Sozinhos, esses múltiplos sujeitos não têm força coletiva, e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado” (p. 22).

Interessante destacar atuação dessas pessoas ao longo do processo da luta pela educação no bairro, (A.S.S) narra que através da sua atuação no conselho tutelar, como conselheiro tutelar a sua participação era constantemente no combate contra as violações de direitos as famílias de jovens e adolescentes e sua presença nas escolas era bastante frequente o que levou a compreender a educação como um direito para a comunidade.

Neste sentido, a participação da comunidade de Pirajá nesta luta pela educação da EJA nas escolas do bairro, traz questões muito positivas para este cenário político-social, em que o governo atual retornou a SECADI e tem buscado o diálogo com os movimentos sociais.

Seguindo neste ponto, surgiu o desejo de investigar sobre as inquietações a respeito das ações e atuações dos participantes da pesquisa do Coletivo de Pirajá para o enfrentamento e resistência da EJA no cenário educacional brasileiro.

Quadro 8 – Participação no contexto da Luta do Coletivo de Pirajá.

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
A.S.S	A.S.S -Participei, atuei em palestras para alunos e profissionais, reuniões sobre o planejamento dos Fóruns de EJA e eventos diversos no bairro.
M.C.C	M.C.C- Reuniões, palestras, representações, testemunhos de alunos e e professores, colaborações e troca de experiências, estou uma professora aposentada com diversas ações e nesse sentido divulgação na comunidade.
F.F.J	F.F.J. - Fórum EJA Pirajá, Fórum EJA Bahia, seminários EJA.
S.S.C	S.S.C – Encontro de EJA, reuniões, seminários, campanhas a favor da EJA, fóruns.
J.S.P	J.S.P.– Reuniões, discussões e debates, seminários, mutirão de visitas as /as alunos/os da EJA em seus domicílios, campanhas, divulgação diversa.
N.S.O.F	N.S.O.F. – Com a divulgação do próprio trabalho da EJA nas escolas e com vários encontros e reuniões.
G.S.M	G.S.M.- Palestras e divulgações das palestras.
C.S.C.C	C.S.C.C. –Estive presente em reuniões que pautaram discutir as melhoria nas estruturas das escolas, a participação na defesa desta modalidade e a participação nos fóruns de discussão de Pirajá.

Fonte: pesquisa de campo, 2023.

As experiências aqui relatadas demonstram a articulação realizada pelo Coletivo de Pirajá ao longo de sua trajetória para a promoção e o fortalecimento da EJA.

Nesta luta que teve início em 2011 e de forma mais acirrada nos últimos anos em razão do fechamento da escola General Labatut em 2022, diversas ações aconteceram com a intenção de dar visibilidade as dificuldades enfrentadas para a existência e a permanência da EJA no bairro em meio a tantos conflitos políticos acerca da modalidade como direito humano. Como relata (J.S.P) diversas ações como: “reuniões, discussões e debates, seminários, mutirão de visitas as /as alunos/os da EJA em seus domicílios, campanhas e uma ampla divulgação sempre estiveram presente nesta defesa da EJA.

Com a pandemia da Covid 19 a EJA passou por um estado de total invisibilidade e abandono pelos poderes públicos, fato mais agravado no retorno as aulas presenciais, em que esses estudantes que se encontram na última esfera da pirâmide social e econômica deste país não conseguiram retornar à escola, com o avanço da pobreza e da desigualdade social.

A escola passou a ser um espaço distante para muitos sobreviventes do vírus, essas pessoas sem uma segunda opção que não seja a sobrevivência e a informalidade, carga horária ampliada e salários de menores valores, que afastam os sonhos e minam as forças de quem ainda precisa ir para a escola em um terceiro turno. Razões únicas para acirrar a luta em defesa dessas pessoas.

Neste sentido (F.F.J) relata que a presença da luta ocupou outros espaços tais com: Fórum EJA Pirajá, Fórum EJA Bahia, seminários EJA em espaços acadêmicos e dos encontros regionais e nacionais da EJA.

Segundo Gohn (2016), os movimentos pela educação têm caráter histórico, são processuais e ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais. As questões centrais no estudo da relação dos movimentos sociais com a educação são as da: participação, cidadania e o sentido político da educação. As lutas pela educação envolvem a luta por direitos e são parte da construção da cidadania. Movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto de conteúdo escolar quanto de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc. Esses movimentos são fontes e agências de produção de saberes.

No bloco 3 tivemos a perspectiva de buscar dentro das questões abordadas o posicionamento dos entrevistados no campo da luta pela EJA.

As escolas em Pirajá surgiram pela movimentação popular de pressão ao poder público. Na trajetória de formação do bairro, as narrativas dos antigos moradores revelam as dificuldades vividas pelas gerações para alcançar o direito ao acesso à educação. A falta de transporte, saneamento básico, ruas pavimentadas dificultavam a vida de quem gostaria de estar na escola. Desta forma, a comunidade mostrou-se indignada pelo fechamento de escolas logo após a período da pandemia COVID 19 em 2022. O grande questionamento surgiu sobre o lugar da EJA no cenário educacional. Neste viés pedimos para que os entrevistados analisassem o fechamento de escolas de EJA para essa modalidade no Brasil e em Salvador.

Quadro 9-Fechamento das escolas de EJA em Salvador 2022.

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
A.S.S	Uma violação de direitos, retirada de conquistas realizadas até hoje. destruição da esperança de alunos e vidas que estavam sonhando e realizando o que jamais imaginavam.
M.C.C	Um grande déficit na educação, diminuição de oportunidade de crescimento e formação do saber.
F.F.J	Compreendo como uma ação de genocídio educacional aos que mais necessitam de educação e são os mais prejudicados e jogados a margem.
S.S.C	Compreendo como algo grave e injusto, mas uma vez os pobres ficarão sem os seus direitos.
J.S.P	Foi uma péssima ideia, o fechamento das turmas EJA, tirando o direito do cidadãos ferindo a constituição federal.
N.S.O.F	Os jovens têm que está na sala de aula, pois a educação os ajuda a se inserir na sociedade.
G.S.M	Uma grande perda social.
C.S.C.C	Visualizo como um retrocesso, tantas discussões, seminários, ofícios dos órgãos públicos, mobilização da comunidade e tudo desfeito, uma perda muito grande.

Fonte: pesquisa de campo, 2023.

Iniciamos essa análise com a frase que traz a indignação do bairro sobre o fechamento das escolas: “Que ninguém fecha o que não abriu “. Essa violação de DIREITO como narra o entrevistado (A.S.S) se configura em um grande retrocesso para muitos que tem na escola o único lugar de formação humana para os enfrentamentos sociais necessários para vencer na vida. Sociedade sem escolas tornam-se mais vulneráveis a violência e a exploração de diversas ordens sociais na contemporaneidade, como reafirma (M.C.C) como sendo” um grande deficit na educação, diminuição de oportunidade de crescimento e formação do saber para as pessoas da comunidade.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil resiste ao longo de um processo histórico e político de negligência governamental. Importante compreender que sua existência sempre foi vista muito mais como produto para o combate da miséria social do que como desenvolvimento humano dessas pessoas e conseqüentemente do país. Neste sentido, (J.S.P) traz em seu comentário a complexidade do desmonte da educação como “uma péssima ideia, o fechamento das turmas EJA, tirando o direito dos cidadãos ferindo a constituição federal”.

Segundo Haddad (1994) a EJA é vista como uma consequência dos males do sistema público regular de ensino e das precárias condições de vida de grande parte da população brasileira, que acabam por interferir no aproveitamento da escolaridade na época apropriada. A Comunidade visualiza o fechamento das turmas de EJA como um retrocesso, tantas discussões, seminários, ofícios dos órgãos públicos, mobilização da comunidade e tudo desfeito, uma perda muito grande como relata a entrevistada (C.S.C.C), contribuindo para desencadear isolamento social e abandono aos estudos. Fato que tem causado muita preocupação para a comunidade de Pirajá. O bairro permanece com sérios problemas estruturais e sociais e as lideranças reconhecem que as escolas são espaços de identidade e pertencimento ao bairro, gerando novas lideranças e projetos o que fortalecem a luta por direitos sociais. Desta forma compreendo como algo grave e injusto, mas uma vez os pobres ficarão sem os seus direitos.

Os impactos são graves como aprendizagem interrompida, pois os estudantes da EJA precisam estar próximos das suas residências para finalizarem o dia na escola e retornar para casa de forma mais segura com os altos índices de violência que se estabeleceu em Salvador – Ba nos últimos tempos. Com esta preocupação (N.S.O.F) comenta sobre o grande desafio que temos com os jovens que precisam estar na sala de aula, pois a educação os ajudará a se inserirem na sociedade e seguir com sonhos e projetos de vida.

Embora a modalidade exista na legislação da educação básica, permanece na realidade brasileira como uma educação assistencialista do que direito, em que os governantes alegam custos

altos para manter tal educação em vigência dentro dos espaços educativos e justificam o fechamento de turmas e escolas alegando que as pessoas jovens, adultas e idosas não querem estudar. Essa redução da oferta pública presencial da EJA tornou-se uma realidade em todo o país e a concretização da ausência de diálogo com a sociedade, revelam a intencionalidade que as autoridades nos últimos anos têm proposto para as pessoas que não tiveram acesso à educação básica.

Assim, com essa indignação mencionamos esta afirmação de que: “Os governos desistiram da EJA”, do pesquisador Sérgio Haddad em uma entrevista sobre a Educação de Jovens e Adultos (2013).

Como também neste cenário que se instalou sobre a Educação brasileira nos últimos anos e que nos leva a uma outra reflexão... A quem interessa o desmonte das turmas e escolas de EJA no Brasil? Dessa forma, cientes de que a EJA não se resume a questões de ordem educacionais e, sim, possui relevantes aspectos político-sociais, seguimos com as inquietações e sentimentos dos entrevistados com relação às escolas fechadas de EJA em 2022 em Salvador.

Quadro 10-Que sentimento você carrega com o fechamento das escolas de EJA em Salvador?

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
A.S.S	De revolta e lamentação, mas também de esperança que retorne a EJA para a nossa comunidade e que através dela as pessoas possam ter de volta seus sonhos e transformem suas vidas.
M.C.C	Sentimento de tristeza de decepção com as autoridades envolvidas com a educação e um grande esforço para manter a esperança.
F.F.J	Foi um sentimento de falta de compromisso com a gestão pública, tirando os direitos dos alunos e alunas que não tiveram oportunidade.
S.S.C	Sentimento de revoltas com mais uma injustiça em meio a tantas outras promovidas a população que mais necessita de apoio.
J.S.P	Sinto-me profundamente triste e com muita raiva com mais esta injustiça contra a população.
N.S.O.F	Sentimento de tristeza, com o descaso do poder público com a nossa educação e nossa negação de direitos.
G.S.M	Descaso total com as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar no período exato.
C.S.C.C	Uma perda muito grande, um descaso com a história e a luta de uma comunidade que se organiza desde 1967, os moradores decidiram se reunir e

lutar por escolas por aqueles que não sabiam ler e escrever.

Fonte: pesquisa de campo, 2023.

Esses sentimentos de tristeza, raiva e revolta aqui apresentados nesta síntese representam diversas vozes que ecoaram, clamando por justiça social, o retorno das escolas de EJA para as suas comunidades e o tensionamento de um debate no campo político nacional em defesa desta modalidade iniciou-se em todo o país nos últimos anos. Neste sentido (C.S.C.C) revela nossa dor com essa perda grande, com esse descaso com a história e a luta de uma comunidade que se organizou desde 1967 em defesa dos direitos do bairro, os moradores decidiram em lutar pelas escolas, por aqueles que não sabiam ler e escrever, e essa história precisa ser respeitada.

Desta forma, os movimentos sociais permanecem o debate sobre a Política pública nacional de EJA no Ministério da Educação nos dias atuais. Os fóruns de EJA do Brasil se colocaram na linha de frente do debate e na resistência em prol de uma educação de jovens e adultos de qualidade e emancipadora.

Neste contexto, a SECADI foi recriada e desde então uma agenda de mobilizações pelo reconhecimento de que a EJA é direito tem sido debatida de forma extensiva.

Como forma de resistência os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos se articularam para participar de forma ativa na audiência pública na Câmara Federal, realizada em 12 de junho de 2023, com diversas representações de todo o Brasil, com a participação de muitos estudantes, relatando a gravidade e os desafios da Educação de Jovens e Adultos na atualidade e buscando a hoje e a inserção na pauta de lutas da Câmara Federal.

Vale a pena registrar a reflexão que, apesar da resistência em todo esse percurso de luta, bem pouco se viu melhorar na prática, principalmente quanto a prioridades das ações do MEC para a EJA, assim também sobre a reabertura das escolas.

Concretamente questionamos se a EJA será priorizada na política de educação do MEC e se estará presente, no centro das grandes discussões no campo educacional do país: a reabertura das escolas, investimento financeiro, organização curricular, respeitando os tempos e com base na educação popular, recursos pedagógicos, bolsa presença para os estudantes da EJA e novos olhares para essa modalidade.

Dessa forma, e na busca pelo respeito à história e resistência da EJA, perguntamos se era importante a permanência de uma agenda de luta por esta modalidade de ensino, no bairro de Pirajá.

De forma bastante expressiva (A.S.S) traz em sua narrativa o sentimento de revolta e lamentação, mas também de esperança que retorne a EJA para a nossa comunidade e que através dela as pessoas possam ter de volta seus sonhos e transformem suas vidas. Neste sentido, existem uma parcela de pessoas consideráveis que são idosas e precisamos lutar para que retornem à escola, pois a educação promove possibilidades essenciais para todos/as no processo de envelhecimento.

Assim, lutar por este direito retirado da infância e adolescência reafirmando que a EJA é uma reflexão-ação escolarizada.

A luta permanecerá em diversos espaços em defesa da EJA e da reabertura das escolas fechadas em Salvador, dificultando a vida de muitas pessoas que precisam da escola próxima ao seu lugar de pertencimento no seu próprio bairro.

Quadro 11-Ninguém fecha o que não abriu! A luta continua!

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
A.S.S	Sim, pode contribuir na transformação do ser humano.
M.C.C	Sim, a esperança nos motiva a lutar pela EJA!
F.F.J	Sim, nem um direito a menos!
S.S.C	Sim, pois esta luta é direito da EJA é um direito!
J.S.P	Sim, em estado de permanente de mobilização!
N.S.O.F	Sim, pois através das lutas iremos fortalecer as ações em defesa da EJA!
G.S.M	Uma necessidade que não abrimos mão, para termos uma sociedade melhor!
C.S.C.C	Muito importante, necessário permanecer lutando, de modo a reabrir o que é ainda muito necessário ao bairro!

Fonte: pesquisa de campo, 2023.

A luta permanecerá em diversos espaços em defesa da EJA e da reabertura das escolas fechadas em Salvador, dificultando a vida de muitas pessoas que precisam da escola próxima ao seu lugar de pertencimento no seu próprio bairro. Para o entrevistado (G.S.M) a comunidade tem uma necessidade que não abrimos mão, para termos uma sociedade melhor!

Neste sentido, precisamos revogar a Resolução CNE/CEB nº 1/2021, sobre as Diretrizes Operacionais da EJA e exigir uma política nacional de escolarização no âmbito da EJA.

Observando e acompanhando as ações do MEC, a exemplo do pacto pela alfabetização, importa defender a concepção de uma Educação de Jovens e Adultos para além da alfabetização. A

EJA não pode ser reduzida nem sofrer nenhum retrocesso, neste ponto é necessário reformular o Novo Ensino Médio, que vem reafirmando um processo de exclusão aos estudantes da EJA, além da precarização desta modalidade através do incentivo de oferta EaD, e a própria existência do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), com uma presença intensa de inscritos vem contribuir para essa precarização. De 1 milhão e 683 mil inscritos, temos, aproximadamente, 1 milhão e 375 mil pessoas que se inscreveram para a certificação do Ensino Médio. Vale destacar que, do total de inscritos, 56% são mulheres e 62% são negros. Desta forma, lutar pela EJA como expressa (F.F.J) é não perder de vista a verdade de que nem um direito a menos devemos aceitar, e a EJA é um DIREITO. Esses dados têm bastante relevância ao analisarmos que há mais pessoas prestando um processo de certificação do que matriculados em sistemas públicos de ensino, considere-se um total de 1 milhão e 82 mil. Neste sentido, a mobilização pelo direito à educação dita pelos entrevistados desta pesquisa, torna-se algo pertinente a este cenário, que se configura no processo de desmonte da Educação de Jovens e Adultos. É notório que precisamos de escolas presenciais, e não de incentivos à realização de uma certificação vazia, que aumenta o nível de instrução derivado deste exame, porém não oportuniza o tempo escolar necessário à aprendizagem significativa, como também os processos educacionais e as possibilidades do acesso ao ensino superior de forma autêntica. Essa situação, mais uma vez, indica uma realidade de destruição da EJA e de negação do direito constitucional à educação. Desta forma, a luta continua, a educação de jovens e adultos no documento da CONAE 2024, p.21, que ocorreu em Brasília, reiterou que a educação se constitui um direito de todos e todas, inclusive daqueles que não puderam concluir a educação básica na idade apropriada, tornando essencial a educação de jovens e adultos (EJA). Destacando o PNE nas três metas que trazem especificamente esta questão, a saber: 1- a Meta 8, no que se refere à elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade. Nos dados desde documento síntese da CONAE, as informações desta meta que vem passando por ampliação ao longo dos anos: em 2013 era 10,8 anos, atingiu 11,5 em 2019 e passou para 11, 7 anos em 2021. Entretanto, isso tem ocorrido de maneira lenta, alertando da dificuldade que teremos para o alcance de uma média de 12 anos de estudo, especialmente para as populações Norte e Nordeste, os residentes no campo e os 25% mais pobres. Ainda no que diz respeito às desigualdades, em 2021, a escolaridade dos negros (pretos e pardos) no referido grupo etário era de 11,3 anos de estudo e a dos não negros era de 12, 4 anos, o que resulta em uma razão de 91,1%-8,9 p.p. distante da meta de equiparação dos anos de estudo; 2- a meta 9, que pretende alcançar a redução em 50 % do analfabetismo funcional e erradicar o analfabetismo absoluto até 2024. Os dados apresentados no texto relativo a essa meta mostram que o objetivo intermediário de elevar a taxa de alfabetização para 93,5% foi alcançado em 2017, apesar das significativas desigualdades regionais e sociais ainda persistirem. Em relação do analfabetismo adulto até 2024, os

dados mostram que o intento se encontrava a 5,0 p.p. de ser atingido, enquanto o analfabetismo funcional, embora em queda, ainda diste 2,5 p.p. da meta; 3- um consenso entre os pesquisadores do campo da EJA é a integração entre educação, trabalho e formação profissional. É requisito para o sucesso das políticas na área. Assim, os esforços de universalização da educação básica e de ampliação da escolarização da população brasileira para os jovens e adultos ganham destaque no Plano, com o estabelecimento pela Meta 10 de que, no mínimo, 25% das matrículas da EJA sejam ofertadas de maneira integrada à educação profissional.

Todavia, em 2021, apenas 2,2 % das matrículas de EJA foram ofertadas de maneira integrada à educação profissional, percentual bem distante da meta. Contudo, o indicador no ensino fundamental (1,0%) significou o dobro do verificado em 2020 (0,5%). No ensino médio, também foi registrada uma evolução para 3,8%, em 2021, representando o melhor resultado desde o início da série histórica, em 2013.

Ao perceber o ontem, o hoje e o amanhã, o ser humano percebe a consequência da sua ação sobre o mundo, nas diferentes épocas históricas, torna-se o sujeito da sua história e por isso responsável por ela. Faz hoje o que se tornou possível pelo ontem. Fará amanhã o que está semeando hoje (FREIRE, 2000, p. 67).

Nesse cenário o foco reativo e de luta por direitos se amplia num processo de organização e conscientização da sociedade para impulsionar a importância de suas demandas. Assume um perfil de democratização, promoção da justiça social, solidariedade e autonomia, promovendo vínculos com a esfera pública na e para consecução de políticas públicas e controle social, integrando-se em parcerias.

Optamos por considerar esse movimento social, o Coletivo de Pirajá, como expressão da ação de sujeitos históricos organizados coletivamente e voltados a busca da transformação de opressão, violência e desigualdade, pois propicia a difusão dos ideais de emancipação e podem ser agentes que anunciam o novo ao denunciar as contradições existentes e desafiar os códigos culturais dominantes. (Rodrigues, 2011,p.147). Por fim, os movimentos sociais são espaços de prática educativa popular e não formal ,importante na consolidação da democracia (GOHN, 2001). Além disso, o potencial educativo dos movimentos sociais, muito valorizado por Paulo Freire, que os considerava como uma grande escola da vida (MEDEIROS, STRECK & ZITKOSKI, 2017, p.275), renova pedagogicamente a escola, possibilitando a efetividade do ato pedagógico como uma pedagogia construída nas esferas do mundo vivido (FISCHER, 2003, p.163).

De acordo com Freire (1996), a reflexão é o movimento realizado entre o fazer e o pensar, entre o pensar e o fazer, ou seja, no “pensar para o fazer” e no “pensar sobre o fazer”. Trazemos, na oralidade do entrevistado A.S.S, quando menciona que a EJA não somente transforma a vida do

aluno, mas de toda uma família e amigos. Considerando A EJA como contexto de luta. Compreendemos que nesta destinação reside a vocação ontológica do ser humano de ser mais (FREIRE, 1987, p.09).

Neste sentido, os fundamentos que tratam da emancipação dos estudantes, trabalhadores e da luta pelo direito a educação contra a opressão são as principais características deste coletivo em defesa da EJA. E, assim, percebemos que, antes, a luta estava no desafio do não fechamento das escolas de EJA no bairro, e que, aos poucos, foi dando lugar à evolução de uma consciência crítica e um sentimento de ser e estar no mundo e ao mesmo de superação de nossos próprios limites individuais, partindo para a coletividade através de uma luta diária, permeada pelo diálogo, por meio do qual os seres humanos, juntos, vão se recriando, e é assim que vão aprendendo a efetivar e a exercer sua liberdade, assumindo a função de sujeitos de sua própria história em colaboração com os demais.

5.1. CAMPO DAS PRÁTICAS DO COLETIVO DE PIRAJÁ.

O bairro, em suas diversas lutas, conquistou seis escolas públicas que oferecem Ensino Fundamental, Ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos, este ofertado no noturno. A comunidade valoriza a educação do bairro, pois consegue perceber a importância das escolas, uma vez que lutaram para garantir esse direito, o que torna o diálogo e a parceira uma constante entre comunidade e escola.

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos oferecida nestas escolas atende educandos, que por motivos diversos, não tiveram acesso à educação formal, sendo está uma das únicas possibilidades de emancipação para garantia dos direitos que os levam ao pleno exercício da cidadania.

Miguel Arroyo nos traz a importância do segmento EJA quando diz:

“Os jovens-adultos populares não são acidentados ocasionais que, gratuitamente, abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias que são coletivas. As mesmas vivenciadas por seus pais e avós; por sua raça, gênero, etnia e classe social”. (ARROYO, 2005, pag. 30)

O processo de construção coletiva de elaboração desta pesquisa está no fazer cotidiano das lideranças ao longo de todo o processo de luta em defesa da EJA no bairro. No âmbito desta luta encontram-se os moradores com o propósito de ousar, inovar, buscando romper barreiras e posturas neste cenário político que demonstra resistência e poucos avanços significativos para uma nova

composição educacional nacional da EJA. Por isso, essa reflexão se torna fundamental para ação que nos lidera a vivenciar espaços de defesa da EJA.

Os resultados da pesquisa, com observação participante, entrevistas anteriormente apresentadas e analisadas, e coleta de materiais documentais, comporão uma plataforma digital para difusão e garantia da preservação da história local e suas interfaces com a EJA.

Desejamos com esta pesquisa criar uma rede de informação e formação sobre a EJA como um bem valioso, único em sua finalidade de política social que possibilita a transformação e a construção de nova sociedade neste solo brasileiro.

5.2. COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DO FÓRUM DE EJA – PIRAJÁ/ I FÓRUM DE EJA PERIPERI.

O evento intitulado “Compartilhando Experiências do Fórum de EJA – Pirajá”, realizado na Escola Municipal Antilópio de Carvalho, em Periperi, ocorreu logo após o VI Fórum de EJA Pirajá, em novembro de 2017, e possibilitou o contato da gestora da unidade escolar do bairro de Periperi com a realidade e história de resistência das escolas de Pirajá. No momento de sua participação no referido evento, sentiu o desejo de realizar uma atividade com o coletivo de EJA em sua comunidade escolar, semelhante ao vivenciado nesse evento. Estive neste evento acompanhada do educando Fábio Ferreira.

É inegável que a repercussão dos Fóruns de EJA de Pirajá em sua trajetória de luta, trouxe momentos de reflexões significativas e troca de experiências em diversas comunidades escolares e acadêmicas, passando a ser uma referência para aqueles, cuja identificação com o cenário de insegurança para existência da EJA a cada dia mostrava-se mais ameaçado. Neste encontro de pares, o Coletivo de Pirajá foi convidado a compartilhar sua trajetória no contexto da luta em defesa da Educação de Jovens e Adultos em Pirajá.

Essa identificação com a comunidade de Periperi foi imediata, e em uma percepção coletiva, descobrimos mais semelhanças do que diferenças, ao ouvir os educandos e educadores sentimos que a história de luta de Pirajá seria a história de luta de toda comunidade pobre, negra e a margem dos poderes públicos desta cidade e país.

Neste sentido, a resistência perpassa contextos maiores, porque sozinhos somos fracos, mas juntos somos fortes e a visibilidade é um campo essencial para quem defende os mais simples, que lotam os transportes públicos e realizam os serviços essenciais desta sociedade.

A desigualdade social aumentou, ainda mais, durante o período da pandemia da COVID 19 e com a crise econômica, altos índices de desemprego e fome que o país vive desde o ano de 2016, onde os ricos estão mais enriquecidos e os pobres mais empobrecidos.

Interessante relatar essa grave situação que vivenciamos nos dias atuais, pois, na base destas pirâmides sociais e econômicas estão os estudantes da EJA. Relembrar durante essa escrita o surgimento do Fórum de EJA de Pirajá, que surgiu em um momento de crise quando as duas escolas de Pirajá estavam sendo visitadas para contagem de alunos, correndo risco de serem fechadas, é renovar as forças para permanecer na caminhada na busca para a reabertura de todas as escolas de EJA fechadas em Salvador e no Brasil.

Essa imensa preocupação causada em nós educadores e educandos na época da visita do secretário e sua equipe durante um evento realizado na escola em 2011, para observar o quantitativo de alunos na EJA, se transformou em uma luta ampla pelos direitos humanos para os que poucos tem acesso aos bens materiais desta sociedade capitalista e desumana. O Fórum de Pirajá nasceu em 2011, sem ele não teria chegado até aqui.

Inclusive lembro-me que, antes do Fórum de EJA de Pirajá acontecer, muitos jovens, adultos e idosos que não tinham essa compreensão acerca do direito negado e acabavam discursando que estavam velhos ou não tinham mais idade para estudar e os jovens deslocados no ambiente do noturno. Depois, víamos nos rostos e nas ações da escola os estudantes e educadores discursando que a educação de jovens e adultos não era uma prioridade para os governantes e a necessidade dos sujeitos, educandos ocuparem os diversos espaços de luta em defesa da EJA.

Portanto, o Fórum de EJA de Pirajá trouxe uma bandeira de luta importante, necessária para as comunidades. E, não somente para que não ocorra o fechamento de escolas, mas também a luta por direitos humanos essenciais, lembrando que as escolas de Pirajá não foram originalmente construídas pelo poder público; elas nasceram da necessidade da comunidade, sendo essa necessidade latente, necessária aos seus moradores até os dias atuais. “Ninguém fecha o que não abriu”, esta frase nasceu pelo fato de que as escolas de Pirajá foram construídas pela comunidade.

Importante lembrar que o Brasil precisa ser reconstruído, após duros golpes contra a democracia, nestes últimos anos vividos, e os retrocessos são enormes, sendo a educação duramente atingida e golpeada, com cortes de recursos, perdas e fechamentos de escolas, reformas sem sentido para os estudantes brasileiros, especificamente sobre a EJA, a exemplo do fechamento da SECADI. A ausência da modalidade na BNCC, reflexo da incompreensão acerca da natureza da modalidade, implica consequências, como a possibilidade de extinção da modalidade, e a escassez de recursos e materiais, além da possibilidade de ser tornado EAD, realidade cruel para os que vivem à margem da pobreza, com a exaustão do trabalho diário, mal remunerados, com carga

horária excessiva e com poucos ou nenhum direito trabalhista. A EJA merece o lugar nas bases e diretrizes nacionais, como as demais modalidades de ensino, não pode ser excluída das grandes discussões da educação brasileira.

Nesse contexto, os educandos afirmaram que a escola é sem dúvida um espaço de lutas por dias melhores. E, independente dos governos vigentes, as escolas de Periperi, de Pirajá e/ou de qualquer outro lugar da Bahia e do Brasil devem existir para que a população estude.

Como possibilidade de ação para o Coletivo de Pirajá, e novas perspectivas de luta pela permanência de escolas de EJA, estar em espaços com educandos e educadores será o presente e futuro desta modalidade, pois somente com união e visibilidade, independentemente do fechamento ou não, venceremos esta batalha.

Isso posto, apesar de constatar que o momento atual tem sido de muita dor pelo fechamento cada vez mais acentuado de escolas de EJA, aprendemos, com a troca de experiências desses sujeitos da EJA, que a prioridade nesta defesa tem que ser de todas as pessoas, numa dimensão coletiva, com conhecimento, saindo do senso comum e buscando a investigação científica. Essa história de negação de direitos tem, em suas raízes, o colonizador e suas ideias opressoras, sendo necessário conhecer, escrever e lutar por uma sociedade mais justa e humanizadora. Portanto, participar deste evento em Periperi trouxe construções coletivas importantes para a o I Fórum de EJA Periperi, realizado no dia 15 de maio de 2018.

5.3 PARTICIPAÇÃO DO COLETIVO DE PIRAJÁ NOS ENCONTROS REGIONAIS, NACIONAIS, ALFAeEJA E EVENTOS ESPECÍFICOS DA EJA.

A Educação de jovens e adultos permanece em um campo político muito disputado no cenário brasileiro. Sendo importante a luta por uma política nacional para esta modalidade, que vem sofrendo um desmonte avassalador, com turmas fechadas e matrículas cada vez mais escassas. Na tabela a seguir, encontra-se a trajetória de luta do Coletivo de Pirajá na defesa da EJA em diversos espaços.

Tabela 5-PARTICIPAÇÃO DO COLETIVO DE PIRAJÁ NA AGENDA DE LUTA.

EVENTOS	TEMÁTICAS	PERÍODO
1-Encontro Estadual do Fórum da Ba	Tema: Nenhum Direito a Menos: A EJA é um Direito!	14 e 15/09/2017 -Salvador
2-IV ALFAeEJA	Trabalho apresentado: Os Movimentos Sociais transformando A EJA No Bairro Pirajá	23 e 24 /10/2017 -Salvador
3- XV ENEJA	GT- Pessoas com deficiência na EJA	Petrolina – Ba

4-V EREJA	A educação de Jovens e Adultos como espaço de resistência e confirmação de direitos.	2018-UFBA Salvador
5-GEPALE -BA	Círculos formativos :Educação Popular e Movimentos Sociais	2018
6-CAFÉ PAULO FREIRE-BA	A EJA é um Direito: Ninguém fecha o que não abriu!	2019
7-XVI ENEJA	Educação de qualidade social para como direito de trabalhadoras e trabalhadores, como uma contribuição coletiva e colaborativa entre os Fóruns de EJA do Brasil.	2019 - Belo Horizonte
8-VI-EREJA	Educação de jovens e Adultos o trabalho sob a concepção da Educação popular: Escrevendo caminhos possíveis.	18 e 19 de novembro de 2021-online
9-XVII ENEJA	Educação, trabalho e capitalismo: Impactos, lutas e resistência na EJA.	07 de agosto 2022 Florianópolis

Fonte: Autoria da pesquisadora.

O primeiro diz respeito ao Encontro Estadual do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Bahia com o tema: Nenhum Direito a Menos: A EJA É Um Direito, ocorreu no Hotel Vila Mar nos dias 14 e 15/09/2017 com a participação do Fórum EJA Bahia (Salvador e RMS) SEC/BA, SMED, APLB, SESI, MPEJA, Universidades, Institutos Federais, Sindicatos dos Petroleiros e Fóruns Regionais (Extremo Sul, Sudoeste, Recôncavo, Sisal, Alagoinhas, Salvador e área metropolitana) e o Coletivo de EJA do bairro de Pirajá, educadores e educandos.

Sob a Coordenação: Edite de Faria, Luciomar Machado e Marlene Silva com a participação da professora Maria Alba Guedes Machado Mello para buscar formas fundamentadas na legislação brasileira que assegurem o direito à educação básica dos jovens, adultos e idosos.

Neste evento, o Coletivo de Pirajá esteve presente com diversos representantes, em meio a tantas pessoas militantes na defesa da EJA, nossa voz pela primeira vez ecoou longe das ruas do bairro de Pirajá em um relato de muita angústia diária de presenciar as escolas de EJA serem ameaçadas de fechamento por governos que pensam no quantitativo de pessoas e despesas, ignorando algo muito mais sério e importante com relação aos altos índices de analfabetismo do país. Assim na plenária o Coletivo registrou que: “Ninguém fecha o que não abriu!”.

A emoção foi grande por estar com os Fóruns Regionais neste Encontro representado pelos segmentos de educandos e educadores das escolas de educação básica, das universidades, coordenadores de EJA das secretarias de educação, conselhos municipais de educação e movimentos sociais para discutir, refletir e fortalecer a EJA como um Direito inegociável e na oportunidade colaborar com a construção coletiva de recomendações específicas para nortear as políticas públicas de EJA, como possibilidade de avanço no campo do direito visando a garantia do

acesso, da continuidade dos estudos e da formação dos sujeitos dessa modalidade de educação necessária a este país.

Ao longo do evento a legislação foi relembada com ênfase na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Constituição Federal de 1988 – Artigo 208; as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 –Artigo 27; a Resolução CNE, nº 07 de 14 de dezembro de 2010; a Resolução CEE Nº 239, de 12 de dezembro de 2011; o Documento Marco de Belém – 2010; o Documento CONFINTEA Brasil + 6 – 2016. Todos eles afirmando ao direito a educação para as pessoas jovens, adultas e idosas que não tiveram acesso à escola por diversos motivos, dentre eles: pobreza extrema na infância, dificuldades de aprendizagens e acesso a acompanhamentos, acessibilidade a escolas, trabalho infantil e subempregos na idade adulta entre outros. Enfatizando ainda uma concepção ampliada da EJA como uma educação pública e gratuita, assegurando o direito universal de educar na/com a diversidade de seus sujeitos (indígenas, quilombolas, com necessidades especiais, do campo e da cidade, privados de liberdade).

Neste sentido, existiu neste Encontro, o registro do Compromisso com a execução das metas e estratégias 8, 9 e 10 estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e Planos Municipais de Educação (PME), ressaltando-se a promoção da busca ativa, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude para a realização de diagnóstico dos jovens, adultos e idosos com ensino fundamental e médio incompletos, a fim de identificar demanda ativa por vagas na modalidade da educação de jovens e adultos. Reafirmando a Educação Popular comprometida com a construção de uma sociedade justa e democrática.

O Encontro trouxe discussões valiosas para o nosso Coletivo, reforçando o desejo e o compromisso de todas as pessoas presentes no encontro que lutam pela EJA e por saberem da importância da educação básica para os milhares de brasileiros e baianos, que historicamente tiveram esse direito negado. O Coletivo de Pirajá nunca tinha tido uma experiência desta natureza e como uma forte onda de vibrações positivas o nosso coração aqueceu, mesmo vivenciando mudanças no cenário nacional que o país sofreu com impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que trazia ações importantes ao instituir a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, com a assinatura do Decreto 8.243, consolidando uma política que já vinha sendo impulsionada sobretudo a partir de 2003 como relata o Pedro Pontual ao trazer que está possibilidade de Consolidar a participação social como método de governo seria um grande passo para concretizar a democracia participativa ao lado da democracia representativa. A democracia brasileira precisa ampliar a cidadania como um dever de uma sociedade que precisar avançar. As elites precisam entender os avanços nas políticas sociais. Pedro Pontual sinaliza que o

Estado brasileiro precisa ser menos representativo e mais participativo. A participação cidadã não é só um direito constitucional. É um direito humano.

Desta forma, as lutas incessáveis que os fóruns da EJA e os movimentos sociais têm feito em prol da modalidade de ensino que contemplem os sujeitos da EJA neste período nefasto em que estamos vivendo no Brasil precisa ser visto como um elo importante para novos tempos democráticos que estão por vir e não podemos esquecer o que nos diz nosso Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire: “Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse as classes dominadas, perceber as injustiças sociais de maneira crítica.” (FREIRE, 1984, p. 89).

Cabe dizer que os fóruns em uma perspectiva não eurocêntrica, são definindo como espaços coletivos de discussões, de diálogos, de debates. Se pensarmos a partir da palavra Ubuntu, antiga palavra africana que significa: eu sou porque nós somos, podemos compreender os fóruns de educação de jovens e adultos.

Ainda nesta perspectiva sobre concepção do que são os fóruns de EJA para a Educação brasileira, Edite Faria (2014, pág. 64) afirma que “os fóruns de EJA, são espaços que tiveram origens das redes construídas nos anos 70 e 80, e são eles que contribuem de forma significativa para o debate e luta pelos direitos”. Passaram a ser um novo espaço promissor na luta de consolidar a educação de pessoas jovens e adultas e idosas como um espaço de responsabilidade pública.

O segundo evento, o IV ALFAeEJA 2017, em Salvador, contou com uma apresentação de Trabalho pelo Coletivo de Pirajá. O IV ALFAeEJA Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos aconteceu nos dias 23 a 24 de outubro de 2017, em Salvador/BA (Brasil), e de 6 a 9 de novembro de 2017, em Braga e em Coimbra (Portugal). Sendo um Encontro de realização permanente, em nível internacional, o qual emerge do programa de pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) da Universidade Estadual da Bahia, a ocorrer com periodicidade de 2 em 2 anos. Esse evento reuniu professores/pesquisadores (de vários estados do Brasil e de diversos países), que estudam e pesquisam a Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos. Os pesquisadores proponentes fazem parte de Redes de Pesquisa e vêm publicando sobre estas temáticas. O evento faz uma articulação importante com as escolas de educação básica, tanto em âmbito estadual como municipal, envolvendo professores e gestores das escolas públicas. Articula-se também com a Graduação e Pós-Graduação, que dão contribuição na organização e divulgação do referido evento. Com os seguintes eixos temáticos: 1-Currículo da Educação de Jovens e Adultos; 2-Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos e Diversidades; 3-Alfabetização e Letramentos/Literacias na Educação de Jovens e Adultos; 4-Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos; 5-Formação de Professores na EJA; EJA, Movimentos Sociais e Direitos Humanos; 6-A

EJA na Perspectiva do Mundo do Trabalho; 7-Políticas Públicas e Gestão Educacional e Escolar na EJA; 8-Múltiplas Linguagens, Tecnologias da Informação e da Comunicação na EJA: Perspectivas Teórico-Metodológicas.

Como um dos objetivos do IV Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos buscou oportunizar aos participantes o aprendizado em espaço de debates sobre práticas educadoras, bem como a apresentação e disseminação de trabalhos científicos.

O Coletivo de Pirajá resolveu participar do evento para relatar a realidade vivenciada na Educação de Jovens e Adultos no bairro de Pirajá. Vivenciamos o desafio da EJA além do acesso, a permanência e uma educação que traga sentido para vida das pessoas trabalhadoras deste país.

Apresentamos no Eixo 6: EJA, Movimentos Sociais e Direitos Humanos, o trabalho intitulado “Os Movimentos Sociais transformando A EJA No Bairro Pirajá”, de autoria da professora Sandra Hernandes Firmino comigo, relatando experiências nas funções como coordenadoras Pedagógicas da EJA, na Prefeitura Municipal de Educação de Salvador, no bairro Pirajá, com o grande desafio da EJA com relação à permanência dos estudantes nas escolas, questão pertinente em todas as escolas que oferecem EJA no Brasil.

Queríamos relatar a insegurança dos educadores/as no seu fazer pedagógico, diante da possibilidade de fechamento de turmas a qualquer época do ano, onde os mesmos teriam sua vida profissional desestabilizada, o que provocou uma inquietação e nos moveu a buscar e propor alternativas de atividades, diferentes daquelas que até então vinham se desenvolvendo na escola. O embasamento teórico para esta proposta pedagógica se pautou na proposta freiriana, pois acreditamos que os movimentos sociais são uma forma de dar voz aos silenciados e assim transformar a educação. E assim “É por esse caminho que o movimento popular, vai inovando a educação.” (FREIRE, 1989, P.66). Visão importante com o que Miguel Arroyo nos traz que é a importância do segmento EJA quando nos diz: “Os jovens-adultos populares não são acidentados ocasionais que, gratuitamente, abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias que são coletivas. As mesmas vivenciadas por seus pais e avós; por sua raça, gênero, etnia e classe social.

Os trabalhos tiveram início com o primeiro Fórum em Pirajá, fórum que também foi o primeiro na rede municipal de ensino e que posteriormente se expandiu para as demais GRES da rede Municipal. O evento foi uma oportunidade ímpar para discutir os problemas da EJA, dando voz aos protagonistas da mesma, educando/a, professores e coordenadoras pedagógicas. Os líderes comunitários foram convocados para fortalecimento de ações, em que o direito à educação fosse garantido para os moradores daquela comunidade. Como estratégia realizamos uma caminhada com os/as educandos/as das escolas de EJA, pelas ruas do bairro, para divulgação das escolas, com um

grande encontro no largo de Pirajá, onde os/as educando/as, líderes comunitários e a comunidade em geral, tiveram uma aula pública, com os educadores das escolas, com muita alegria, com a presença da fanfarra da escola Municipal Alexandrina dos Santos Pita.

Essa estratégia foi de suma importância para as escolas continuarem presentes na comunidade, pois a construção destas escolas se deu através das lutas populares. Urgindo a necessidade de dar voz a esses sujeitos para exporem suas histórias e projetos de vida, efetivando a razão política e transformadora da escola.

Considerando a mobilização da comunidade escolar junto com a comunidade em torno da defesa desse direito, conseqüentemente o fortalecimento da EJA, através da apropriação da função transformadora da escola na sua vida e sociedade. Portanto a EJA “se insere na realidade social brasileira como uma das últimas alternativas para inclusão social de cidadão que, pelas mais variadas razões não tiveram acesso à educação formal. (Firmino, 2016, p.59).

A escola é um espaço de diversos conhecimentos e saberes. Acima de tudo um ato social importante para a vida de todos os indivíduos. Surgindo a necessidade de se lutar por políticas públicas para a EJA, onde os direitos dos/as educandos/as sejam garantidos. Neste encontro do AlfaeEja saímos mais fortalecidos para lutar pela permanência das escolas de EJA no cenário educacional brasileiro.

A Participação do Coletivo de Pirajá No XV ENEJA - Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, marcou o terceiro evento que aconteceu no período de 27 a 30 de novembro de 2017, na cidade de Petrolina, município brasileiro do interior do estado de Pernambuco, Região Nordeste do país. O evento trouxe a temática voltada para a EJA na política, econômica e social com os seus desafios e possibilidades de luta. O objetivo esteve pautado em analisar as perspectivas de democratização do direito à educação de Jovens e Adultos na atual conjuntura nacional condicionada por crises econômicas, políticas, sociais e educacionais, identificando avanços, retrocessos, possibilidades e limites do controle social. A experiência do Coletivo de Pirajá neste evento foi muito rica, estivemos na partilha de conhecimentos, especificamente na participação do grupo com pessoas com deficiência na EJA. Conhecemos pessoas do Brasil todo e percebemos como os problemas e as dificuldades com a modalidade da EJA são comuns a um país tão diverso.



FOTO 9-Card do ENEJA em Petrolina.

Apesar dos inúmeros desafios discutidos no encontro, Petrolina aqueceu nosso coração de esperança, o calor do interior baiano, agregou a certeza da jornada em defesa da EJA em Pirajá. O educando Fábio Ferreira trouxe a sua história de vida e luta para permanecer em sala de aula com tantos desafios enquanto trabalhador deste país. Neste encontro os educandos do Brasil assumiram um papel importante, com contribuições significativas desses sujeitos.

Com efeito, o XV ENEJA em Petrolina fortaleceu a participação social em rede através dos educandos, educadores e pesquisadores de todo país criando um espaço democrático e plural de discussão, formação e informação, fortalecendo políticas públicas de Educação para a Educação de Jovens e Adultos. Após este importante evento, socializamos essa experiência para os nossos educandos e educadores, fortalecemos o Coletivo de Pirajá e a luta em defesa da EJA.

O quarto evento que o Coletivo de Pirajá participou foi o V EREJA 2018 – Salvador Bahia, no período de 30/08 a 01/09/2018, no espaço público da Universidade Federal da Bahia – UFBA, com o tema: “A Educação de Jovens e Adultos como espaço de resistência e confirmação de direitos: desafios e lutas no atual cenário político educacional brasileiro”, com a participação dos Fóruns de EJA dos Estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. Neste evento, o Coletivo esteve no papel de um dos sistematizadores das propostas que valorizou as rodas de conversas e a presença dos estudantes.

O GEPALÉ BA trouxe para o Coletivo de Pirajá a possibilidade de participar pesquisa formativa em ação, desta forma, ingressei em 2018, como professora da Educação básica, na Linha de pesquisa: Educação Popular, movimentos sociais, como pesquisadora no grupo de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Avaliação - Bahia/ GEPALÉ - Bahia, da Universidade do Estado da Bahia, que desde julho de 2017 vem desenvolvendo pesquisas e ações no Campus I- Salvador- MPEJA e Campus XIV- Conceição do Coité da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Uma ação bastante significativa na minha trajetória enquanto pesquisadora da EJA foi a realização do segundo ciclo formativo promovido pelo GEPAPE-BA, pela plataforma Teams, realizado no dia 17/09/2020 com a linha de pesquisa: Educação Popular e Movimentos Sociais. Destinado ao público de Pesquisadores, discentes de Graduação e Pós-Graduação, Professores da Educação Básica e Lideranças de Movimentos Sociais.

O objetivo deste evento, esteve em analisar os aspectos históricos, políticos, culturais e sociais da Educação Popular e dos Movimentos Sociais no contexto das políticas públicas no Brasil e no cenário internacional, discutir propostas pedagógicas democráticas, emancipatórias, humanizadoras e de resistência nos diferentes espaços de aprendizagem do Campo e das Periferias Urbanas.

Foto 10 - Card de divulgação do ciclo formativo GEPALE-BA.



Deixo a pergunta norteadora do encontro como mensagem final: “Para que serve a utopia?”.

E respondo para quem está lendo agora: “Para que eu não deixe de caminhar...”

Na vida, você não estará apto a atingir muito sem estabelecer táticas com o olho em direção a estratégias. Para mim o problema é o seguinte: qual é a estratégia da luta do oprimido? É a utopia da liberdade que serve de corrente de opressão. Esse deveria ser o sonho da luta para libertação que nunca atinge a plenitude. Em outras palavras, quando você atinge alguma liberdade, você descobre, no processo, que você precisa de mais libertação. Depois, minha estratégia básica teria que ser essa utopia de liberdade, que envolve criatividade, riscos, compaixão, comprometimento político etc. (FREIRE, 2001, p. 266).

E nesta caminhada dos movimentos sociais ingressei no Café Paulo Freire Bahia, que é um espaço de articulação, mobilização e compartilhamento de saberes, fazeres, eventos, cursos, lives

tomando como referência os princípios e pressupostos de Paulo freire e a defesa do seu legado. Criado em 27/09/2019 o grupo tem como integrantes pesquisadores educadores de todas as regiões da Bahia.

Neste sentido aconteceu o Café com Paulo Freire – Bahia, junto com o Café com Paulo Freire, Rio Grande do Norte, realizando o Café Curto – **A EJA É UM DIREITO: NINGUÉM FECHA O QUE NÃO ABRIU!**, no dia 23 de novembro, às 19:30 h, via Plataforma Google Meet. O evento trouxe o Prof. José Mateus do Nascimento do IFRN, Cátedra Paulo Freire RN e Coordenador do Projeto Tarrafas que dialogou comigo as experiências de fazer parte do contexto de lutas sendo integrante do Coletivo de Pirajá que defende a EJA, membro do Fórum EJA Bahia, mestranda do MPEJA - UNEB e do Café Paulo Freire BA, em forma de roda de conversa, com a participação de educadores e profissionais envolvidos na defesa da educação pública e do legado de Paulo Freire.

Foto 11-Card do Café Curto com Paulo Freire RN/BA.



Fonte: Café Paulo Freire BA/RN

A reflexão da temática A EJA é um Direito: Ninguém fecha o que não abriu, emergiu do tema do Café com Paulo Freire Nacional: A EJA como política pública de Educação Popular. Este café é de importância valiosa para todos e todas que militam na EJA na formação de coletivos de resistência. Este Café Curto veio para lembrarmos da importância da participação popular na conquista dos direitos, destaque para os conceitos freirianos como conscientização, busca por outros caminhos, espírito de luta, resistência, importância dos coletivos de luta.

O início da preparação para o ENEJA 2019 contou com o convite do Fórum EJA/BA composto pelos Fóruns Regionais de Educação de Jovens e Adultos e um representante do Coletivo de EJA do bairro de Pirajá/Salvador- BA, para uma reunião no dia 08 de junho para analisar e contribuir com a construção do XVI ENEJA, com base no documento em construção enviado pela comissão nacional. Como resultado da leitura e discussão do documento o coletivo construiu recomendações e sugestões, dentre elas com relação ao autofinanciamento do ENEJA nos Estados e Municípios. Assim, a autonomia do Fórum EJA será garantida.

Ao analisar a programação do formato do XVI ENEJA o coletivo sentiu a falta do relatório final do XV ENEJA e sugeriu incluir na programação um momento para a retomada das proposições aprovadas nesse Encontro, fazendo um balanço das que foram efetivadas para nortear o planejamento das ações. Sugeriu também diante do cenário político do país, a necessidade de mudar o formato para uma dinâmica em movimento com as Rodas de Conversa (e não GTs) em espaços públicos institucionais, com a participação efetiva de estudantes e professores como protagonistas no compartilhamento de saberes e fazeres numa concepção freiriana, além das estratégias de fortalecimento da luta democrática com coordenadores que dominem as temáticas em questão.

Sobre a Mesa Política, o coletivo considerou importante a participação dos Fóruns Estaduais na composição da mesa e sugeriu que não haja representante do governo ilegítimo nessa mesa, caso ainda se encontre no poder do país em 2019.

Em relação à temática da EJA inserida na conjuntura política, a ser realizada por duas pessoas, o coletivo sugeriu que uma das pessoas estivesse ligada ao movimento sindical pela educação para fazer o diálogo entre educação e trabalho.

O coletivo considerou importante reforçar o pensamento de Paulo Freire para a atualidade, mas propôs que se faça uma formatação mais política e menos institucional. Diante das colocações, os participantes afirmaram que o Tema do XVI ENEJA deveria partir do pensamento freiriano como fundamento para o direito a educação e a resistência, tendo uma perspectiva de resistência em tempos de retiradas de direitos e a tantos ataques a democracia em nosso país.

Em seguida aconteceu o XVI ENEJA, no período de 18 a 22 de setembro de 2022, em Belo Horizonte-MG, com a temática Educação de Qualidade Social como Direito de Trabalhadoras e Trabalhadores, com uma construção coletiva e colaborativa entre os Fóruns de EJA do Brasil. Com a participação de 298 Delegadas e Delegados inscritos de 21 Estados mais o Distrito Federal. O coletivo de Pirajá esteve presente e participou do GT 07-Pessoa com Deficiência na EJA.

Tivemos, também, uma participação bastante significativa no VI Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (ALFAeEJA), que ocorreu em Salvador/BA, no dia 30/10/2019, no Teatro da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Rua Silveira Martins, 2555,

Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000; e nos dias 31/10 e 01/11/2019, no Instituto Anísio Teixeira – IAT, Estrada da Muriçoca, s/n, São Marcos. Salvador-Bahia. CEP: 41.250-420.

Desta rica experiência no XVI ENEJA, surgiu a escrita para o AlfaeEja 2019 com a companheira Romênia Barbosa de Carvalho, em parceira com o professor Dr. Antônio Amorim. Nossa participação neste evento visou narrar as dificuldades existentes pelas trabalhadoras e trabalhadores, educandos da EJA-Educação de jovens e Adultos, na realidade dessa modalidade de ensino no Brasil, através da participação do ENEJA – Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos – 2019. Participamos do Eixo Temático 2: Sujeitos da Educação de Jovens com a Escrita: As Vozes Dos Estudantes no ENEJA 2019: Lugar Identidade e Resistência.

Desta forma, apresentamos uma escrita com objetivo de analisar as vozes dos educandos/as no ENEJA 2019, seus desafios, suas possibilidades e os seus enfrentamentos. Nossos referenciais teóricos como Arroyo (2005, 2017), Freire (2010), foram usados remeter às questões voltadas para o olhar sensível do público da EJA, formado por pessoas que vivem, ou melhor especificando, sobrevivem em condições precárias, em sua maioria desempregadas ou subempregadas.

Neste sentido, a descrição da vida escolar dessas pessoas revela-se com inúmeras interrupções, sofrimento, abandono e exclusão social e econômica. Este caráter tão frágil e devastador resulta na negação do direito a educação e a vida digna, bem como, aponta a importância desta pesquisa em registrar as vozes dos trabalhadores e trabalhadoras, educandos e educandas da EJA, merecendo cada vez mais ser ouvida e escrita por pesquisadores.

Além da reflexão sobre a importância das vozes dos trabalhadores e trabalhadoras, educandos e educandas da EJA, nas escolas públicas do território Brasileiro na participação do ENEJA 2019, em meio à complexidade que vivemos neste cenário educacional brasileiro atual, a enfática e notória realidade para todos nós, que existe uma fragilidade visível nesta educação ofertada. Mas sabemos que a escola tem uma representatividade de esperança e possibilidades para muitas pessoas, que precisam estudar e ocupar as turmas de EJA. Essas pessoas não tiveram oportunidade de cursar e aprender os conhecimentos escolares em sua infância e mocidade, sendo grandes aprendizes da vida e do próprio destino. Em determinado momento, esses sujeitos com sonhos adormecidos e necessidades latentes, retornam para a escola na tentativa de iniciar ou dar continuidade aos estudos interrompidos na infância e adolescência, ingressando na Educação de Jovens e Adultos.

Acreditamos que a escola é a via de condução dessa mudança, quando trabalha o desenvolvimento da autoestima e humanização. Considerando a afirmação de Freire (2010), os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens na sua vocação ontológica e história de ser mais. A reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende,

erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser homem. Neste entendimento, percebemos que durante os depoimentos dos educandos no ENEJA, estes retratam suas histórias de vida com vistas à recuperação de uma infância ou adolescência roubada. Ao analisar a contribuição de Freire não se pode perder o reconhecimento da sua história de vida enquanto espaço de libertação social. Os educandos relatam as fragilidades que o conduziram para voltarem até a escola, foram caminhos e descaminhos de busca incansável pela melhoria e ascensão no mercado de trabalho. “O direito popular ao conhecimento sempre teve na EJA um sentido político: contribuir nos ideais de emancipação e libertação, dar aos setores populares horizontes de humanização, dá-lhes o direito de escolher, de planejar seu destino” (ARROYO, 2005), este sentido político da emancipação do sujeito da EJA conduz à permanência e êxito de continuar a caminhada na escola.

O VI EREJA aconteceu nos dias 18 e 19 de novembro de 2021, em formato remoto realizado no Youtube, devido a Pandemia da COVID-19. Com o Tema: Educação De Jovens e Adultos o Trabalho sob a Concepção da Educação Popular: Escrevivendo Caminhos Possíveis.

Este encontro teve como estado sede a cidade de Fortaleza no Ceará e a sua coordenação- foi realizada pelos Fóruns de EJA do Nordeste com a carga horária de 12 h e a Certificação aconteceu através UNEB/UECE para os participantes.

O evento reuniu no ambiente virtual estudantes, professores, gestores públicos, movimentos sociais, Universidades e demais profissionais da educação.

O objetivo buscou propiciar reflexões e debates político-pedagógicos acerca das relações EJA e trabalho, articuladas com os princípios da educação popular, bem como construir plataformas de lutas e propostas que contribuam para a garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade social voltada a essa modalidade.

Diante desse contexto há de se questionar o verdadeiro papel da educação nos dias atuais. Que educação é necessária aos trabalhadores e trabalhadoras? Que formação estes devem receber? E para qual sociedade? O capital compreende que o papel dos espaços educativos e, especificamente da escola é desenvolver no educando a sua capacidade de ser empregável, dotá-lo de conhecimentos que ensine a ser competitivo no mercado, visto que o próprio trabalhador é hoje responsabilizado pelo seu desemprego.

Nesse sentido, os Fóruns da Educação de Jovens e Adultos como parte da sociedade civil organizada que prima pelo livre debate, a defesa de uma sociedade democrática e de uma educação pública, gratuita, de qualidade social e, ao longo da vida, buscando articular-se com os princípios da educação popular que toma a *práxis* como o fundamento do agir humano, compreende que não se pode reduzir o papel da educação dos trabalhadores a uma simples preparação para o mercado de trabalho, haja vista que educar precisa ser mais que instruir, é necessário formar, possibilitar a

edificação do *ser mais* do homem, por intermédio da *práxis*, conforme a concepção freiriana de educar. Nossa participação contou com educandos nos ambientes virtuais disponibilizados pela coordenação, aquecendo a chama da luta em tempos tão hostis. O tema abraçado pelo estado da Bahia neste encontro esteve relacionado a EJA, Trabalho, Currículo e Diversidade.

Nesta caminhada de luta aconteceu o XVII ENEJA- Encontro Nacional de Jovens e Adultos em Florianópolis-SC, no período de 04 a 07 de agosto de 2022 com a participação do Coletivo de Pirajá.

Esse encontro organizado coletivamente pelos Fóruns de EJA do Brasil, reuniu estudantes, professore/as, gestores/as, professores/as universitários/os e militantes de movimentos sociais constituindo-se em uma reunião de trabalho do movimento nacional dos Fóruns de EJA do Brasil. A temática abordada neste encontro trouxe A educação, trabalho e capitalismo: impactos, lutas e resistência na EJA. O encontro procurou compreender e refletir sobre as formas precarizadas do trabalho no mundo atual que negam o princípio educativo do trabalho como atividade que constitui o humano e duas consequências para as/os trabalhadoras/es estudantes e para a EJA.

Esse contexto do desafio se amplia quando observamos um estudo de sete anos, realizado por pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que revela uma queda vertiginosa nas matrículas do Ensino Fundamental e Médio na EJA. Em 2013, as matrículas apresentavam o quantitativo de 3.830.207, enquanto que, no ano de 2020, esse índice cai para 3.002.749. Essa mesma pesquisa nos mostra que, em uma progressão de 12 anos de estudos, estados e municípios brasileiros encontram-se estacionados no atendimento de jovens adultas/os e idosas/os trabalhadoras/es, com inúmeras turmas sendo fechadas, o que inviabiliza o direito à educação desse público trabalhador.

Essa realidade não está naturalizada nos fóruns de EJA do Brasil. Pelo contrário, esse movimento social considera as pessoas jovens, adultas e idosas como trabalhadoras na condição de também serem estudantes, sendo, portanto, sujeitos que transformam o mundo e a si mesmos no processo de humanização do ser.

Nesta perspectiva, logo após a participação do Coletivo de Pirajá no XVII ENEJA em Florianópolis, Santa Catarina, surgiu a oportunidade de participar do Seminário sobre Educação de Jovens e Adultos no Território de Identidade do Sisal – Bahia, o SEJATIS, que foi um evento de caráter Nacional, que ocorre anualmente, de iniciativa do Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território de Identidade do Sisal (OBEJA) e do Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico (TSPPP), vinculados ao Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da UNEB e apoio do Grupo de Pesquisa Gestão, Educação e

Tecnologia para a Inclusão Social-GEC&TIS Vinculado ao Programa de Pós-graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (DMMDC), também da UNEB.

Este seminário teve como proposição inicial a discussão da EJA localmente, e que veio nesses dez anos se consolidando, com propostas e participação de pesquisadores de diversos estados do país, ampliando sua abrangência nesses últimos dois anos a esferas internacionais, com a colaboração de pesquisadores de países como Inglaterra, Espanha e Uruguai, o X SEJATIS – Seminário sobre Educação de Jovens e Adultos do Território de Identidade do Sisal, traz Conferências Internacionais, Mesas Diálogo, Oficinas, Documentários e Mostra Artística abordando como tema principal os Processos Formativos na Educação de Jovens e Adultos em Contextos de Distopia e Violências. O X SEJATIS organiza-se mais uma vez para pensarmos/propormos/socializarmos alternativas de processos educativos dos sujeitos da EJA.

Neste ano de 2022, quando comemoramos dez anos de Observatório de Educação de Jovens e Adultos – OBEJA, continuamos nossa reflexão, externar enfaticamente nosso compromisso com o Território, discutir, sempre, a proposta política pedagógica que reconheça que os sujeitos não tiveram a oportunidade de acesso, e foram excluídos da escola, ou excluídos nela, e imaginar que a cada dia novos sujeitos são negados o direito de ingresso, pela falta de oferta e acesso ou direito à permanência pela falta de políticas que garantam não apenas a qualidade desta oferta, mas a continuidade dos estudantes na modalidade, situação agravada pela pandemia do COVID- 19.

Assim, juntamente com as companheiras do Fórum EJA Bahia da região do Sisal, Neyla Reis dos Santos Silva, Jeane Nascimento Santos, participei representando o Coletivo de Pirajá neste seminário com o trabalho escrito logo após a nossa participação no XVII ENEJA em Florianópolis neste corrente ano, com a escrita de um relato de experiência do XVII ENEJA Como espaço de reflexão sobre possíveis Currículos na EJA com a provocação de qual a Educação devemos organizar para os Trabalhadores.



Foto 12- Card do SEJATIS

Na busca para analisar o impacto das Diretrizes Curriculares Nacionais que alinha a EJA a BNCC (Resolução nº 01/2021), a partir das discussões do eixo Princípios curriculares para a EJA em diálogo com a Educação popular: como enfrentar a precarização do trabalho. Esta Reflexão sobre as especificidades e peculiaridades da EJA enquanto modalidade e a Compreensão do papel

dos Fóruns de EJA do Brasil no enfrentamento para uma educação de trabalhadores/as deste país, constitui-se com objetivos na discussão da temática, por Compreender que o espaço do XVII ENEJA também se constituiu em possibilidades curriculares da EJA para a Educação dos Trabalhadores /as do Brasil.

Para nós enquanto pesquisadoras desta modalidade, compreender que os sujeitos da EJA carregam o cerne da classe trabalhadora, como princípio fundante de sua formação deve estar o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico é essencial para os espaços de luta que estamos no cotidiano das nossas vidas. Portanto, os fóruns de EJA pretendem tensionar o Estado para a revogação da diretriz mencionada, no intuito de retomar o debate sobre os currículos da EJA, que se pautem em princípios da educação popular e que objetivem a formação para uma sociedade mais justa e menos desigual. Para tal, reforçou-se o espaço da luta e resistência.

Ressaltamos a importância da experiência vivenciada no XVII ENEJA 2022, evento realizado pelos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil, com o intuito de articular coletivamente a luta dos militantes em prol da EJA, como espaço de vivência e formação dos trabalhadores que estudam. Neste cenário atual político em que se encontra o país as discussões sobre o tema Educação, trabalho e capitalismo: impactos, lutas e resistências na EJA, que, através de seus eixos contribuiu na reflexão sobre qual currículo de EJA temos e qual currículo queremos, partindo do olhar sobre os sujeitos que frequentam as escolas tornou-se urgente e necessário para os rumos da EJA.

5.4. A LUTA E A RESISTÊNCIA DO COLETIVO DE PIRAJÁ NO CONTEXTO DO FECHAMENTO DAS ESCOLAS NA ATUALIDADE.

O Coletivo de Pirajá permanece no cenário de luta para a reabertura de suas turmas e escolas noturnas com a modalidade da EJA. Em abril de 2023, os representantes de entidades que militam no bairro, criaram uma pauta com o objetivo de tirar propostas de ações em defesa dos direitos dos moradores de Pirajá. Essa decisão fortaleceu as lideranças que atualmente são compostas por antigos e novos líderes e participantes. Outro fator, importante está na visualização da atuação desses sujeitos nas diversas necessidades do bairro. Neste sentido, o Coletivo participou do XI Encontro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Bahia (EFEJA) que aconteceu no período de 10 a 12 de agosto de 2023, no Fiesta Bahia Hotel, com a participação de delegados e observadores dos Fóruns Regionais de EJA (Oeste, Território do Sisal, Recôncavo, Vale de Jequiçá, Alagoinhas, Iará e Região, Salvador e Área Metropolitana para discutir sobre o tema

Política Nacional de EJA; direito a educação com participação social e segue em preparação para o EREJA.

Neste encontro a temática esteve voltada para a Política Nacional de EJA como direito à Educação com Participação Popular. Assim, seguimos para IX Encontro Estadual da Educação de Jovens e Adultos (EREJA), em Alagoas, que aconteceu no Instituto Federal de Alagoas (IFAL), com o tema “Política Nacional da EJA: direito a educação com participação popular”, Nos dias 19,20 e 21 de outubro de 2023; Participamos da Conferência Municipal Extraordinária de Educação de Salvador (COMED), aconteceu nos dias 07 e 08/11/2023, na Faculdade Maurício de Nassau, no bairro da Pituba, em Salvador, com o objetivo de eleger os delegados para a Conferencia Estadual de Educação. A Programação do evento contou com o seminário temáticos sobre política Educacional e Diversidade e as discussões dos eixos já destacados na descrição do EREJA, ocorreram com o objetivo de mobilização e debates propositivos para a COEED e PNE 2024-2034;

Foto 13 – Alfaeja 2023.



Foto 14 – COEED 2023.



Fonte: acervo da autora

No VII Encontro Internacional da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, com pré-abertura na UEPA – Belém, Playa no Chile e nos dias 20 a 22 de novembro de 2023, na Uneb e no SESI do Retiro, em Salvador – participei com a professora Edite de Faria e Companheira do Fórum EJA Bahia Jeane Nascimento com um artigo intitulado "As vozes dos estudantes no Eneja 2019:

Lugar de identidade e resistência". Assim como estive com as companheiras Jeane Nascimento e Teresa Neris do Fórum EJA Bahia em uma apresentação sobre a trajetória e importância do Fórum EJA Bahia no cenário de luta em defesa da EJA na Bahia e no Brasil. Presença, também, na Conferência Estadual de Educação que aconteceu nos dias 03 e 04/12/2023 com a temática “Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de estado, direito à educação, diversidade e justiça socioambiental na terra da liberdade”.

5.5 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PRODUTO FINAL – MUSEU VIRTUAL.

Neste tópico apresentamos a organização do museu virtual elaborado como proposta do produto exigido pelo Mestrado Profissional de Educação de jovens e Adultos - MPEJA, Departamento de Educação - Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Área de Concentração 1 – Educação, Trabalho e Meio Ambiente como espaço de produção e difusão do conhecimento científico pesquisado.

Título Museu Virtual – Trajetória de luta e resistência do Coletivo de Pirajá.

Acesso-<https://sites.google.com/view/memorial-eja-piraj/p%C3%A1gina-inicial>.

Trata-se de um museu virtual guiado por conteúdo. Pensamos nesta proposta por fomentar a curiosidade e a necessidade de visitar todos os espaços e seções, levando o visitante a compreender esse espaço pedagógico e histórico com um sentido e uma maior coerência em sua visitação.

O objetivo geral deste Museu virtual é a criação de um ambiente de memória, reflexão e ação em defesa da Educação de jovens e adultos na comunidade de Pirajá. Os objetivos específicos estão na importância cronológica de fatos e registros históricos ocorridos no bairro de Pirajá em defesa da educação pública (EJA) em suas escolas, constituindo um acervo fotográfico, bibliográfico e documental muito rico, como também o entendimento da realidade em que a EJA atualmente se encontra no cenário de luta e a importância das lideranças em defesa da EJA. A justificativa da escolha deste produto final está na capacidade que este espaço permitirá através da comunicação, valorização e a preservação da história de Pirajá nas lutas por direitos essenciais, mas especificamente a educação, para os seus moradores. Destacamos também, a trajetória das

lideranças, a criação do fórum de EJA de Pirajá como espaço de discussão e conhecimento dessa modalidade, e todo o percurso de militância em prol e defesa da EJA.

Ressaltamos que, por se configurar como um projeto intenso de ações vividas por esta comunidade, o Museu seguirá com atualizações e inserções de materiais para o registro e validação da importância da sua existência.

Desta forma, percebemos os museus virtuais como uma possibilidade importante para divulgação e registro de memórias. Vivenciando a história como uma organização conjunta de narrativas surgidas de diversas pessoas e caminhos. De acordo Oliveira (2018, p.2),

A questão da memória vem emergindo como muito importante na cibercultura, com a multiplicação de projetos de memória local, nas comunidades. Hoje em dia, cada vez mais as pessoas percebem a importância de terem suas próprias histórias como tema e como essa construção de vínculos é importante para a própria autoestima. Então é positivo ver a questão da memória em pauta e abordada com possibilidade de trocas de experiências mais rápidas.

A proposta é que seja amplamente divulgado para que as pessoas possam contribuir na sua movimentação, pela importância do legado depositado sobre a luta em defesa da Educação de Jovens e Adultos.

A Metodologia utilizada inicialmente teve uma primeira etapa para definir a pesquisa dos elementos a serem selecionados, a coleta de dados e a escrita que utilizaríamos no museu, neste sentido buscamos adaptar a linguagem da pesquisa para a linguagem adequando ao ambiente virtual que expressasse o sentido da pesquisa e a proporção das informações, fotos e narrativas para o espaço virtual, essa etapa se constituiu na sistematização, nela definimos título, seções e subtítulos. Em seguida, após a coleta e organização dos materiais, realizamos as entrevistas e as observações com as pessoas que participam do Coletivo de Pirajá, ao Memorial de Raymundo Coelho e aos espaços das lideranças da comunidade, nesta etapa a pesquisa documental aconteceu. Adiante deste processo, no percurso da tabulação dos dados ocorreu a estrutura do site, com as informações obtidas na etapa anterior, em seguida veio a etapa da validação com as informações já inseridas no site, observando se o visitante passaria por todas as etapas do museu virtual guiado e por fim passamos por mudanças finais e a publicação. Esse museu pretende, aproximar as pessoas parte história do bairro de Pirajá através da memória e as narrativas, armazenando-a, na perspectiva de preservar a luta em defesa da EJA para esta e todas as gerações deste país.

6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Professora por que fecharam a escola à noite, se estamos aqui estudando?”

“Para onde iremos, professora, agora?”

Iniciamos nossas considerações finais sobre essa pesquisa de investigação, Movimento social de resistência: O fortalecimento das escolas públicas de EJA no bairro de Pirajá em Salvador-Bahia, tomando a pergunta de um educando da EJA que cursava o Tap II, a Escola Municipal General Labatut, no bairro de Pirajá, na ocasião em que fomos informados do fechamento do turno noturno desta referida escola.

É questionamento importante, que revela circunstância prejudicial no sistema educacional, grave para pessoas do bairro de Pirajá, que não tiveram a oportunidade de acesso, de permanência, de conclusão, ou aproveitamento de alguma forma de ensino-aprendizagem, em razão de dificuldades impostas por uma tal realidade da vida, situações alheias à vontade do indivíduo, distantes do seu campo de ação, lhes cabendo apenas o movimento, em defesa daquilo que ele reconhece como possibilidade de emergência para melhorar a sua condição de sobrevivência, de subsistência e, ainda que não tenha consciência, de entendimento de mundo.

O quadro desenhado para a EJA, diante das políticas públicas em Salvador-BA, comporta o cenário de 44 escolas fechadas no início do ano letivo de 2022; contando apenas duas que retornaram às atividades. E um esforço latente da sociedade civil e de instituições, a exemplo do Ministério Público do Estado da Bahia, apelando pelo retorno das demais unidades escolares.

Consideramos meta fundamental reconstruir a trajetória histórica deste Coletivo no enfrentamento ao fechamento das classes e escolas da EJA, revelando a importância da luta pelo direito a educação. O percurso trilhado nos permitiu responder e compreender a seguinte questão problema: Como compreender o Coletivo de Pirajá como sujeito histórico na luta pela educação e dar visibilidade a essa trajetória, a partir das percepções dos seus atores ?

De forma bastante significativa, a inquietação dos moradores oportunizou a construção da análise dos resultados, considerando o percurso dos sujeitos do Coletivo de Pirajá, entrevistados na perspectiva da pesquisa participante. Através de um estudo de caso, tomando como ponto de partida, a própria indignação da comunidade de Pirajá, relativamente à situação da EJA, extremamente fragilizada no bairro, e, ainda, os aspectos que influenciam esse fenômeno com mais profundidade, considerando as narrativas dos sujeitos, o contexto do desmonte da Educação brasileira, com ênfase na EJA, com o aporte no capítulo teórico inicial, que revelaram o grave

retrocesso na garantia do direito à educação de indivíduos já expulsos do sistema educacional anteriormente.

Vê-se que o delineamento da pesquisa encontra-se ancorado na militância desses sujeitos para garantir a existência da Educação de jovens e adultos em sua comunidade, valendo-se também da análise documental da trajetória de luta e resistência em defesa da EJA, isso feito dentro do recorte de 8 moradores integrantes do Coletivo de Pirajá. O produto da pesquisa está estruturado em cinco capítulos, em que se apresenta, discute e problematiza a trajetória de luta, a resistência do Coletivo de Pirajá em defesa do direito a educação pública para os seus moradores.

Nos capítulos escritos abordamos a importância dos movimentos sociais para a garantia do direito à educação e, no contexto da pesquisa, a importância da trajetória do Coletivo Pirajá, enquanto movimento social, para a defesa da permanência e fortalecimento da oferta das EJAs no bairro de Pirajá. Isso contribui para provocar em leitores a noção de aproximação e a compreensão do histórico da EJA.

Na construção desta investigação as memórias permitiram que a pesquisadora mergulhasse em um espaço repleto de significados, onde o tempo passado e vivido nesta comunidade de Pirajá foram determinantes para a sua atuação na defesa da Educação de Jovens e adultos. As contribuições das entrevistas semiestruturada, da pesquisa documental e das observações trouxeram um levante de sentidos e provocações para a proposta de discussão e investigação que a comunidade trás no seu coração com a seguinte indignação, de como é possível se fechar o que não se abriu. Uma das circunstâncias para que um acontecimento ou problema seja entendido em sua rede de relações é que se torne, dialeticamente, um destacado percebido em si. Primeiro que o compreendamos com algo nele mesmo para assim perceber que sua compreensão envolve suas relações com outros dados e fatos. (FREIRE, 2013, p.286)

Conhecer a história do bairro de Pirajá e a luta dos líderes antigos e atuais, atuantes nos mais diversos espaços para garantir direitos essenciais, como saúde, educação, transporte, entre outros, para o bairro, foi fundamental para mim, na circunstância de pesquisadora, pela percepção de muitos aspectos implicados na questão norteadora da pesquisa, ainda não percebidos quando desempenhava a minha atuação de educadora no ambiente escolar. Foi potencial verificar a caminhada de luta desses sujeitos e dedicação para a existência e permanência das escolas de EJA abertas. Em muitos momentos uma batalha além do território do bairro, com muita energia presente nestes moradores ao longo de todos esses anos. Somente o compromisso do pensamento com a prática estabelece para Freire um “contexto teórico verdadeiro”:(FREIRE, 1976:135-6).

Neste sentido, temos que resgatar a EJA como direito humano e responsabilidade pública, tal qual está na nossa legislação, como também nesta nova retomada do Plano Nacional de Educação (PNE)

para o decênio de 2024-2034, traçando outros caminhos possíveis e necessários com a sociedade em torno do que é preciso para construir uma EJA de qualidade, especificamente nas metas 8, 9 e 10 e as estratégias, que possibilitam direcionamento para elaboração das políticas públicas que precisam ser construídas. Contexto este que atualmente estamos recomeçando com a reconstrução da política nacional da educação.

Importante este destaque pelo tensionamento realizado pelos movimentos sociais ,a exemplo do Fórum EJA Bahia e da Uneb , através do MPEJA em realizar discussões através do ALFAeEJA no mês de novembro de 2023 em Salvador-BA ,as conferências municipais e estaduais tensionadas pelos Fóruns de EJA do Brasil e as instituições e pessoas que representam a diversidade deste país, com o intuito de fortalecer a SECADI e dar visibilidade aos atores sociais que não são incluídos e visibilizados dentro do sistema educacional brasileiro ,com o devido respeito as suas especificidades.

Por conseguinte, percebemos que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2011) e cujas formas de luta têm papel fundamental na conquista de direitos civis, políticos e sociais.

Sendo assim, neste momento a defesa pelo direito a educação para as pessoas da EJA torna-se essencial o que confere está pesquisa de uma grande importância social, política, pedagógica e pessoal, pela compreensão e identificação das ponderações e das ações do Movimento social denominado, Coletivo de Pirajá, em defesa da EJA no bairro, com o detalhamento das análises realizadas através de três momentos específicos nesta escrita, a pesquisa bibliográfica ocorreu logo inicialmente e proporcionou a pesquisadora o acesso e o respaldo necessário para a elaboração de um referencial teórico que, posteriormente, norteou a construção da argumentação da pesquisa através de informações e produções de pesquisadores acerca da historicidade de Pirajá nas lutas pela Independência da Bahia e do Brasil e da construção do bairro na luta por direitos a melhoria e a qualidade social, assim como ,os conceitos dos movimentos sociais, a EJA e o processo histórico ,político e social desta modalidade na estrutura educacional brasileira ,a legislação e os documentos principais desta modalidade de ensino, o desmonte da educação de jovens e adultos e idosos e o grave problema do fechamento de turmas e escolas em Salvador, e o destaque da militância e o papel do Fórum de EJA da Bahia e de Pirajá neste cenário de luta.

Em seguida aconteceu a pesquisa documental, um dois momentos mais significativos para a pesquisadora e os participantes, revisitar os documentos da história do bairro e dos movimentos sociais do bairro de Pirajá, através da presença de Raymundo Coelho, líder comunitário na organização de ações em Pirajá no Terceiro Milênio, do percurso de participação e luta nos espaços

da UNEB, do ALFAEJA, EREJAS E ENEJAS, e outros encontros para o fortalecimento da modalidade de educação de jovens e adultos, assim como aqueles elaborados nas contexturas federal, estadual e municipal.

Assim como a leitura mais apurada dos documentos que orientam a educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 BRASIL (1996), sobre a modalidade de educação de jovens e adultos, aconteceram também leituras sobre a educação popular na América Latina, produzidos pela UNESCO, MEC, CEAAL, os documentos editados nas CONFINTEAs, intensificando o entendimento teórico no âmbito da modalidade de educação de jovens e adultos.

Outro aspecto muito relevante nesta etapa da investigação foram o contato mais profundos com os dados do IBGE, PNAD (2019), (2021) a revisitação ao Plano Nacional de Educação 2014/2024 instituído pela Lei nº 13.005/2014, nas metas 8,9 e 10, que sofrerá mudanças após o vencimento do seu decênio, a retomada das ações da SECADI e o conhecimento teórico de outras instituições no contexto de luta da EJA.

O aprofundamento na concepção política pedagógica de Paulo Freire na perspectiva dos movimentos sociais de base na Educação popular entre outros documentos que ajudaram a visualizar o campo de investigação da presente pesquisa.

A terceira etapa aconteceu a pesquisa de campo com a observação dos sujeitos da pesquisa, as informações levantadas, por meio dos instrumentos utilizados e as falas dos entrevistados como aporte para as análises, retomamos as categorias da concepção freiriana presentes nos pressupostos dos movimentos sociais. Destarte, percebemos a presença de forma incisiva, de três categorias que propusemos na realização da pesquisa e que cobrem os pressupostos da teoria freiriana: o diálogo, a conscientização e a politização.

Vivenciamos nesta etapa da prática realizada o anúncio de uma ação dialógica com a democratização da palavra, e o mais importante o sentido desta palavra, cercada de significados de quem está na luta por direitos humanos, assim, os entrevistados trouxeram a certeza de que a Educação se trata de uma ação política onde não existe neutralidade. Essa percepção fortaleceu a compreensão desta pesquisa do movimento social de resistência: O fortalecimento das escolas públicas de EJA no Bairro de Pirajá em Salvador -Bahia como objeto de estudo, entendemos que o conceito de sujeito histórico, tornou-se fundamental para a compreensão da atuação desses sujeitos na comunidade de Pirajá. Entendo que a democratização da palavra por esses moradores evidenciou, o sentido da EJA para a comunidade de Pirajá e acima de tudo o que sua ausência tem proporcionando através dos relatos de quem está envolvido no contexto dos enfrentamentos na comunidade. Especificamente como aporte para as análises, retomamos as categorias da concepção

freiriana presentes nos pressupostos dos movimentos sociais, que serão desenvolvidas em escrita posterior, a compreensão: o diálogo, a conscientização e a politização. Retomamos, neste momento, os pressupostos da educação popular, presentes na teoria freiriana e que foram utilizados como categorias de análise nesta pesquisa:

A palavra – categoria que se mostra como direito de todos os sujeitos envolvidos na prática efetiva da relação humana por direitos. Sua centralidade denuncia a negação de um dos sujeitos; é a comunicação da própria existência e da leitura de mundo, meio pelo qual se efetiva a comunicação da consciência do mundo e da consciência de si no mundo; possibilidade de denúncia da realidade existencial e anúncio de outra realidade possível. Na EJA esse direito se evidencia pelas falas entre os sujeitos da comunidade de Pirajá.

A conscientização - diz respeito à ação de percepção da transitoriedade da dimensão humana, assim como de tudo o que elabora a existência, ou seja, da própria realidade; do contingenciamento da realidade e da possibilidade da intervenção humana na mudança da sociedade; na prática das lutas sociais se evidencia pela possibilidade do diálogo sobre toda e qualquer questão com procedência em leituras múltiplas, evidenciando o caráter transitivo e mutável da realidade; e, ainda, pela clareza na existência dos embates de classe. Neste sentido, os participantes fomentam que antes a luta estava no desafio de manter as escolas de EJA no bairro, porém reconhecem que as questões são mais sérias, por envolver as desigualdades sociais em que os sujeitos da EJA estão inseridos o que denota uma consciência crítica deste coletivo na defesa desta modalidade para os seus moradores, por compreender que a educação é uma fonte de possibilidades e direitos em sucessão.

A Politização – categoria que parte do entendimento da educação como ato político, abandonando uma visão de neutralidade na concepção da EJA, como da sua existência e permanência como modalidade de ensino. Triangulação dos dados percebemos uma longa e forte caminhada enquanto movimento social, o Coletivo de Pirajá, nas ações de luta como sujeitos históricos organizados em tempos históricos de maneira que a coletividade estivesse sempre com enfrentamentos voltados a transformação a opressão, violência e desigualdade no bairro. E a educação sempre esteve à frente das grandes discussões neste bairro. desta forma, esse coletivo, tem na essência a esperança e o sonho de viver dias bem melhores, que são expressos pelo pensamento da entrevistada C.S.C.C alertando que assim como o bairro de Pirajá tem um percentual muito grande de jovens, adultos e idosos que ainda precisam da EJA, pessoas que mantêm o sonho da educação da escolarização e do apoio evolutivo e do desenvolvimento que a EJA consegue proporcionar, outros lugares no país inteiro vivem essa realidade.

O inédito viável é na realidade uma coisa inédita, ainda não conhecida e vivida, mas sonhada e quando se percebido destacado pelos que pensam utopicamente, esses sabem então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade. (FREIRE ,1992, p206-207).

Assim, existe uma compreensão de que somente com a luta retornaremos a EJA para as escolas de Pirajá. Porém, essa luta está intrinsecamente ligada a uma luta maior que é de uma nova política nacional de Educação para o país, políticas públicas para combater a desigualdades sociais e o fortalecimento dos movimentos sociais que sabem que a diversidade da qual a EJA faz parte precisa ser visibilizada e ocupar o centro das grandes discussões pelo desenvolvimento humano brasileiro.

Desta forma, permanecemos na luta através do produto final que tem como subsídio todo o material de campo produzido, que ficará disponível no Museu Virtual, <https://sites.google.com/view/memorial-eja-piraj/p%C3%A1gina-inicial>. Neste espaço, o conhecimento do passado e da realidade atual de mobilização permanente da comunidade para a garantia do direito a educação com dignidade e sucesso para os educandos da EJA, nas escolas públicas do Bairro de Pirajá. Permanecemos sonhando e lutando. Neste contexto acreditamos que esta pesquisa trará uma importante contribuição para o fortalecimento da modalidade e do Coletivo de luta em Pirajá na defesa da EJA.

7.0 REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Elza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

ARROYO, M. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e Cidadania**. Revista de Educação de Jovens e Adultos, n. 11. Abril, 2001.

ARROYO, Miguel G. **Currículo sem fronteiras**, v.3, n.1, p. 28-49, Jan/Jun. 2003.

_____. **Imagens Quebradas – Trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2004.

BAHIA NOTÍCIAS. **Ao realocar EJA, prefeitura não considera 'poder paralelo' do tráfico, acusam professores** 05/01/2022 – 00h00 por Bruno Leite.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70ª ed. Lisboa: 1995.

_____. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa: 2010.

BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (Org.). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Caderno de Conceitos e Orientações do Censo Escolar 2019-Matrícula Inicial**. Brasília, DF, 2019a. Disponível: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2019/caderno_de_conceitos_e_orientacoes_censo_escolar2019-versao_final.pdf. Acesso em: 9 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2018**. Brasília, DF, 2018a. Disponível: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/centso_escolar/apresentacao/2019/apresentacao_coletiva_censo_escolar_2018.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2018 revela crescimento de 18% nas matrículas em tempo integral no ensino médio**. Brasília: INEP, 2019b. Disponível: http://portal.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/centso-escolar-2018-revela-crescimento-de-18-nas-matriculas-em-tempo-integral-no-ensino-medio/21206. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matrículas em creches públicas crescem em 2019; Ensino Médio em tempo integral também registra crescimento**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo2//asset_publisher/GngVoM7TApe5/content/matriculas-em-creches-

publicas-crescem-em-2019-ensino-medio-em-tempo-integral-tambem-registra-crescimento/21206. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2009/portaria_enem_2009_1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 2.270, de 14 de agosto de 2002. Brasília: MEC, INEP, 2002. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legislacao/2002/portaria2270.pdf. Acesso em: 25 ago. 2019.

CAMPOS, Maria Malta. **Educação e políticas de combate à pobreza. Revista Brasileira de Educação** nº 24. Set /Out /nov. /Dez, 2003.

CAMPOS, Rogério Cunha. **A luta dos trabalhadores pela escola**. São Paulo: Loyola, 1989.

CICONELLO, A. and J. Moroni (2005) **‘Participação social no governo Lula. Avançamos?’**, in ABONG (ed.) **A Abong nas Conferências 2005: Criança e Adolescente – Assistência Social**, Brasília: ABO.

COSTA, Patrícia Lessa Costa; SOUZA, José Oreste Lopes de. **A Educação popular e os movimentos sociais: A luta contra exclusão e o empoderamento da mulher na educação de jovens e adultos**. In: **Anais III ALFAEJA – Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos**, 2017.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez, 2016.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de jovens e adultos no Brasil – Uma entrevista com a professora Maria Clara Di Pierro**. [Entrevista concedida a] Rita de Cássia Pacheco Gonçalves.

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sergio. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação. Maio/jun/ago, n.14, 1999.

FARIA, Edite Maria da Silva de. **A luta social ensina: o direito à educação na vida de mulheres e homens sinaleiros – assentamento Nova Palmares**. 2014. Tese (Doutorado). Conceição do Coité – Bahia, 2014.

FARIA, E. M. da S. de; MOSCOVITS, A. B. O direito à educação escolar para os sujeitos do campo: tutela do estado ou construção social coletiva? In: **Revista Educação Em Perspectiva**, V. 8, nº 3, 2017, p. 398-413. Disponível em <<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6976>> Acesso em 20 agosto 2020.

FÓRUNS DE EJA. **História e Memória Fórum EJA Bahia. IV - Histórico do Fórum EJA Bahia: um passo na luta pela educação**. Salvador: Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos - Fóruns de EJA. Versão para impressão 2023. Disponível <<http://forumeja.org.br/ba/?q=search/node/ba/hist%C3%B3rico+do+f%C3%B3rum>>. Acesso em: 29 out. 2023.

FRIEDRICH et.al. **Trajatória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas**. Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 57ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Educação como prática da Liberdade**. – 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética Da Educação: Um Estudo Introdutório**. SP: Cortez ,2003.

GIDDENS, Anthony. **Admirável mundo novo: o novo da política**. In: MILIBAND, David (org.). Reinventando a esquerda. São Paulo: UNESP, 1997, pp. 37-57.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

HADDAD, Sérgio; XIMENES, Salomão Barros. **A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB: um olhar passado 17 anos**. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). LDB/1996 Contemporânea: contradições, tensões, compromissos. São Paulo: Cortez Editora, 2014. p. 233-255.

IANNI, Octavio. **O ciclo da Revolução Burguesa**. Petrópolis: Vozes ,1984.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.

LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli E.D.A. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2

ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MACHADO, Maria Margarida. **Educação de Jovens e Adultos – Após 20 vinte anos da Lei nº 9.394, de 1996**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 429-451, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/687>. Acesso em: 9 jun. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo. Hucitec, 1993.

_____, Maria Cecília de Souza. **Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças**. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA 33 (1 Supl. 1): 83-91; 2009

_____, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, José Claudio de. **Ciberespaço, Tagmuseum e Realidade Aumentada: o Problema da Informação dos Museus Hiperconectados**. Disponível em : <https://www.revistamuseu.com.br>. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

PAIVA, Jane. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996- 2004**. Brasília: UNESCO/MEC, 2004.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5º Ed. São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987.

PRUDENCIO, Kelly C. S. **A produção da informação nas ONGs ambientalistas. Estratégias de visibilidade**. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2000.

REUNIÃO anual da associação nacional de pesquisa e pós-graduação em educação, 27., 2004, Caxambu. Programas e resumos. Caxambu, MG: ANPEd, 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/t0510.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. **Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 717-738, jul./set. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000300011>.

SILVA, **Análise da. Qual o lugar da EJA no MEC?** In: Encontro Nacional do Fórum de Educação de Jovens e Adultos (13). Anais... Rio Grande do Norte, Natal, setembro de 2013.

SOARES, Leônicio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos: Diretrizes curriculares Nacionais**. Rio de Janeiro, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**.

Florianópolis :Editora da UFSC, 1987.

STRELHOW, T. B. **Breve História Sobre A Educação De Jovens E Adultos No Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 2003.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 16ª ed. São Paulo; Cortez. 2008.

_____, **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo:Saraiva,2009.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte Furquim. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior-ABES, UNICEF, 1996.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

URPIA, Maria de Fátima Mota. **Fórum EJA Bahia: implicação na definição da política pública de educação de jovens e adultos**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado 140 em Políticas Sociais e Cidadania). Universidade Católica do Salvador - UCSal. Salvador, 2009.

VAZ, Fabiano Amorim; Araújo, Camila Gonzaga de. **MUSEU VIRTUAL INTERATIVO: Técnicas para Digitalização e Exposição**. Rios Eletrônica - Revista Científica da FASETE ano 7 n. 7 dezembro de 2013.

VIOLA, E. and S. Mainwaring (1987) ‘**Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina**’, in I. Scherer-Warren and J. Kruschke (ed.) *Uma Revolução no Cotidiano: Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*, São Paulo: Brasiliense.

VIEIRA, M.C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil**. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

VENTURA, Jaqueline Pereira. **A diminuição das matrículas de EJA no Rio de Janeiro**. cenários e enfrentamentos a partir do Fórum de EJA /RJ. In: **Revista Cátedra Digital**, v.1, p.40-48, 2017.

_____. **A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores**. In: TIRIBA, Lia;

_____. **Educação de jovens e adultos ou educação da classe trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
MESTRADO PROFISSIONAL – MPEJA



**MOVIMENTO SOCIAL DE RESISTÊNCIA: O FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS
PÚBLICAS DE EJA NO BAIRRO PIRAJÁ CIDADE DE SALVADOR – BAHIA**

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA-Integrante do Coletivo de Pirajá

Prezado (a) senhor (a),

O presente roteiro dedica-se exclusivamente a orientar a elaboração de trabalho de pesquisa da Mestranda Kátia Simone Filardi Melo sob a orientação da Profa. Dra. Patrícia Lessa Santos Costa. O estudo tem como objetivo a partir das percepções dos seus atores, o Coletivo Pirajá como sujeito histórico na luta pela educação e como dar visibilidade a essa trajetória de luta e resistência para a permanência e fortalecimento das escolas públicas que ofertam EJA no bairro.

Informamos que a identidade do senhor(a) não será exposto(a) e os dados utilizados terão a finalidade acadêmica. Nos comprometemos analisar as informações aqui apresentadas de forma ética e responsável, buscando, através delas, auxiliar nossos estudos das questões focalizadas, além de contribuir com o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos no Cenário da Educação baiana e brasileira.

A sua participação nesta pesquisa é de grande relevância para a coleta das informações de maneira fidedigna. Desde já agradecemos a sua colaboração e nos colocamos à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,

Kátia Simone Filardi Melo – Mestranda (MPEJA - UNEB)

PARTE I**IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA**

1.Nome: _____

2.Sexo: () masculino. () feminino.

3.Faixa Etária: () 18 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () Acima de 50 anos.

4.Morador (a) no bairro de Pirajá a quanto tempo?

5.O que levou a ser morador(a) deste bairro?

6.Tem familiares no bairro?

7. Formação: () Fundamental I () Fundamental II () Graduação () Outros

8.Profissão: _____

PARTE II**SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA E ATUAÇÃO SOCIAL NO
BAIRRO DE PIRAJÁ**

1-Em quais grupos ou movimentos sociais você atua no bairro de Pirajá?

2-Como você tomou conhecimento da EJA no bairro de Pirajá?

3-O que você entende por Educação de Jovens e Adultos?

4-Você considera essa modalidade de Educação importante para os moradores de Pirajá?

Se sua resposta for sim, justifique?

5-Como você se inseriu neste contexto de luta pela EJA?

6-Quais as ações que você participou dentro do Coletivo de Pirajá para o enfrentamento e resistência da EJA no bairro de Pirajá em Salvador-BA?

7-Como você compreende ou analisa a Educação de Jovens adultos atualmente com o fechamento de turmas e escolas para essa modalidade no Brasil e em Salvador especificamente? _____

8- Qual o seu sentimento em relação a escolas fechadas de EJA no ano de 2022 em Salvador - Ba? _____

9-Você considera importante permanecer em uma agenda de luta por esta modalidade de ensino a EJA no bairro de Pirajá?

Se sua resposta for sim,

10-Outras observações pertinentes a temática:

APÊNDICE B (TCLE)



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
MESTRADO PROFISSIONAL – MPEJA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa seguirá os critérios da ética em pesquisa com seres humanos conforme Resolução nº
- 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante:	
Nº de Identidade:	
Sexo: F(<input type="checkbox"/>) M(<input type="checkbox"/>)	Data de Nascimento:
Pertencimento étnico: (<input type="checkbox"/>) Branco(a). (<input type="checkbox"/>) Pardo(a). (<input type="checkbox"/>) Negro(a). (<input type="checkbox"/>) Amarelo(a). (<input type="checkbox"/>) Indígena.	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	CEP:

II – EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O/a senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa **Movimento Social de Resistência : O fortalecimento das escolas públicas de EJA no bairro de Pirajá em Salvador-Bahia**, de responsabilidade da pesquisadora Kátia Simone Filardi Melo, discente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo a investigação sobre a participação social e as ações em defesa da EJA pela comunidade de Pirajá para existência e permanência das escolas neste cenário de desmonte na educação pública brasileira.

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios: Além de contribuir para o aumento do conhecimento científico na área dos Movimentos Sociais em defesa da Educação de

Jovens e Adultos – EJA, há possibilidade de crescimento pessoal e profissional dos participantes, no que concerne reflexões sobre a Lei nº 10.639/2003.

Caso o/a Senhor (a) aceite, será realizado procedimento de coletas de dados como questionário, entrevista semiestruturada e círculo de diálogos que será fotografada e gravada em vídeo e áudio, pela acadêmica Kátia Simone Filardi Melo, do curso de Mestrado em Educação de Jovens e Adultos. Devido à coleta de informações, o/a senhor (a) poderá se sentir constrangido/a ou desconfortável. Assim, para minimizá-los estão previstos os seguintes procedimentos: a) preservação do anonimato, o nome do participante em cada gravação e questionário será substituído por um código numérico; b) as gravações e as respectivas transcrições serão guardadas em lugar seguro, onde somente o pesquisador responsável terá acesso; c) as gravações serão destruídas logo após o seu tratamento científico; e) as informações não serão utilizadas em prejuízo dos participantes. Apesar dessas medidas, o participante que se sentir eventualmente invadido ou incomodado, pode, voluntariamente, deixar de responder qualquer questão ou mesmo desistir da sua participação, sem qualquer prejuízo, em qualquer momento da pesquisa. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o/a senhor (a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e o/a Sr (a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira, o/a Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O/a senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

III. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS.

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Kátia Simone.Filardi Melo

Endereço: Rua Muriaé, nº 137, Pirajá, Salvador-Ba. CEP: 41.295-665.

Cel.: 71988783588- **E-mail:** katiafilardi@yahoo.com.br. **Telefone:** 71 3117-2200.

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

IV. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **Movimento Social de Resistência : O fortalecimento das escolas públicas de EJA no bairro de Pirajá em Salvador-Bahia** , e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário, consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra via a mim.

Salvador, _____ de _____ 2023.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador discente
(Orientando)

Assinatura da professora responsável
(Orientadora)

ANEXOS

ANEXO I - NOTAS DE REPÚDIO DA ADUNEB:



A Coordenação Executiva da ADUNEB manifesta-se contrária e repudia veementemente o fechamento de escolas, turnos e turmas no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador- BA.

Nos últimos dias do ano de 2021, a população de Salvador e profissionais da Educação desse município foram surpreendidos com uma notícia autoritária e unilateral, segundo a qual, escolas, turmas e turnos direcionados para a Educação de Jovens e Adultos seriam desativados no ano letivo de 2022. Essa decisão da gestão pública municipal atua em total desacordo com o que se pensa sobre igualdade socioeconômica e cultural e acesso democrático ao ensino público e de qualidade em nosso país.

Vale ressaltar que a educação de pessoas jovens, adultas e idosas é um direito historicamente conquistado pela sociedade brasileira, amparado pela Constituição Federal e pela LDB 9.394/96 e defendida por instituições voltadas para o desenvolvimento da Educação Básica, pelo Ensino Superior, por instituições religiosas e culturais, e pela sociedade civil em termos gerais.

Embasada pelo pensamento Freiriano acerca da importância da EJA enquanto espaço de luta, de equidade social e de garantia de direitos, essa seção sindical repudia essa decisão arbitrária por parte da Secretaria Municipal de Educação, assim como conclama toda a sociedade para reagir contra o avanço de atitudes fascistas e antidemocráticas, atualmente recorrentes no Brasil.

Coordenação Executiva da ADUNEB

ANEXO II – NOTA DE REPUDIO DA UNEB/ MPEJA:**NOTA DE REPÚDIO**

O Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, da Universidade do Estado da Bahia, vem se posicionar veementemente contrário ao fechamento das escolas no município de Salvador, Bahia, eminentemente com oferta da Educação de Jovens e Adultos.

O processo de desmonte da política pública para a EJA não é recente, mas tem sido acelerado nos últimos meses no nosso município quando observamos que mais de quarenta escolas com a oferta da modalidade foram fechadas, afetando professores, estudantes e comunidades. Muitos dos nossos mestrandos são docentes e gestores dessas escolas que promovem pesquisa aplicada de fundamental importância para solucionar problemas da educação básica.

A nosso ver, o processo em tela faz parte de um quadro mais amplo de desmonte do estado democrático de direitos que tem como um de seus fundamentos a formação educacional de todos os cidadãos, importante via para a promoção da inclusão social, redução das desigualdades e fomento do desenvolvimento. A Educação de Jovens e Adultos é um campo de luta, significa dar oportunidade aos sujeitos de aprender, de pesquisar, de desenvolver diversas competências. Dela fazem parte, principalmente, comunidades quilombolas, negros, indígenas e outros segmentos que historicamente foram apartados do direito à educação.

Pleiteamos da Prefeitura de Salvador – SMED, a reabertura das quarenta e quatro escolas fechadas, garantia de matrícula para a EJA, respeito e valorização dos profissionais que nelas atuam. Entendemos que o papel desses é fundamental, porque sem a formação qualificada na Educação Básica que promovemos, inviabilizamos as etapas posteriores de formação dos estudantes. Por fim, reiteramos a defesa intransigente da educação pública, laica, de qualidade, socialmente referenciada, com valorização dos seus profissionais, sem preconceitos. Educação é o caminho possível para uma sociedade mais justa e menos desigual.

Salvador, 28 de dezembro de 2021

Patrícia Lessa Santos Costa

Coordenadora MPEJA

ANEXO III – REGISTRO FOTOGRÁFICO PARA O MUSEU VIRTUAL



Participação do Coletivo de Pirajá no Encontro Estadual de Eja da Bahia 2016



Foto do Largo de Pirajá – Igreja Matriz

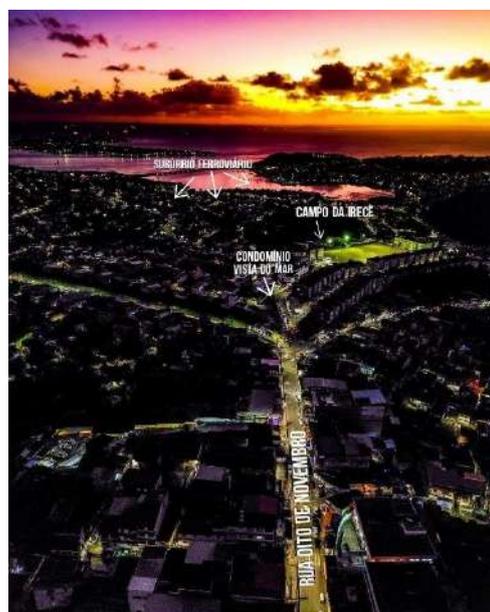


Foto aérea de Pirajá



Participação dos estudantes no ENEJA -BH



EJA PIRAJÁ



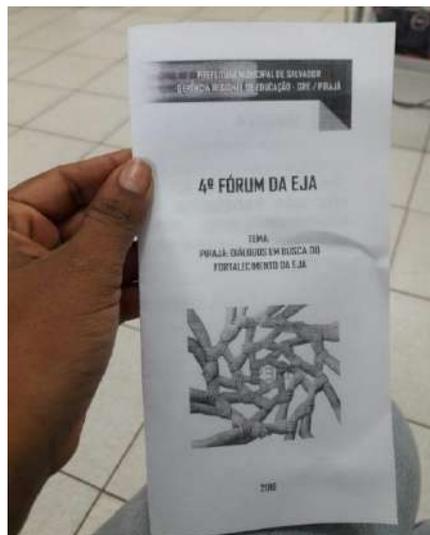
Fórum de EJA Pirajá 2016



Comunidade de Pirajá



Participação do Coletivo no ALFAEJA



Folder do 4º Fórum de EJA em Pirajá 2014



Fórum EJA BA no ENEJA SC. 2022



ALFAEJA 2019



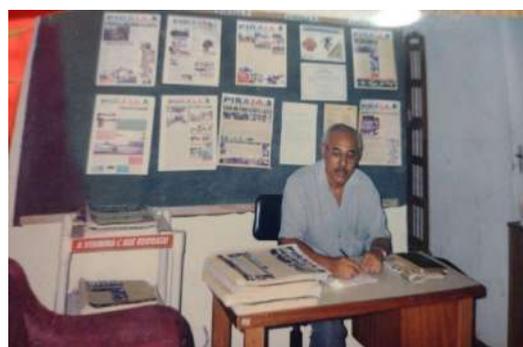
ENEJA – PETROLINA



Coletivo de Pirajá – Participação no EREJA



Participação no Fórum de Periperi



Raimundo Coelho -líder comunitário

Raimundo Coelho com as irmãs católicas no projeto Rumo ao Terceiro Milênio.





Lideranças comunitárias



**Líderes comunitários,
presença de Fábio Ferreira**



**Raimundo Coelho em visita às escolas para entrega do
que, mais tarde, tornou-se EJA.**



Líderes comunitários, presença de Fábio Ferreira



Jornal de informe das ações da educação para o bairro de Pirajá.

Fotos das reuniões na comunidade de Pirajá do projeto Pirajá rumo ao terceiro Milênio.





MELO, Kátia Simone Filardi. **Movimento Social de resistência: O Fortalecimento das escolas públicas de EJA no bairro de Pirajá em Salvador-Bahia (...)** f. Dissertação (Mestrado)– Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2023.